

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MAURÍCIO DE MELO RAPOSO

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DOS CONFLITOS ENTRE
INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL:**
Discursos Identitários como Quadros de Referência Primários

CAMPO GRANDE – MS
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO - FAALC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MAURÍCIO RAPOSO

**ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO DOS CONFLITOS ENTRE
INDÍGENAS E PRODUTORES RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL:**
Discursos Identitários como Quadros de Referência Primários

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMS, como requisito para a obtenção do título de mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Representação Social.

Orientação: Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva

CAMPO GRANDE – MS
2018



Ata de Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
Mestrado

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, às nove horas, na sala 2 do PPGcom, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos membros: Marcos Paulo da Silva (UFMS), Levi Marques Pereira (UFGD) e Marcia Gomes Marques (UFMS), sob a presidência do primeiro, para julgar o trabalho do aluno: MAURÍCIO DE MELO RAPOSO, CPF 03615036603, Área de concentração em Mídia e Representação Social, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Curso de Mestrado, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentado sob o título "Enquadramento jornalístico dos conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul: Discursos Identitários como quadros de Referência Primários" e orientação de Marcos Paulo da Silva. O presidente da Banca Examinadora declarou abertos os trabalhos e agradeceu a presença de todos os Membros. A seguir, concedeu a palavra ao aluno que expôs sua Dissertação. Terminada a exposição, os senhores membros da Banca Examinadora iniciaram as arguições. Terminadas as ar -es, o presidente da Banca Examinadora fez suas considerações. A seguir, a Banca Examinadora reuniu-s par avaliação, e após, emitiu Parecer expresso conforme segue:

EXAMINADOR

Dr. Marcos Paulo da Silva (Intemo)

Dr. Alvaro Banducci Junior (Interno) (Suplente)

Dr. Levi Marques Pereira (Externo)

Dra. Marcia Gomes Marques (Interno)

RESULTADO FINAL:

Aprovação

Aprovação com revisão

Reprovação

OBSERVAÇÕES:

A BANCA RECOMENDA PUBLICAÇÃO E SEQÜENCIA DA PESQUISA EM NÍVEL DE DOUTORADO.

Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente declarou a sessão encerrada e agradeceu a todos pela presença.

Assinaturas:

Presidente da Banca Examinadora

Aluno

Presidente da Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT -, responsável pelo financiamento desta pesquisa. Agradeço aos meus pais pela coragem compartilhada, pela paciência e compreensão. Aos colegas de mestrado fico grato pela colaboração e os debates ricos de opiniões e sabedoria. É com imenso carinho e reconhecimento que agradeço ao corpo docente da UFMS e, principalmente, ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Paulo da Silva, que tão atenciosamente me acolheu nas inúmeras dúvidas que tive nessa trilha de conhecimento. Por fim, não poderia deixar de mencionar a eterna amiga, confidente e companheira Fernanda Salvo, que tanto contribuiu para que essa pesquisa fosse realizada.

RESUMO

A intenção da pesquisa é compreender a forma como se constrói o enquadramento dos fatos ((ENTMAM, 1991; SODRÉ, 2009) envolvendo conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais nos meios de comunicação institucionalizados em Mato Grosso do Sul. O objetivo é pensar as relações entre conteúdo opinativo, enquanto expressão de quadros de referência primários (GOFFMAN, 2012) que, segundo nossa hipótese, acionam referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (BANDUCCI JR., 2009). Nesse contexto, os enquadramentos jornalísticos são entendidos como uma embalagem que inclui um processo de seleção e saliência de aspectos de uma dada realidade, relacionados às estruturas de símbolos que confluem na atribuição de significados (GOFFMAN, 2012). Os conteúdos opinativos são a expressão das formas de relacionamento entre os meios de comunicação e a sociedade; integram a opinião pública (GOMES, 2010). Na pesquisa empírica são analisados conteúdos opinativos sobre fatos que envolvem conflitos entre grupos indígenas e produtores rurais nos jornais *Correio do Estado*, de Campo Grande/MS, e *O Progresso*, de Dourados/MS.

Palavra-chave: Enquadramento; ideologia da cultura; Mato Grosso Sul; conflito indígena.

ABSTRACT

The research proposal is to understand the construction of the framing of the facts (ENTMAM, 1991; SODRÉ, 2009) involving conflicts between indigenous groups and farmers on the Mato Grosso do Sul's media outlets. The target is to discuss the relations between opinion content, as an expression of primary reference frames (GOFFMAN, 2006), what, according to our hypothesis, finds symbolic and cultural references in the "Mato Grosso do Sul ideology of culture" (BANDUCCI JR., 2009). In this context, journalistic frames are understood as a package that includes a process of selection and saliency of aspects from a given reality, related to the structures of symbols that converge in the meanings attribution (GOFFMAN, 2012). Opinion content is an expression of the relationship forms between the media and society; integrating the public opinion (GOMES, 2010). In an empirical way, the research analyzes opinion content about conflicts between indigenous groups and farmers on the newspapers *Correio do Estado*, from Campo Grande (MS), and *O Progresso*, from Dourados (MS).

Key-words: Framing; Ideology of culture; Mato Grosso do Sul; indigenous conflicts

Lista de abreviaturas:

ASL – Academia Sul-mato-grossense de Letras

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

ICMS – Ideologia da Cultura Sul-mato-grossense

IHGMS – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

IHGMT – Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

OP – Opinião Pública

RID – Reserva Indígena de Dourados

STF – Supremo Tribunal Federal

ÍNDICE DE FIGURAS:

Figura 1: Mapa Guarani Continental 2016: Distribuição da População Segundo a Localização e o Número de Habitantes.	8
Figura 2: Charge publicada no Correio do Estado em 29 de agosto de 2015.	80
Figura 3: Charge publicada no Correio do Estado em 14 de outubro de 2015	81
Figura 4: Charge publicada no Correio do Estado em 22 de outubro de 2015	82

ÍNDICE DE TABELAS:

Tabela 1: Reelaboração identitária do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.....	47
Tabela 2: Exemplares publicados e quantidade de exemplares com itens informativos e opinativos de relevância para a pesquisa.....	60
Tabela 3: Itens opinativos analisados.....	60
Tabela 4: Funções de enquadramento presentes nos editoriais do jornal Correio do Estado..	65
Tabela 5: Funções de enquadramento presentes nas colunas de opinião do jornal Correio do Estado.....	75

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO:	9
1. NOTAS SOBRE O ITINERÁRIO DA INVESTIGAÇÃO	15
2. JORNALISMO: MEDIAÇÃO SIMBÓLICA E MEDIAÇÃO CULTURAL	19
2.1. Opinião Pública: limites da concepção histórica	21
2.2. População, Opinião Publicada e Política de Opinião	27
2.3. Enquadramento como estratégia simbólica e retórica	31
3. IDENTIDADE REGIONAL E O LUGAR DO INDÍGENA	39
3.1. Identidade do povo do sul de Mato Grosso: elementos históricos.....	41
3.2. Peculiaridades do sul de Mato Grosso: a interpretação da <i>Liga Sul-mato-grossense</i>	48
3.3 O novo conteúdo da identidade sul-mato-grossense.....	52
3.4 Os Povos indígenas de Mato Grosso do Sul e sua luta	55
4 O conflito entre indígenas e produtores rurais: o se que diz nos jornais de Mato Grosso do Sul:	60
4.1 Correio do Estado.....	61
4.1.1 Dos Editoriais.....	61
4.1.2 Das colunas.....	68
4.1.3 Das charges.....	79
4.2 O Progresso	83
4.2.1 Dos Editoriais:	83
4.2.2 Das Colunas.....	85
4.3 Dois jornais, duas formas de se relacionar com a sociedade	89
5. Considerações Finais	92
6. REFERÊNCIAS:	95
ANEXO A: Representação Gráfica do Modelo Teórico da Pesquisa	99
ANEXO B: Mapa das Mediações	100
ANEXO C: Situação das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul em 2011	101

INTRODUÇÃO:

As disputas que ocorrem entre os diferentes grupos sociais pela definição e interpretação da realidade transbordam para as diversas esferas públicas e demandam legitimação social. Desde o século XIX, os jornais assumiram a responsabilidade de veicular e disseminar as narrativas e, conseqüentemente, tornaram-se o palco de debates onde se construía, conformava e alimentava a opinião pública (GOMES, 2009). Para a consecução de seus objetivos, os grupos sociais engajam-se na formação e aprovação desta “opinião”, em outras palavras, buscam assumir a hegemonia cultural, política, econômica e social.

No que tange o objeto deste estudo, entre os anos de 1985 e 2014 foram registrados 947 homicídios de indígenas no Brasil, sendo 420 destas ocorrências em Mato Grosso do Sul¹. No dia 29 de agosto de 2015 foi assassinado mais um membro das etnias Guarani e Kaiowa, Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, no município de Antônio João, localizado a 273 quilômetros da capital Campo Grande. A morte ocorreu após os produtores rurais da região se reunirem na sede do sindicato rural e decidirem retomar, utilizando-se dos seus próprios meios, uma fazenda ocupada pelos índios, o que acarretou uma situação de conflito representativa para os parâmetros locais – o que foi expresso por meio de narrativas jornalísticas.

O episódio relatado pode ser tratado como um “acontecimento” no sentido sociológico do conceito. Segundo o pensamento do sociólogo José de Souza Martins (2010), o acontecimento é “um adensamento problemático” das contradições socioculturais e históricas. Constitui, ainda, um “ponto de reparo metodológico” a partir do qual o pesquisador arguto pode compreender a dinâmica da sociedade. Se os assassinatos podem ser entendidos como acontecimentos na acepção sociológica, do ponto de vista da pesquisa em comunicação e, mais especificamente, em jornalismo, trata-se de um episódio do “acontecimento jornalístico” (GOMES, 2009) que tomou as páginas dos meios de comunicação e, dessa forma, merece ser objeto da investigação acadêmica na área.

Os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul geram uma série de repercussões políticas, jurídicas e sociais. Mobilizam diversos grupos em torno da definição e compreensão da natureza, das causas, dos sujeitos envolvidos, assim como da proposição de soluções. No campo político, em 2015, duas CPI's (Comissão Parlamentar de Inquérito) na Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul refletiram a disputa de

1 Fonte: CACI (Cartografia de Ataques Contra Indígenas) em www.caci.rosaluxspba.org acessado em 15 de outubro de 2016

posições. Uma sobre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)², entidade ligada à Igreja Católica, e outra sobre o Genocídio Indígena³. Se na primeira os produtores rurais intencionaram criminalizar o movimento de defesa da causa indígena; na segunda, a ação e omissão do Estado do Mato Grosso do Sul diante dos métodos violentos dos produtores rurais são condenados pelos representantes dos índios.

Em âmbito nacional, a CPI da Funai-Incra, dominada por parlamentares da bancada ruralista, gerou relatório de 3385 páginas, apresentado em junho de 2017, onde sugere o indiciamento de diretores de entidades que defendem a causa indígena, antropólogos, integrantes do Ministério Público Federal, além de pessoas que denominam de “falsos indígenas”. O indiciamento fundamenta-se no argumento de que há fraudes nos processos de demarcação de terras e na aplicação de recursos direcionados às tribos.

No campo jurídico, tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71 que permite a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Além da PEC 215, que transfere ao Congresso o poder das demarcações de terra que, hoje, é da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ambas de grande interesse dos ruralistas.

Por outro lado, os combates aos métodos violentos também acontecem. De acordo com a força-tarefa Avá Guarani, instituída pelo então Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, em 2015, jagunços foram contratados e financiados por proprietários rurais para “violentar e ameaçar as comunidades”. A comprovação da atuação dos milicianos foi feita por meio de depoimentos de testemunhas, visitas aos locais dos ataques, fotos e vídeos.

Até mesmo artistas e entidades internacionais se mobilizam na defesa da causa indígena. No dia 11 de novembro de 2015, B-Negão e Criolo, reconhecidos artistas nacionais, realizaram um show no “MBARAETÉ – RESISTÊNCIA: Festival Povos da Terra 2015”, na Casa das Caldeiras, em São Paulo. O objetivo foi chamar a atenção da sociedade contra as violações dos direitos indígenas. O evento foi especialmente dedicado aos povos envolvidos nos conflitos em Mato Grosso do Sul. Em abril de 2017, o líder Guarani e kaiowa, Ládio Veron, 50, de Dourados (MS), visitou vários países europeus - Inglaterra, Grécia, Espanha e Itália -, com a presença de apoiadores locais convocados pela entidade *Survival International*. O pai de Ládio, Marcos

2 O relatório final da CPI do CIMI foi aprovado no dia 10 de maio de 2016 e bastante contestado por alguns membros parlamentares, ensejando a relatoria de um parecer alternativo.

3 O relatório final da CPI sobre a Ação/Omissão do Estado do Mato Grosso do Sul em genocídios contra os povos indígenas foi apresentado no dia 01 de junho de 2016.

Veron, foi umas das várias lideranças indígenas assassinadas em conflitos por terra em Mato Grosso do Sul

Essa disputa de posições manifesta-se num conflito simbólico pela conquista de legitimidade social. Parte destas manifestações se dá nos meios de comunicação. Como partimos da concepção de acontecimento como uma manifestação de contradições imanentes às estruturas sociais, a expressão narrativa feita pelo jornalismo, no imediato do cotidiano e da vivência histórica, não estará imune às várias representações de mundo em disputa; e, por conseguinte, não somente a decisão *do que* fará parte da história, mas *como* e *quem* serão seus protagonistas, definirão as narrativas dos fatos.

Isto posto, podemos apresentar o ponto inicial de nosso objetivo de pesquisa como a compreensão da forma como se constrói a narração dos fatos (SODRÉ, 2009) envolvendo conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais nos meios de comunicação institucionalizados em Mato Grosso do Sul.

Numa perspectiva de revisão bibliográfica, os conflitos entre indígenas e proprietários rurais têm despertado interesse de pesquisadores nos últimos anos. Entre 2014 e 2017, ao menos quatro dissertações de mestrado do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul abordaram o tema. Corrêa (2015), na pesquisa “Audiovisual Autoral dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: mapeamento e análise”, realizou trabalho descritivo de cartografia das produções audiovisuais realizadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul na entrada do século XXI. O autor buscou a localização dos produtores dos vídeos, além de ter apresentado informações e reflexões a respeito do tema. O estudo explicita a superficialidade das representações históricas sobre as diferentes etnias presentes no território sul-mato-grossense, bem como destaca o papel das abordagens normalmente veiculadas na mídia no reforço de estereótipos.

Por seu turno, Fidélis (2015), em dissertação intitulada “Cinematografia Indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani e Kaiowa”, analisou as representações sociais nos conteúdos referentes aos trabalhos cinematográficos produzidos pelas etnias Guarani e Kaiowa no estado.

Monteiro (2017) analisou a cobertura dos cibermeios *Campo Grande News* e *O Progresso* sobre a retomada do território Yvi Katu, localizado na cidade de Japorã – MS, a partir do levantamento quantitativo das matérias publicadas. De forma geral, o material publicado, na maioria das vezes, alinhava-se, discursivamente, à posição adotada por ruralistas, o que permitiu ao autor afirmar que

pode-se concluir que as narrativas criadas pelo Campo Grande News e O Progresso demonstraram uma representação indígena ainda presa às epistemologias dos colonizadores frente aos colonizados, atitude que demonstra um posicionamento que inferioriza o conhecimento dessas minorias e prejudica sua emancipação na sociedade (MONTEIRO, 2017, p.141).

Finalmente, Maldonado (2014) realizou uma análise dos textos vinculados às mídias *online* que tratavam dos conflitos entre fazendeiros e indígenas em Mato Grosso do Sul. A autora conclui:

Fica evidente que as discursividades sobre os Guarani e Kaiowa, produzidas, a partir da questão territorial, operam numa tensão entre o instituído e o que se propõe subverter. De um lado temos o discurso jornalístico, de outro o dos indígenas, que se manifestam na internet, justamente pela insatisfação com a figura de índio representada pela imprensa, de modo geral. (MALDONADO, 2014, p.88).

Percebemos nestes trabalhos que a cobertura dos eventos envolvendo povos indígenas, longe de ser imparcial, oferece uma narração dos fatos carregada de visões de mundo, de percepções fragmentadas e de tendências. Em termos conceituais, trata-se da manifestação da “opinião publicada” em detrimento da acepção histórica da “opinião pública” (GOMES, 2009). Neste contexto, os enquadramentos jornalísticos, entendidos como uma embalagem que inclui um processo de seleção e saliência de aspectos de uma dada realidade (ENTEMAM, 2004), relacionados às estruturas de símbolos que confluem na atribuição de significados (GOFFMAN, 2012), estabelecem conexão entre os chamados gêneros jornalísticos⁴ informativo e opinativo (BELTRÃO, 1980) e, sobretudo, com a sociedade, numa complexa disputa pela conformação da opinião pública.

Disso, questões emergem e se adornam de interesse e relevância. Se muitos trabalhos já chegaram a conclusões semelhantes sobre *como* são representados os povos indígenas nos principais meios jornalísticos de Mato Grosso do Sul, cabe indagar quais são essas visões de mundo, os fragmentos de realidade selecionados e as tendências que informam e conformam as construções narrativas, em outras palavras, quais elementos culturais e ideológicos emolduram

4 Consideramos que os gêneros jornalísticos constituem uma classificação formal e analítica. A opinião ou parcialidade da percepção dos fatos está presente tanto no conteúdo informativo quanto no opinativo. Podemos dizer que o gênero informativo tem como limite claro e intencional os procedimentos e atributos formais da notícia tais como: a) apresentar pontos de vista diversos sobre uma mesma realidade, b) apresentar provas suplementares para comprovação de fatos, c) utilizar aspas para distanciar o repórter da opinião vinculada, d) apresentar o fato “mais importante” primeiro e os demais na sequência (*Lead*). Tais procedimentos e atributos, no entanto, parecem ser “estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade” (TUCHMAM, 1999, p. 89). Na verdade, conclui Tuchman (1999, p. 89), “esses procedimentos 1) constituem um convite à percepção seletiva, 2) insistem erradamente na ideia de que os ‘fatos falam por si’, 3) são um instrumento de descrédito e um meio do jornalista fazer passar sua opinião, 4) são limitados pela política editorial de uma determinada organização jornalística, 5) iludem o leitor ao sugerir que a análise é convincente, ponderada ou definitiva”.

as narrações dos fatos jornalísticos e oferecem um mapa de significados possíveis, arrolados na esfera pública midiática.

Nesse ponto, podemos avançar na definição do nosso objetivo como a investigação da relação entre elementos culturais e ideológicos e o conteúdo opinativo veiculados nos jornais impressos que apresentam cobertura noticiosa dos conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul. A pesquisa pretende demonstrar como os enquadramentos sobre fatos que envolvem conflitos entre grupos indígenas e produtores rurais nos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso* manifestam-se no conteúdo opinativo veiculado nos respectivos periódicos, os quais, hipoteticamente, acionam referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense”(BANDUCCI JR., 2009). A escolha das publicações se justifica por constituírem os periódicos noticiosos de maior representatividade histórica, tiragem e circulação em duas mesorregiões estratégicas no estado de Mato Grosso do Sul, notadamente a mesorregião do Centro-Norte (onde se localiza a capital Campo Grande) e a mesorregião do Sudoeste (onde se localiza o município de Dourados, região com a maior concentração de população indígena no Estado e palco do evento jornalístico analisado)⁵.

Nossa pesquisa justifica-se por contribuir para a compreensão das formas de relação entre meios de comunicação e sociedade, além de possibilitar o esclarecimento das formas de se fazer o jornalismo diário no estado de Mato Grosso do Sul e, assim, permitir a reflexão, o desenvolvimento e o aprimoramento do exercício da atividade jornalística.

No primeiro capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos assumidos na pesquisa. Trata-se da compreensão geral do método científico e dos procedimentos de coleta e análise dos dados empíricos, além da definição e justificativa do *corpus* analisado.

No segundo capítulo, apresentamos as bases teóricas e conceituais que nos guiam na construção do problema de pesquisa, no levantamento de hipóteses e na investigação empírica. A proposta teórica e epistemológica de Martin-Barbero (2003;2004) nos permite localizar o problema de pesquisa dentro do campo dos estudos comunicacionais, através de seu posicionamento no mapa das mediações. Os conceitos de opinião pública (HABERMAS, 1984; ESTEVES, 2003; LIPPMAN, 2009; BELTRÃO, 1980; GOMES, 2009), opinião publicada e política de opinião (GOMES, 2009) oferecem-nos a oportunidade de estabelecer uma ligação entre enquadramento jornalístico (GITLIN, 2003; ENTMAN, 1993, 2004; GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009; KUYPERS, 2009; SODRÉ, 2009), o gênero opinativo analisado e a sociedade.

⁵ Classificação de acordo com os parâmetros do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No terceiro capítulo expomos os elementos do que Banducci Jr (2009), entre outros pesquisadores, entendem constituir uma ideologia da cultura sul-mato-grossense, ou tradições inventadas (HOBSBAWM & RANGER. 1984), em que se define uma identidade dos habitantes do Mato Grosso de Sul e, conseqüentemente, de forma residual, o papel dos povos indígenas na constituição do “ser” sul-mato-grossense. O capítulo é uma compilação dos esforços de sistematização de um discurso identitário, promovido, principalmente, pelos “homens de letras”, destacadamente, a partir de 1977, quando da criação do estado de Mato Grosso do Sul. Dentro do percurso investigativo, tal discurso é compreendido como um repositório de quadros de referência primários (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009) articulado no enquadramento dos fatos apresentados nos artigos de opinião analisados.

No quarto capítulo desenvolvemos a análise propriamente dita. Analisamos os itens opinativos em que se expressam em conteúdos sobre os conflitos entre indígenas e proprietários rurais, de forma clara ou subliminar, selecionados num universo de publicações dos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso* que compõem a cobertura do conflito entre proprietários rurais e índios guarani e kaiowa ocorrido em Antônio João, cuja consequência trágica foi a morte do indígena Semião Vilhalva. De acordo com o itinerário teórico e metodológico apresentado nos capítulos dois, três e quatro, as análises dos textos seguem a proposta de Entman (1993; 2004) de observar o que chama de funções de enquadramento: a) a definição do problema, b) diagnóstico das causas, c) julgamentos morais e d) proposição de soluções. Tomando tais categorias como ponto de ancoragem do desmembramento analítico dos textos, evidenciamos os elementos semânticos, léxicos e retóricos e suas formas de articulação na definição dos planos de significação e a articulação desses planos com perspectivas ideológicas. Dentro desta articulação procuramos demonstrar a presença ou não do discurso identitário delineado no terceiro capítulo desta dissertação. De maneira geral, o percurso analítico aproxima-se da proposta de Kuypers (2009) cuja tese central defende que a análise de enquadramento é, em última instância, uma análise dos artifícios retóricos que entram na construção dos textos midiáticos.

1. NOTAS SOBRE O ITINERÁRIO DA INVESTIGAÇÃO

Partimos da concepção metodológica elaborada por Lopes (2005) segundo a qual a pesquisa científica em comunicação deve ser pensada como uma construção articulada de instâncias metodológicas; quais sejam, a epistemológica, a teórica, a metódica e a técnica. Nesse sentido, temos uma definição estrutural em que as grandes partes da pesquisa se ligam verticalmente edificando um todo coerente e rigorosamente científico. Dentro de cada instância há fases ou operações metodológicas em que se constroem e reconstroem a investigação científica.

De modo mais específico, a instância epistemológica liga-se à vigilância crítica da pesquisa e refere-se às opções paradigmáticas adotadas; e que guiarão as fases operativas de ruptura e de construção do objeto de estudo. Esta instância se realiza no *controle* das definições da problemática e da revisão conceitual e teórica que nos permite uma aproximação com o objeto de pesquisa. Destacamos que um objeto não se encontra dado e fechado pela realidade social, mas é uma elaboração dialética de operações indutivas e dedutivas, em um diálogo constante entre empiria e teoria.

A instância teórica, nas palavras da autora, “é o lugar da formulação sistemática das hipóteses e dos conceitos, da definição da problemática e da proposição de regras de interpretação” (LOPES, 2005. p.123). A instância epistemológica fornece o arcabouço geral sobre o qual a instância teórica se instaura na busca por clarear as relações entre os dados e, assim, propor hipóteses de trabalho. Portanto a teoria é concebida “em função da pesquisa, na direção da experiência do real na qual ela confronta os fatos que ela própria suscitou em seu sistema de hipóteses” (LOPES, 2005, p.125). A fase operativa da instância teórica se consolida na formulação do objeto e em sua explicitação conceitual. Estas fases se materializam na elevação do objeto real (concretude do fenômeno comunicativo) em objeto científico, dentro de uma consistência semântica, como um corpo de conceitos articulados logicamente que permitirão a elaboração operacional entre teoria, hipóteses e dados do real.

A instância metódica refere-se à enunciação das regras de estruturação do objeto científico. Trata-se da objetivação da problemática dentro de um quadro de análise a partir da definição de estilo argumentativo, “numa espécie de 'arquitetônica' do discurso” (LOPES, 2005, p.127). Tal instância vincula-se, por um lado, à forma da exposição enquanto rigor e coerência interna do discurso científico; e, por outro, à sistematização que “consiste em traçar conexões entre teses, variáveis, proposições” (LOPES, 2005, p.127). Por fim, a instância técnica constitui a relação entre dados e objetos empíricos. Nesta instância, as operações metodológicas são a

observação, a seleção e a operacionalização dos dados. Essas operações estão sempre relacionadas às perspectivas teóricas adotadas. Podemos dizer que são os procedimentos, geralmente elencados em manuais de metodologia, muitas vezes de forma estanque e separados dos referenciais teóricos e metódicos que os ensinaram – daí a crítica estabelecida por Lopes (2005).

Nesta concepção metodológica ampla, as instâncias não são estanques e autônomas, mas estabelecem-se de modo interdependente e devem ser pensadas e repensadas durante todo o desenvolvimento da pesquisa visando ao controle do rigor científico que atribuirá validade e relevância ao trabalho do pesquisador. Isso significa que as diferentes instâncias se sucedem lógica e cronologicamente, contudo não se encerram em si mesmas. O retorno lógico para refinamento e controle da coerência deve ser exaustivamente empregado durante as etapas do estudo.

Nesta pesquisa a parte da instância epistemológica e teórica é apresentada nos capítulos três e quatro, onde relacionamos os referenciais teórico-conceituais que nos permitem observar os dados empíricos e refinar a hipótese de trabalho. Cabe agora seguirmos para explicitação dos procedimentos técnicos, ou seja, os processos de observação empírica, os quais permitem estabelecer conexões entre o objeto, os objetivos e a hipótese de trabalho. A observação é precedida de elaboração do objeto e guiada pelo corpo de hipóteses elaborado. As perguntas levantadas definem quais os dados da realidade serão importantes para o pesquisador. Lopes (2005, p.143) assim sintetiza a questão: “feita a formulação do problema, esta deve indicar o tipo de dados a procurar e como obtê-los, o tipo de tratamento a dar-lhes, como vinculá-los ao quadro teórico da pesquisa”. A observação integra-se, necessariamente, à descrição e à interpretação.

Nosso objetivo é investigar as manifestações representativas que definem o enquadramento do fato noticioso. As representações, valores, ambiguidades, contradições e tendências, assim como as personagens, presentes na narrativa jornalística sobre o que se convencionou chamar no meio jornalístico de “conflitos indígenas”. Nossa hipótese central é que o contexto cultural e ideológico em que os jornais analisados estão inseridos tem papel considerável na definição do enquadramento midiático e, portanto, na definição da seleção, do que será veiculado e como será a construção midiática.

Em função do tipo de investigação que realizamos, optamos pela técnica de amostragem entendida como a seleção de dados de dimensão e composição representativa de acordo com o objeto de nossa pesquisa – a “amostragem sistemática não-probabilística de representatividade social” (LOPES, 2005), que culminou na seleção de conteúdo jornalístico durante os meses de

agosto, setembro e outubro de 2015 a partir do tema mais amplo expresso como “conflitos indígenas”. Tomamos como ponto central de observação das publicações o assassinato do guarani e kaiowa Semião Vilhalva, em Antônio João – MS, no dia 29 de agosto de 2015. Do ponto de vista metodológico o evento é a objetivação de um ponto de reparo em que se manifesta a culminância das contradições sociais (SOUZA MARTINS, 2010), que se revelam enquanto problema comunicacional uma vez que ensejam a produção de notícias, charges, editoriais, artigos de opinião, enfim, uma variedade de produtos midiáticos. Do ponto de reparo, procedemos à leitura retrospectiva dos exemplares publicados de modo a identificar o início da cobertura jornalística da série de eventos que levaram ao desfecho trágico do dia 29 de agosto de 2015. Em seguida, acompanhamos as publicações realizadas após o ponto central até quando os fatos e eventos correlacionados deixam de figurar nos jornais analisados. Disso resultou um montante de 131 exemplares observados; de 22% desse montante foram selecionados textos de conteúdo opinativo publicado, ou a opinião publicada (GOMES, 2009), atinente à temática indígena, aos conflitos de terra e à identidade regional para a análise qualitativa. A partir desta seleção procedemos à análise de enquadramento da mídia, em suas manifestações retóricas.

Dentro da instância técnica, portanto, adotamos o “método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontradas na mídia” (HERSCOVITZ, 2008, p.126). A análise é pertinente aos estudos exploratórios, descritivos e explanatórios e permite desvendar os significados implícitos e aparentes dos signos e das narrativas jornalísticas. Ainda segundo Herscovitz (2008, p.123), o método “pode ser utilizado para detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos”. A autora conclui: “A análise de conteúdo da mídia, nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos à lógica organizacional por trás das mensagens”(HERSCOVITZ, 2008, p.124).

Em nosso estudo, avaliamos conceitos ligados à questão dos conflitos indígenas veiculados ou não na narração dos fatos. Nossa análise é preferencialmente qualitativa, com amostragem não-probabilística, uma vez que utilizamos como unidades de registro textos inteiros e temas. Como “textos inteiros”, entendemos as charges, editoriais e colunas opinativas em que se encontram os conteúdos latentes. Como “temas”, referimo-nos a uma unidade de texto em que estão claras as categorias: sujeito, verbo, objeto, a ação e o alvo da ação.

Na prática, em nossa pesquisa, as unidades de registro são textos derivados do gênero e dos formatos jornalísticos “opinativo” (MELO & ASSIS, 2013), publicados nos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso*, que possam oferecer indícios, explícitos ou implícitos, de vinculação

à temática dos conflitos entre produtores rurais e indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Portanto, a amostragem não-probabilística se justifica uma vez que permite-nos traçar o mapa de significados acionado pelo periódico que definirá o enquadramento construído.

Nessas publicações nos atentamos para os elementos-chave da construção dos argumentos, a saber, a) definição do problema; b) diagnóstico de causas; c) julgamentos morais; d) proposições de soluções. Nossa abordagem, portanto, se aproxima da percepção de Kuypers (2009, p. 182), segundo o qual “a análise de enquadramento pode ser usada para melhor entender os artifícios retóricos” da construção midiática.

2. JORNALISMO: MEDIAÇÃO SIMBÓLICA E MEDIAÇÃO CULTURAL⁶

Com a emergência da imprensa no mundo ocidental, as redes de comunicação e de poder calcadas no campo simbólico foram remodeladas. Antigas instituições, como o Estado e a Igreja, tiveram seus papéis redefinidos. A partir do século XV, veículos de jornalismo e de comunicação se proliferaram e adquiriram uma enorme capacidade de transformar o que é público e visível, o que interfere na formação das representações sociais, colocando-se como importantes instituições mediadoras de leituras do mundo.

Os veículos de jornalismo e de comunicação selecionam, produzem, editam e publicizam conteúdos diversos, munidos de meios técnicos cada vez mais avançados que permitem a transmissão de informações em tempo imediato. Os processos de significação do mundo que afetam os modos como a realidade é percebida, interpretada e dada a ler se realizam também através dos meios de comunicação. Imagens, representações, símbolos, signos e lugares são alguns dos elementos cujos sentidos, na atualidade, perpassam também pelos conteúdos jornalísticos e da comunicação dirigida. O jornalismo é sobretudo um elemento que concorre, mesmo que não de forma inequívoca, na construção da realidade social (BERGER & LUCKMAN, 2008).

O interesse científico que o jornalismo desperta está justamente no fato de ser uma forma específica de comunicação social e de conhecimento social (TUCHMAN, 1978) em que significados surgem e circulam “através dos limiares da representação e da experiência” (SILVERSTONE, 2002, p. 43). É, portanto, mediação que “implica o movimento de significados de um texto para o outro, de um discurso para o outro, de um evento para o outro” (SILVERSTONE, 2002, p. 33). Compreender essa mediação é perguntar como, onde e com que consequências surgem os significados. Qual a sua vulnerabilidade ao exercício de poder, à dependência do trabalho de instituições e indivíduos e sua capacidade de reclamar atenção e resposta?

Se é mediação, por um lado, é também atravessado por mediações culturais que se revelam, a partir do modelo hermenêutico⁷ de Martin-Barbero (2003; 2004), nos próprios

⁶ No anexo A é apresentado uma representação gráfica do modelo teórico da pesquisa

⁷ No modelo metateórico a proposta é reintroduzir os estudos de comunicação no campo da cultura. Para tanto, elabora “um mapa que se movimenta sobre dois eixos: um diacrônico, ou histórico, de larga duração – tensionado entre *Matrizes Culturais* (MC) e os *Formatos Industriais* (FI) -, e outro sincrônico, tensionado pelas *Logicas de Produção* (LP) em sua relação com *Competências de Recepção ou Consumo* (CR). Por sua vez, as relações entre MC e as LP se acham mediadas por diferentes regimes de *Institucionalidade*, enquanto as relações entre as MC e as CR estão mediadas por diversas formas de *Socialidade*. Entre as LP e os FI medeiam

significados, discursos e eventos que se movem no tempo histórico e fluem nos espaços, sejam locais ou globais, e estabelecem o elo compreensivo entre formatos industriais, matrizes culturais e as diversas lógicas de produção. Pensamos o jornalismo como um formato industrial que estabelece uma relação com as lógicas de produção que lhe são próprias através de uma mediação cultural específica: a técnica. Em sentido amplo, inclui os aparatos tecnológicos, na forma de máquinas e equipamentos, mas também processos e procedimentos organizacionais, como rotinas de produção, modelos compartilhados, processos de gestão e controle, que dão forma e sentido a um *habitus*⁸ próprio do campo jornalístico.

As lógicas de produção, contudo, se relacionam com as matrizes culturais através das institucionalidades. Os diferentes indivíduos e grupos sociais, em suas formas organizadas e espontâneas, como definidores da realidade social e cultural, são representados no jornalismo em suas diferentes manifestações no tempo e no espaço. Dessa forma, pensamos o jornalismo como uma mediação simbólica característica das sociedades modernas que forma e é formado por mediações culturais mais amplas.

Esta forma de pensar o jornalismo fica explícita na definição de Sodré (2009, p. 29), segundo o qual jornalismo

não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. Da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significativos (os acontecimentos) a que se dá o nome de notícia. Em todo esse processo o jornalista é apenas parcialmente autônomo, já que tem de obedecer às regras de um planejamento produtivo, assim como de uma concepção coletiva de acontecimento, que em parte o ultrapassa, fazendo com que a seleção das ocorrências informe tanto sobre o campo profissional do jornalismo quanto sobre o meio social a que se refere a notícia.

As mediações culturais que articulam formato industrial, lógicas de produção e matrizes culturais se revelam na definição de Sodré (2009) como *campo profissional do jornalismo* e

as *Tecnicidades*, e entre os FI e as CR as *Ritualidades*” (MARTIN-BARBERO, 2004, pag. 230) (destaques do autor). A representação gráfica do mapa das mediações é apresentado no anexo A.

8 Nos referimos ao conceito desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu: “sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através de uma experiência durável de uma posição no mundo social” (BOURDIEU, 2011, p. 158)

meio social a que se refere a notícia, que no modelo de Martin-Barbero (2003; 2004) são apresentadas, respectivamente, como *tecnicidade*⁹ e *institucionalidade*¹⁰.

No nosso entendimento, ao retomarmos as perguntas fundamentais levantadas por Silverstone (2002), a saber, como, quando e onde surgem os significados, qual a sua dependência das relações de poder, do trabalho de instituições e de profissionais, estamos indagando sobre as mediações culturais a que se refere Martin-Barbero (2003; 2004).

Com o intuito de aproximarmos das construções empíricas estudadas, passamos a seguir à apresentação das noções analíticas e operativas que no decorrer da pesquisa nos permitem compreender como se dá a construção da narrativa dos fatos (SODRÉ, 2009) envolvendo conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais nos meios de comunicação institucionalizados em Mato Grosso do Sul.

O primeiro destes operadores analíticos é a noção de *Opinião Pública*. Apresentamos sua concepção histórica e os seus limites para a compreensão da relação entre jornalismo e sociedade na contemporaneidade. Passamos às suas variações semânticas assumidas no tempo e nos estudos do campo da comunicação, redefinidas como *população demograficamente determinada* e *opinião publicada* e a conexão que estabelece com a noção de *política de opinião*.

Como derivação desta discussão, introduzimos a noção de *enquadramento jornalístico*. Entendemos, seguindo Gomes (2009), que os estudos de agendamento e de enquadramento no campo da comunicação são uma decorrência e refinamento dos estudos sobre opinião pública enquanto forma específica de interação entre jornalismo e sociedade.

2.1. Opinião Pública: limites da concepção histórica

Desde o século XIX, os jornais assumiram a responsabilidade de vincular e disseminar as narrativas e, conseqüentemente, tornaram-se o palco de debates onde se construía, conformava e alimentava a opinião pública (GOMES, 2009). Para a consecução de seus

9 Técnica refere-se à tríplex indagação que tem por objetivo compreender o funcionamento das Lógicas de Produção: “sobre a *estrutura empresarial* – em suas dimensões econômicas, ideologias profissionais e rotinas produtivas; sobre sua *competência comunicativa* – capacidade de interpelar/construir públicos, audiências, consumidores; e muito especialmente sobre sua *competitividade tecnológica*” (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 18; destaques do autor). Portanto, tem estreita relação com os operadores perceptivos e as destrezas discursivas.

10 “A *institucionalidade* é uma mediação espessa de interesses e poderes contrapostos, que tem afetado, e continua a afetar, especialmente a regulação dos discursos que, da parte dos cidadãos – maiorias ou minorias -, procuram defender seus direitos e se fazer reconhecer, isto é, reconstruir permanentemente o social” (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 234).

objetivos, os grupos sociais engajam-se na formação e aprovação desta “opinião”; em outras palavras, buscam assumir a hegemonia cultural, política, econômica e social. Enfim, o jornal e o jornalismo são expressão de um conflito simbólico.

Não é raro nos depararmos com jornalistas, políticos, intelectuais, ou mesmo com pessoas comuns que justificam posições, ideias e comportamentos a partir de uma pretensa afinidade com a tão provalada *opinião pública*. Mas, enfim, o que é Opinião Pública (OP)¹¹?

O sentido de opinião pública não é único e claro, mudando no tempo e ao sabor dos diferentes campos de conhecimento que tratam da questão. O próprio termo *opinião pública* carrega em si uma contradição elementar. Por um lado, adotar opiniões ao longo da vida é visto como uma necessidade que se manifesta assim que nos encontramos diante de um dado, fato ou evento. Sempre que a realidade atinge nossos sentidos, uma opinião manifesta-se. Opinar é, portanto, um juízo imediato e incerto que indivíduos fazem daquilo que aporta em suas consciências, algo subjetivo, individual. Neste sentido, aproxima-se da *doxa* platônica, enquanto apreensão da aparência, das sombras no fundo da caverna.

Por outro lado, opinião se refere à “reputação, ao crédito, à consideração que um goza na opinião do outro” (HABERMAS, 1984, p.124). Manifesta-se como tribunal da moral, da moda, dos costumes. Assim aparece nos fundadores do contratualismo político e do Estado de direito. Nos referimos, principalmente, à Locke (1979) e Rousseau (1973). O primeiro afirmava que há três leis que regulam a conduta do homem: a Lei Divina, a Lei Civil e a Lei da Opinião ou Reputação. A esta última, pertencem os mecanismos de juízo moral sobre vícios e virtudes. O segundo associa opinião à *vontade geral*, enquanto manifestação do interesse comum que está além de qualquer interesse particular e egoísta, que tem seu ponto de apoio fundamental na opinião, que deriva sua força antes do “coração” que da “razão” dos cidadãos.

Neste sentido, o termo opinião pública é uma manifestação individual mas também um balizador coletivo. Tanto na sua manifestação subjetiva, particular e individual; quanto na adequação à “normalidade” coletiva, aos costumes e hábitos, a opinião ainda não se revela como articulação lógico-racional que será seu fundamento a partir da consolidação da esfera pública burguesa (HABERMAS, 1984). Porém, esta contradição fundamental vai manifestar-se na oscilação da definição no decorrer do tempo e em diferentes formas de operacionalização que assumirá nas pesquisas.

11 Neste texto utilizaremos a grafia *opinião pública* para nos referirmos apenas a expressão, léxico; Opinião Pública, ou a abreviação OP, para nos referirmos ao conceito histórico-filosófico, ou erudito e clássico; a opinião pública para nos referirmos ao fenômeno contextualizado e significativo.

Segundo Habermas (1984), a noção de Opinião Pública surge no contexto de ampliação do poder econômico da burguesia, enquanto classe revolucionária, no século XVIII, com o aparecimento da esfera pública entendida como instância mediadora da relação entre Estado e sociedade civil. Apesar do domínio exercido no âmbito da produção e circulação de mercadorias, a burguesia se via alijada da definição da ação política: governo, leis, controle da burocracia e da polícia. A esfera pública burguesa é uma construção que atende à necessidade de manifestação pública das ideias e interesses dos homens livres, proprietários e instruídos, no esforço para influenciar as coisas do Estado. Deve ser entendida como manifestação característica da era do capital, porquanto se constitui como esfera autônoma, à medida em que o controle da circulação e produção de mercadorias se desvincula do poder político, e a classe com domínio político não coincide mais com a classe economicamente dominante.

Primeiramente a esfera pública se constitui de organização de encontros, fomentados pelos intelectuais burgueses ascendentes - em cafés, salões, sociedades literárias e comensais das novas cidades da França, da Inglaterra e da Alemanha - para se informarem sobre os principais acontecimentos e ideias: dos costumes às artes, da religião à ciência, dos negócios à política, tudo está sujeito ao seu julgamento crítico. A publicidade literária é a antecâmara da publicidade política que constituirá o espaço público iluminista do século XVIII.

Nestes espaços, as ideias eram apresentadas, debatidas e referendadas por um fórum de cidadãos livres com capacidade de se expressarem e representarem interesses comuns. Disto deriva um critério de participação em questões públicas: “a ideia de representação como sinônimo de escolha de pessoas imbuídas da capacidade de expressar os posicionamentos individuais”(LONGHI, 2006, p. 53).

Nesse contexto, a noção de Opinião Pública é o critério de legitimação da representação que tem como fundamento a intenção de alinhar a tessitura social de modo a possibilitar o ato comunicativo, capaz de ligar o público e o privado.

Dessa forma, a proliferação dos meios de comunicação garante a constituição de um aparato que percebe e propague as ideias propostas. Assim, para garantir a visibilidade por um lado e a representação por outro, ou seja, para criar uma “liga” contínua entre emissor e receptor, houve a proliferação dos jornais impressos e das revistas, originando a prática da opinião pública, “coesão”, efetivada no espaço público não-político.”(LONGHI, 2006, p. 54).

A Opinião Pública integra os princípios republicanos, antiabsolutistas e pacifistas, enquanto expressão da vontade coletiva. Em sua forma original do século XVIII é vista como um conjunto de posições e teses, que se processa por meio de argumentos; é a consideração, modo de ver, concepção, convicção e posição, mas também, “um conjunto de concepções

resultante do tirocínio de um público apto a julgar, da discussão crítica na esfera pública” (GOMES, 2009, p. 41). Enfim, é a vontade que se legitima como razão.

O Estado de direito constitucional consolida a esfera pública burguesa no reconhecimento do parlamento como arena de debate e de formulação das leis justas e legítimas. O jornalismo emerge no mesmo espírito racional e lógico-argumentativo. Quando se dizia que o jornal expressava a *opinião pública*, ou que a *opinião pública* era a voz do “povo”, estava bem claro que se referia ao posicionamento sobre um assunto qualquer reconhecido pelas pessoas informadas, educadas, em “estado civilizado”, inteligentes e virtuosas da comunidade. Na Inglaterra, “essa ‘opinião pública’ serviu como uma arma da classe média levantando-se contra a aristocracia” (SCHUDSON, 2010, p. 150). Nos Estados Unidos, completa o autor, usava-se o termo “povo” para ser referir à classe média.

No fim do século XIX, no entanto, a noção de *opinião pública* muda em decorrência da transformação do sentido de “público” ou “povo”. Michael Shudson (2010) mostra que à medida em que sociedade política se expande para além dos homens brancos instruídos e proprietários, a própria percepção do que seria o “povo” se modifica. Todas categorias de pessoas com frequência concebidas como passionais e incapazes de sustentar a racionalidade, pela elite letrada, como os proletários, entram na cena política e passam a constituir o “público”. A consequência é a atribuição de elementos nocivos e depreciativos à Opinião Pública. O público “agora eram as massas urbanas que gostavam de grandes manchetes, ilustrações enormes e fotografias, e uma escrita moderna e picante” (SCHUDSON, 2010, p. 151).

Aquela confiança inabalável na racionalidade iluminista¹² e na democracia parlamentar é ameaçada pelo receio da irracionalidade das massas. A esperança desloca-se da possibilidade do consenso racional para a crença na habilidade de guiar e controlar com eficiência a irracionalidade. Nesse novo contexto, as “profissões desenvolvem uma atitude proprietária em relação a ‘razão’ e uma atitude paternalista para com o público”(SCHUDSON, 2010, p. 151).

Se por um lado a política não era mais espaço restrito somente aos cidadãos livres instruídos no exercício da razão, por outro, o jornalismo como esfera de circulação, construção e debate de ideias, visões de mundo e posições, vê surgir novos profissionais que respondiam a esse público redefinido como irracional, espectador, consumidor, que deve ser moldado,

12 No século XVIII a razão era considerada atributo de parcela seleta da sociedade e, portanto, o acesso à esfera pública era restrito aos “habilitados”. Nas palavras de um dos expoentes do pensamento iluminista do século XVIII, Immanuel Kant (1724 – 1804): “Por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado” (KANT, p. 3, 1990).

estudado, dirigido e instruído. Entre eles, Shudson (2010) destaca o profissional de relações públicas, por exemplo.

Disto decorre uma variação de sentido do termo Opinião Pública, no uso cotidiano feito pelos profissionais da comunicação, a exemplo de Bernays (1923, *apud* SHUDSON, 2010, p. 159) que considerava que os juízos políticos, econômicos e morais são “mais frequentemente expressões da psicologia de massas, da reação em massa, do que o exercício calmo dos julgamentos”.

Em nossa pesquisa nos atentaremos para essas noções ambíguas que transbordaram para o âmbito dos estudos de comunicação e do jornalismo enquanto mediação simbólica que a um só tempo é alicerce, paredes e telhado da esfera pública moderna. A ponto de Tocqueville se referir ao jornal como expressão última da Opinião Pública (ESTEVEVES, 2003).

No âmbito da pesquisa em comunicação e mais especificamente do jornalismo a noção de opinião pública é utilizada de formas variadas. Tomemos como primeira aproximação ao conceito a definição que Walter Lippmann (2008) apresenta em seu clássico estudo sobre o tema.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens nas cabeças desses seres humanos, a imagem de si próprios, dos outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamentos, são suas opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nome de grupos, é Opinião Pública com letra maiúscula” (LIPPMANN, 2008, p. 40).

Nesta definição percebemos tanto a noção de *opinião publica* como expressão individual, subjetiva, como a noção de costume, hábitos, valores compartilhados, a qual fizemos menção no início da discussão. Mas Lippman (2008) procura preservar a distinção entre o sentido “rude” do termo e sua manifestação com “letras maiúsculas” cujo significado aproxima-se do apresentado por Habermas (1984).

A noção erudita clássica fundamenta posicionamentos que tentam compreender a noção em seu caráter processual. Assim o faz Beltrão (1980), ao filiar-se à noção de *opinião pública* como

(...) a consciência histórica de uma coletividade em presença de um acontecimento, ideia ou situação de interesses de todos os seus membros e que, em um momento dado, atuando no espírito público, põe em tela de juízo seu sistema de valores, obrigando-a a tomar uma posição, a partir da compreensão objetiva com que o entendem as categorias sociais que as apreciam. (COSSIO, 1958 *apud* BELTRÃO, 1980).

Seguindo nesta definição, segundo Beltrão (1980), a OP apresenta quatro características básicas: 1) consciência histórica coletiva; 2) ocorrência de interesse público atual; 3) confronto com o sistema de valores vigente; e 4) julgamento de categorias sociais à base de uma compreensão objetiva. A consciência histórica coletiva refere-se a uma forma de conhecimento emocional do tema em debate e, por outro lado, a uma forma de conhecimento reflexivo, porque é a racionalização do tema transmitida historicamente. A OP reveste-se de caráter intelectual sob o ponto de vista da consciência histórica.

Quando fala em “ocorrência de interesse público” na atualidade, o autor refere-se a um objeto que não diz respeito a um grupo restrito da comunidade, porém a grupos amplos que têm seus interesses expressos nas opiniões de especialistas ou a um grupo de especialistas, designados, explicita ou implicitamente, para comporem a Opinião Pública. A OP geralmente insurge-se contra princípios e valores estabelecidos. Por isso, se diz que está em confronto com o sistema de valores vigentes. Explicita-se, aqui, que OP não se confunde com opinião majoritária, tampouco com opinião do público. Ademais, Beltrão (1980), neste ponto, ressalta que a OP é uma construção reflexiva, racionalização discursiva, que tem, muitas vezes, a função de questionar o que se impõe majoritariamente.

A OP é, por fim, um julgamento de categorias sociais à base de uma compreensão objetiva. Isso quer dizer que a OP se constrói processualmente, parte de uma criação original singular que se difunde a um grupo restrito e intelectualizado. A partir deste grupo restrito atinge um contingente mais amplo de pessoas que compreendem a OP objetivamente. Ao cabo, temos um grupo amplo que adere à opinião pública, ou seja, a compreende de forma subjetiva.

Essas quatro características encerram o conceito de Opinião Pública apresentado por Beltrão (1980). É um conceito sintético que tem por objetivo instrumentalizar o jornalista profissional nas suas rotinas produtivas. Dessa forma, não pretende problematizar a definição de Opinião Pública.

Esta concepção de Opinião Pública enquanto mediação entre política e moral alimentará as formas de pensar a relação do jornalismo em sua constituição como esfera pública moderna. Neste sentido, Esteves (2003, p. 202) afirma que “o carácter moral da opinião pública e o sentido ético que confere ao mundo ficam a dever-se tanto ao seu carácter racional como à forma comunicacional”. Sua legitimidade se processa, portanto, no exercício da razão, na possibilidade do equilíbrio de posições inicialmente conflitantes. Consequentemente, pressupõe a publicidade e a crítica de ideias.

Para que se efetive os pressupostos de uma legítima Opinião Pública a observância de três princípios elementares deve ser feita. Em primeiro lugar, o não fechamento do público.

Todos os membros interessados no debate devem ter acesso irrestrito à esfera pública, seja individualmente ou como representante de conjuntos e grupos da sociedade. O segundo elemento é a abertura temática. Tudo que é de interesse da coletividade, que afete os cidadãos, deve ter trânsito livre na esfera pública e ser objeto de discussão, deve-se submeter ao escrutínio de ideias, e expor-se ao contraditório. Por fim, é fundamental que a participação das diferentes posições, convicções, modos de ver, se dê paritariamente. A possibilidade de um consenso legítimo só existe se os argumentos conflitantes se apresentam em quantidade e qualidade de tempo e espaço equilibrados.

No entanto, Esteves (2003) assevera que esta noção de Opinião Pública é antes uma idealização que se justifica apenas enquanto força regulatória de instituições midiáticas. Isto fica claro ao percebermos a trajetória histórica da noção de opinião pública e da própria noção de esfera pública apresentada por Habermas (1984). De uma construção aberta, plural, contestatória e revolucionária para uma opinião restrita, interessada, privatizada e arbitrária. A ponto de tornar-se a esfera de representação pública dos interesses privados; a arte consiste em conferir ao objeto de interesse privado a aparência de um objeto de interesse público (GOMES, 2009).

2.2. População, Opinião Publicada e Política de Opinião

Numa perspectiva de compreensão dos usos que se faz do termo *opinião pública* na contemporaneidade, Gomes (2009) abandona a busca genealógica e apresenta as variações em relação à fundamentação filosófico-política. Parte de exemplos concretos elencados a partir de citações da mídia para traçar diferenças consideráveis a ponto de gerar uma nova gama de conceitos relacionados, mas suficientemente discerníveis.

Enquanto pesquisador do campo de estudos da comunicação e política, o autor ressalta que a discussão ganha “substancial importância para o conjunto de questões relacionadas à cultura e à experiência democráticas” (GOMES, 2009, p. 89). Desenvolve, doravante, sua apresentação em torno de três eixos discursivos. No primeiro, a opinião pública e sua relação com opinião política, considerada como simples mensuração quantitativa das opiniões particulares das pessoas sobre um objeto definido. No segundo eixo discursivo, analisa a opinião pública vinculada à ideia de “debate público” e a sua relação com a “opinião publicada”. No terceiro eixo, a opinião pública referida às estratégias voltadas para produção da opinião do público, ligada à política de opinião.

No primeiro eixo discursivo encontramos as chamadas sondagens de opinião ou pesquisas de opinião realizadas por institutos de pesquisa especializados. Geralmente se tem um tema em disputa e parte-se a campo a fim de instar as pessoas ou grupos a se posicionarem a respeito. No fim conta-se os favoráveis e desfavoráveis a *x*, os favoráveis e desfavoráveis a *y*, e ainda os que não têm opinião formada sobre o tema. O autor cita como exemplo a afirmação do então ministro Bresser Pereira¹³, segundo o qual *existia apoio da opinião pública à reforma do aparelho de Estado* porque 65% dos respondentes a apoiavam, 25% são contra e 10% não tinham opinião definida. Ainda, num reforço retórico, completava que *o apoio era quase três vezes maior que a rejeição*. Neste sentido, a opinião pública indicada pelo ministro se confunde com a opinião dos que apoiam ou com o próprio público que opina.

De forma similar se utiliza o termo quando se refere à “pressão da opinião pública” ou “reação da opinião pública”. Em ambos os casos difere do sentido clássico, apresentado acima, como o “repertório comum de posições e juízos públicos à respeito de coisas, pessoas, fatos e questões”(GOMES, 2009, p.94) e aproxima-se de uma noção entendida como “conjunto abstrato dos públicos” ou “público genericamente considerado” ou simplesmente “a população”.

Nesta concepção, apenas os concernidos ou instados a manifestar-se representam toda a opinião pública. O que faz com que respostas como “não sei” e “não tenho posição definida” sejam tomadas como dados válidos, enquanto, na verdade, são a manifestação da falta de opinião e seriam improváveis do ponto de vista da concepção clássica.¹⁴

No segundo eixo discursivo, Gomes (2009) analisa o fenômeno da “opinião publicada”, entendida como a opinião exposta, divulgada, disponível, enfim publicizada. A opinião pública em sua acepção clássica, como apresentamos anteriormente com Habermas (1984) e Esteves (2003), relaciona-se necessariamente à publicidade como forma mesma de sua legitimação. A publicidade da OP inscreve-se em sua constituição e origem. Como constituição, a OP é a opinião manifesta na esfera pública, disponível cognitivamente, aberta ao debate, ao tirocínio. Mas a origem da OP se dá somente na esfera pública, surge do debate de ideias, valores e teses no espaço aberto de discussão.

13 Opinião publicada pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, no jornal *Folha de São Paulo* de 18 de março de 1997.

14 Para aprofundamento da discussão sobre pesquisas da opinião, ver a comunicação feita pelo sociólogo Pierre Bourdieu, “Opinião pública não existe”. In: THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. São Paulo, Polis, 1987, p. 137-151.

A opinião publicada é a mera exposição de ideias, que, geralmente, não têm sua origem ligada à esfera pública, mas é a simples manifestação, ou publicação, de formulações construídas na esfera privada e lançada à esfera da exposição. Assim como se coloca uma mercadoria na prateleira de lojas para que as pessoas consumam, a opinião publicada é qualquer material enunciativo e discursivo disponível à recepção. Pode estar na forma de compilações informativas atuais ou num conjunto de materiais opinativos.

O sistema de produção das opiniões publicadas se materializa através de dois grupos de agentes principais. Primeiramente, os agentes da indústria de informação, os jornalistas, editores e empresários da informação. Neste rol incluímos os produtores de grandes reportagens, charges, editoriais, matérias interpretativas, ou mesmo, material factual. O segundo grupo de agentes são as *personalidades* que, por algum motivo, são consideradas dignatárias de espaços especiais na esfera pública. São aqueles opinadores de “reconhecida competência” ou “autoridade moral” sobre determinado assunto. Gomes (2009, p. 98) pondera que “frequentemente, não é preciso sequer que esses atores sejam investidos de qualquer propriedade particular, como cultura, informação e inteligência, sendo condição bastante corresponder aos valores que regem o mundo do espetáculo na mídia”.

Alguns desses opinadores profissionais são destacados como “formadores de opinião”, aos quais se atribui a incumbência de esclarecer, ensinar e conduzir a população, ou povo, ou eleitores (muitas vezes chamados de opinião pública). Por outro lado, devem submeter-se ao debate público no qual, através da argumentação ou do direito à réplica, apresentam-se diante de uma elite pensante, que adere a posição se convencida.

No entanto, “os termos ou parâmetros do debate público podem ser deteriorados e rebaixados pelos consensos prévios sobre convicções que são adotadas como verdadeiras antes de serem examinadas, pelo pensamento da moda, pelo preconceito”(GOMES, 2009, p. 101). Como consequência, temos um cerceamento e empobrecimento do debate por critérios de seleção e edição definidos pela própria indústria da informação¹⁵.

A disposição e abertura da mídia pode ser avaliada portanto a partir da vinculação de opiniões publicadas variadas, polissêmicas e polifônicas (MEDINA, 2016). O caráter democrático de um veículo de comunicação está inversamente associado a sua adesão a parâmetros e termos deteriorados pelos pensamentos da moda e pelos preconceitos.

15 No próximo capítulo, trataremos das construções identitárias sobre o “ser” sul-mato-grossense que, como demonstraremos na análise dos dados empíricos (capítulo 4), exercem esse papel de consensos prévios que deterioram os termos do debate público.

O terceiro eixo discursivo relaciona-se diretamente com a opinião pública. Gomes (2009) o denomina “política de opinião”. No jogo democrático, a disputa de opiniões através da negociação de argumentos e a busca de consensos, comporta outro fenômeno que é a concorrência pela elevação de certa opinião particular à condição de opinião do público. Esta imposição se realiza com a “conquista da opinião pública”.

No esforço de se fazer hegemônica, angariar a opinião pública, é que se manifesta a política de opinião. Isto se dá por três processos: “a) a construção da opinião; b) o ajuste entre a opinião que o público deseja e a opinião publicada; c) a manutenção, ou seja, o empreendimento que visa manter como opinião do público a opinião particular.”(GOMES, 2009, p. 103). Estes processos têm por objetivo formar, controlar e justificar a opinião sobre atores, instituições, temas e questões.

A política de opinião se direciona tanto ao público em geral quanto à parcela influente e formadora de opinião. Materializa-se quando esses grupos tomam como própria a opinião que lhes é oferecida pela política de opinião, quando as opiniões publicadas se resumem a ratificar consensos prévios, formados longe da esfera pública e dos confrontos argumentativos.

Nesta forma de compreender a dinâmica entre opinião publicada e política de opinião, o receptor não é mero agente passivo ou “desembocadouro do fluxo opinativo”(GOMES, 2009, p. 107). “Como instância subjetiva, o público mesmo em seu ato de consumo no mercado público de opiniões, possui um repertório prévio, de juízos, convicções, noções e saberes com que haverá de negociar qualquer posição conceitual nova”(GOMES, 2009, p. 108). Depreende-se, portanto, que o público é o avaliador final do sucesso ou fracasso da política de opinião.

Política de opinião não se confunde com política editorial ou de uma organização midiática, embora tensione-as. Não é necessariamente o posicionamento explicitado em editoriais. A política de opinião pode ser a forma comunicacional que grupos políticos, coletivos sociais e organizações econômicas buscam fazer-se hegemônicos e, por conseguinte, direcionar a opinião pública. A adesão ou não a certa política de opinião por parte dos grupos midiáticos pode ser expressa em editoriais, mas também na abertura ou fechamento à diversidade de opiniões publicadas.

Cabe, neste ponto, arguirmos sobre as formas operacionais que ligam opinião publicada e política de opinião, pensadas sob a óptica da mediação entre jornalismo, cultura e política. Qual a forma que assumirá na sua manifestação nos veículos de comunicação, mais precisamente, nos meios impressos, que são o ponto de análise desta pesquisa?

Interessa-nos, portanto, avaliar a pluralidade de opiniões publicadas, a complexidade das interpretações de fatos e eventos, o caráter polissêmico e polifônico da narração jornalística enquanto expressão do verdadeiro debate público.

Podemos afirmar que a Opinião Pública é a instância mediadora da relação entre Estado e sociedade em sua importância como categoria-chave da ciência política, mas, também, enquanto ato comunicativo, permite que problematizemos a construção da narração dos fatos jornalísticos em sua interface com a sociedade e com a cultura.

Na construção narrativa do fato, segundo Sodré (2009), há uma tendência de produzir um conhecimento que se situa entre o senso comum e o conhecimento sistemático. Isto acontece porque há o reconhecimento tácito, por parte do meio jornalístico, de que o senso comum estabiliza a experiência da realidade dos indivíduos e gera a sensação de pertencimento à coletividade. O senso comum dialoga com a concepção que os gregos chamavam de *doxa*, ou a experiência de realidade limitada à sensibilidade; uma expressão coletiva que reduz a complexidade factual a imagens de fácil trânsito comunicativo: a opinião. “O conhecimento de senso comum apenas repete as opiniões e preconceitos adquiridos no dia a dia, sem nenhuma preocupação com sua justificativa e análise”(SODRÉ, 2009, p.62). Por conhecimento sistemático, o outro extremo que baliza a narrativa jornalística, nos referimos às elaborações sobretudo das esferas da ciência e da política, mas também da filosofia, da política e até da ideologia.

Doravante, perguntamo-nos sobre os mecanismos, formas e artifícios retóricos e simbólicos em que se baseiam os meios de comunicação que poderiam expressar políticas de opinião e, ao mesmo tempo, possibilitariam à opinião publicada ser tomada como opinião pública.

2.3.Enquadramento como estratégia simbólica e retórica

Para Gomes (2009), os estudos de enquadramento midiático são a continuação dos estudos sobre opinião pública, que nos permite elucidar as estratégias de definição dos mapas de significados possíveis para a compreensão dos fatos.

Nesse cenário, podemos introduzir o que nos parece ser um conceito chave em nossa pesquisa: o enquadramento (*framing*). A metáfora fotográfica acentua a dependência entre criador e criatura. Assim como o olhar do fotógrafo direciona o ponto de vista do observador da imagem, ao definir os limites de uma cena, o enquadramento, enquanto conceito analítico

do campo comunicacional, destaca a parcialidade e arbitrariedade do ato de construir uma narrativa jornalística dos fatos.

Originalmente, a primeira referência ao termo foi feita pelo sociólogo Erving Goffman, na década de 1970. O norte-americano desenvolve uma proposta de análise psicossocial que chamou de *Frame Analysis*, ou análise dos quadros da experiência social. Em seu entendimento,

[...] quando os indivíduos se interessam por qualquer situação usual, eles se confrontam com a pergunta: 'O que está acontecendo aqui?' Quer formulada explicitamente, como em momentos de confusão ou dúvida, ou tacitamente, em ocasião de certeza habitual, a pergunta é feita e a resposta a ela é presumida na maneira como os indivíduos passam então a tocar os assuntos que têm diante de si. (GOFFMAN, 2012, p. 30)

Na construção da resposta, os quadros (*frames*) são acionados, uma vez que são definidos como um conjunto de princípios que coordenam a interpretação subjetiva dos eventos e fatos. Estes quadros ou molduras inserem-se no processo da construção de significados, direcionando a forma como a realidade é decodificada e interpretada intersubjetivamente. Os quadros de referência são, portanto, estruturas de símbolos que confluem na atribuição de significados, estando ancoradas a um contexto cultural em uma determinada situação concreta e/ou abstrata. Desta forma, Goffman (2012) pretende contribuir para o entendimento das estruturas das experiências dos sujeitos envolvidos na ação social. O conceito, por conseguinte, não se refere à organização da estrutura social.

O ato de atribuir sentido a um significado desprovido de significação é definido por Goffman (2012) como esquema de referência primário, sendo o marco interpretativo para organizar uma determinada realidade. Os indivíduos lançam mão desses esquemas de referência primários na construção das explicações. Na medida em que são as estruturas cognitivas que lhes auxiliem neste processo, haverá implicação na seleção de um ou mais aspectos particulares da totalidade da cena, que sobressairão sobre os demais aspectos.

Em termos processuais, os quadros são o produto de construções mentais dos sujeitos que conferem inteligibilidade a acontecimentos no mundo cotidiano. Os esquemas de referência primários são elementos, externos à experiência presente, dos quais se vale o sujeito cognoscente. Nesse sentido, são logicamente anteriores à construção dos quadros. Por outro lado, são elementos compartilhados, espriados no mundo; constantemente reafirmados e transformados. A este processo desencadeado pela necessidade de compreender o que está acontecendo é que Goffman entende como estrutura da experiência dos indivíduos.

No âmbito da pesquisa em comunicação, o enquadramento é analisado na interface dos efeitos da mídia. Seriam, portanto, um desdobramento dos estudos de *agenda-setting*, ou teoria do agendamento, desenvolvido por Maxwell E. McCombs (2009).

A *teoria do agendamento* estuda o poder dos meios de comunicação, ou seja, a capacidade que estes possuem para evidenciar um determinado assunto, ofuscar ou ignorar outros temas. A teoria pretende explicar a correspondência entre a intensidade da cobertura de um fato pela mídia e o impacto desse fato sobre o público. A estratégia do agendamento mostra que a imprensa é seletiva ao noticiar os fatos, pois os jornalistas atuam como *gatekeepers* (porteiros) da informação, na medida em que deixam passar algumas notícias e barram ou ignoram outras.

A ideia teórica central é que os elementos proeminentes na imagem da mídia tornam-se proeminentes na imagem da audiência. Aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público (McCOMBS, 2009, p. 111). Assim a mídia define “o que” pensar, do que falar, e conseqüentemente, o que deve ser importante para o público. Um exemplo claro de agendamento acontece quando há campanhas de vacinação em massa. Com o objetivo de mobilizar a população e arrefecer resistências, os meios de comunicação inserem, diariamente, temas relacionados à campanha de imunização, destacam efeitos negativos e indesejáveis causados pela enfermidade, orientam sobre locais e horários de vacinação, especulam sobre as conseqüências sociais de uma epidemia, etc. Nesse caso específico, o efeito do agendamento da mídia pode ser verificado, mesmo que indiretamente, pela adesão da população à campanha de vacinação.

Kuypers (2009) pondera que além de definir “o que”, a mídia fornece elementos contextuais que permitem aos leitores situar os fatos em questão. Esta definição de contextos de interpretação pode ser chamada de “agenda expandida”. Se por um lado o agendamento estabelece a quantidade de atenção dedicada a um fato ou evento, o agendamento expandido indica “como” devem ser compreendidos os fatos jornalísticos. No esforço de produzir encapsulamentos dos acontecimentos, ou seja, propor um limite de interpretação, é que entra em cena o enquadramento.

Neste ponto, apresentaremos autores que trabalharam com o conceito de enquadramento e propuseram defini-lo no âmbito da análise da forma como se constroem as notícias. Destacamos os estudos de Gaye Tuchman (1978), Robert Enteman (1991, 2004) e Todd Gitlin (2003). A preocupação central é a abordagem das estruturas simbólicas organizadas nas narrativas jornalísticas, utilizadas pelos meios de comunicação para dar sentido a um fato ou evento com propósitos pré-definidos.

A primeira apropriação do conceito sociológico, segundo Carvalho (2009), é apresentado pela pesquisadora Gaye Tuchman (1978), a qual entende que a “produção de significados é intrinsecamente encaixada na atividade de homens e mulheres – nas instituições, organizações e profissões associadas às suas atividades e que eles produzem e reproduzem, criam e recriam” (TUCHMAN, 1978, p. 216). Nessa perspectiva, o enquadramento fica confinado à expressão dos constrangimentos inerentes ao ambiente de produção da notícia. Como consequência, possibilitaria ao jornalista selecionar e construir a narração dos fatos de maneira rápida e rotineira, ou seja, enquadrar passa a ser um ato de operacionalizar os valores-notícia compartilhados pelos produtores de conteúdo jornalístico. Tuchman resume a compreensão do conceito ao ambiente restrito da estrutura organizacional das empresas jornalísticas ou às regras do *campo* jornalístico, aqui entendido no sentido que lhe atribui o sociólogo Pierre Bourdieu (2009). Podemos relacionar esta forma de pensar o enquadramento à mediação que Martin-Barbero (2003) chama de *tecnicidade*.

Enteman (1991) estudou a cobertura jornalística sobre dois desastres aéreos. O primeiro foi a queda de um avião coreano da Korean Air Lines, em 1983, e o outro, de um avião iraniano da Iran Air em 1988. Acompanhou publicações em vários veículos de comunicação. Durante as duas semanas que se seguiram ao ocorrido, o *The New York Times* publicou 286 matérias e o *Washington Post* 169 matérias sobre os fatos. O autor percebeu que a forma como foram enquadrados divergiu explicitamente. O avião coreano teria sido vítima de um atentado, consequência de um ataque perpetrado pelos soviéticos. Enquanto as causas do fatídico fim do avião iraniano seriam problemas técnicos. Desta maneira, demonstrou como o enquadramento foi responsável por definir interpretações diferentes para fatos aparentemente semelhantes. No primeiro caso, portanto, a crença difundida (inclusive através de opiniões publicadas) de que os soviéticos são os inimigos maus e, conseqüentemente, culpados, encontra ressonância na audiência. Por outro lado, restringir a interpretação da queda do avião iraniano a um acidente decorrido de problemas técnicos, preserva a imagem da política norte-americana (política de opinião) no golfo pérsico. Pode-se perceber que o enquadramento baseia-se, por exemplo, na política editorial do jornal ou nas expectativas dos leitores em relação aos fatos.

A conclusão de Entman (1993) é que os quadros de referência transpassam a rotina jornalística, pois estão subordinados a questões ideológicas das organizações midiáticas que os constroem. Por fim, destaca que o enquadramento midiático envolve essencialmente seleção e relevância; um quadro que visa selecionar alguns aspectos da realidade percebidos e torná-los mais salientes em um texto, de tal maneira a promover uma visão particular do problema, uma definição, interpretação causal, avaliação moral, e/ou a recomendação de tratamento para o item

descrito. Desta forma, enquadrar é propor o direcionamento do contexto de compreensão, oferecendo um foco primordial à partir do qual se deve ler a realidade. O enquadramento não é só focalizar em alguma característica do fato, mas salientar uns e obscurecer outros.

Os enquadramentos acontecem em pelo menos quatro locais no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor, e na cultura. Comunicadores, consciente ou inconscientemente, enquadram ao decidir o que dizer, guiado por quadros (chamados de esquemas) que organizam os seus sistemas de crenças. O texto contém quadros, que se manifestam pela ausência/presença de determinadas palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação. Os quadros que orientam o pensamento e a conclusão do receptor podem ou não refletir os quadros do texto e a intenção de enquadramento do comunicador. A cultura, por fim, concepção de relevante interesse em nossa pesquisa, é o estoque de quadros comumente invocada.

Por fim recomenda que no estudo do enquadramento devemos procurar identificar o que chamou de funções de enquadramento: 1) Definição de um problema; 2) Diagnóstico de causas; 3) Julgamento moral; 4) Recomendações. Para o autor, um texto deve conter ao menos uma dessas quatro funções para organizar molduras de referência (ENTMAN, 1993).

Estudando os movimentos sociais norte-americanos dos anos 1960, Gitlin (2003) percebeu que os meios de comunicação não só sugerem formas de compreensão da realidade ao público leitor ou audiência, mas, indireta ou diretamente, exercem influência sobre o que os próprios movimentos sociais pensam de si mesmos. Ou seja, a mídia diz aos próprios movimentos quem são, quais as suas intenções e o que querem dizer. Desta forma torna os movimentos noticiáveis, na medida em que os submetem às regras de produção da notícia definida pelo campo jornalístico. Essas regras é que vão dizer o que é uma notícia, um evento ou um protesto.

Na dinâmica da cobertura de um movimento social a mídia, não raro, acentua características e obscurece outras. Geralmente essas qualidades não coincidem com as que são prioridade para os membros do grupo. As consequências são imagens que desviam a percepção do objetivo, da identidade e do projeto que deram origem ao movimento. Na visão de Giltlin (2003), as rotinas jornalísticas atreladas aos interesses econômicos e políticos das organizações, normal e regularmente selecionam algumas versões da realidade em detrimento de outras.

Segundo o autor, a mídia de massa é especializada em orquestrar as consciências, justamente por ser ubíqua, acessível e ter grande capacidade de centralização simbólica. A mídia nomeia as partes do mundo e certifica o que deve ser tratado como realidade. E se esse certificado é colocado em dúvida, nele mesmo se encontram os termos do que é uma dúvida ou

oposição válida. Controlam tanto o “sim” como o “não”. Por fim, diz que a mídia de massa “transformou-se no centro do sistema de distribuição de ideologia” (GITLIN, 2003, p. 2).

Gitlin (p.7, 2003) entende que os “enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção e exclusão, pelo qual manipuladores de símbolos rotineiramente organizam o discurso, seja verbal ou visual”.

Tanto Enteman (1993) quanto Gitlin (2003) não se afastam da tradução conceitual oferecida por Tuchman (1978) do conceito goffmaniano. Acentuam que se trata de um forma de organização da experiência em que há a seleção e omissão de aspectos da realidade de acordo com o quadro de referência acionado no ato de emoldurar os dados da percepção. Ambos enfatizam os quadros de referência restritos ao âmbito organizacional e institucional do campo jornalístico. No entanto, Enteman (1993) acentua que na cultura está o estoque de quadros de que se lançará mão na construção da narrativa jornalística. Cabe ressaltar que o jornalista, ou o jornalismo, dentro da lógica de campo proposta por Bourdieu (2009), mantém uma fronteira definida, mas fluída e porosa, em permanente interação com outros campos da realidade social. Como consequência, a permeabilidade do campo jornalístico, permite pensar que os quadros de referência nem sempre são restritos à lógica do campo. Podem, porém, transpassá-lo, evidenciando a forma de relacionamento do campo jornalístico com a sociedade e a cultura em que se insere. Neste sentido, é que entendemos que os quadros de referência são expressões de outras mediações, ao que alude Martin-Barbero (2003) - as matrizes culturais.

Carvalho (2009) apresenta uma crítica da apropriação do conceito de enquadramento feita por Tuchman, crítica que vai exatamente de encontro à abordagem restrita apresentada pela autora estadunidense. Para o autor, ao enquadrar, o jornalismo faz mais do que salientar e obscurecer aspectos relevantes para a interpretação dos fatos e eventos. “Em outros termos, os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso, em suas múltiplas inserções sociais, e por isso dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa.” (CARVALHO, 2009, p. 4)

A crítica centra-se na apropriação da noção de quadros de referência primários apresentada por Goffman (2012). Para Carvalho (2009), os quadros de referência específicos restritos às mediações técnicas, circunscritas ao ambiente institucional e organizacional do jornalismo, subdimensionam os quadros de referência primários, os quais permitem perceber como cada sujeito se envolve subjetivamente em cada situação dada e fornecem chaves de inteligibilidade ampla diante de uma situação.

Outro ponto salientado pela crítica é que ao privilegiar os quadros de referência da própria prática jornalística, exacerba-se uma pretensa autonomia do campo em relação à

realidade mais ampla que o cerca e com a qual estabelece estreito diálogo. Se para além da realidade dos fatos jornalísticos há uma realidade sócio-histórica, ou sociosemiótica, que é dinâmica e oferece sempre novos quadros de referência para inteligibilidade das situações e práticas sociais, não se justifica pensar os quadros de referência do fazer jornalístico como esquemas estanques e estáticos.

Nessa perspectiva, se uma realidade social se modifica a partir de novos enquadramentos, e se a realidade social é a fonte por excelência de que se vale o jornalismo na construção das suas narrativas sobre as múltiplas facetas da vida cotidiana, em outras palavras, se é na realidade social e em função dela que os acontecimentos se materializam, ou impactam, não é prudente tomar os enquadramentos jornalísticos como imobilizados em torno de quadros de referência imutáveis, ou sujeitos prioritariamente aos constrangimentos institucionais. (CARVALHO, 2009, p. 10).

Trazer à baila a noção de quadros primários de referência a partir do sentido que lhe atribui Goffman (2012) é tarefa arriscada, como pondera Carvalho (2009), porque o próprio criador não se dedicou à conceituação exaustiva da criatura. Apenas se limitou, e isto é explicitado pelo próprio Goffman (2012), a uma abordagem descritiva, sem referência a uma outra realidade que lhe desse sentido.

Ciente desse desafio, o trabalho de Carvalho (2009) passa a traçar o que entendemos ser um refinamento conceitual. O caminho traçado leva o autor ao conceito de ideologia, não como visão invertida, manipulada, expressão superestrutural de determinantes estruturais, mas como visão de mundo, conjunto de crenças e valores de um determinado grupo social na sociedade. Os referentes primários têm sua origem, significação e ressignificação em articulações simbólicas que disputam os sentidos do mundo e são expressão das diferenças e desigualdades da realidade sociocultural.

A partir desta perspectiva, Carvalho (2009) contribui para a superação da crítica que se faz ao trabalho de Goffman (2012) de centrar sua análise excessivamente na ação individual. Introduce no campo de estudos da comunicação e, mais especificamente, do jornalismo, o equilíbrio teórico-metodológico entre ação e estrutura.

Incorporando a pertinente crítica de Carvalho (2009), entendemos, em sintonia com a definição desenvolvida por Sodré (2009), que o enquadramento é o ajuste do fato a um quadro de referência. Pode-se entender que enquadrar é ser consoante a um “sistema de referências (regras, esquemas interpretativos) que permite atribuição de sentido a uma ocorrência ou uma situação qualquer, de modo a organizar a experiência social” (SODRÉ, 2009, p.51). Cabe ressaltar que o sistema de referência pode ser de natureza política, ética ou estética, e sempre em sintonia com a cultura de um grupo específico, num determinado contexto sócio-histórico.

Portanto, segundo Sodré (2009, p.38), “o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e apresenta (logo, constrói) o acontecimento”. De um ponto de vista teórico-conceitual, o enquadramento não pode ser entendido como um limite ideológico imposto à construção noticiosa, definido exclusivamente por um grupo de interesse; porém, como um consenso entre os atores midiáticos (jornalistas, *gatekeepers*, *publishers*) e atores extramediáticos, que podem “ser vistos como personagens de um enredo em busca de verossimilhança” (SODRÉ, 2009, p.41).

Procuramos ressaltar que em nossa pesquisa os enquadramentos que delineiam a narrativa dos fatos, enquanto mediação simbólica (SILVERTONE, 2002), incorporam mediações culturais, tanto *tecnicidade* - quadros de referência restritos às rotinas e organizações jornalísticas - quanto *institucionalidades* - matrizes culturais em forma de referenciais primários políticos, éticos, estéticos e ideológicos (MARTIN-BARBERO, 2003). E esses quadros de referência primários são explicitados, ou não, em opiniões publicadas e na política de opinião vinculada nos meios de comunicação.

A partir desta apresentação dos conceitos e perspectivas teórico-metodológicas que nos guiam em nossa pesquisa pretendemos demonstrar a relação estabelecida entre o enquadramento jornalístico dos eventos envolvendo os conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais em jornais impressos. Consideramos a hipótese de que referenciais primários encontram-se nas opiniões publicadas nestes jornais e em que medida relacionam-se com elementos de uma ideologia da cultura sul-mato-grossense.

O próximo passo de nossa pesquisa é explicitar e sintetizar o que Banducci Jr. (2006) chama de “ideologia da cultura sul-mato-grossense”(ICMS). Um conjunto de construções discursivas sobre a identidade do povo que vive na porção meridional do antigo estado de Mato Grosso, mobilizada, principalmente, a partir criação de Mato Grosso do Sul. Seguindo nossa hipótese de trabalho e em acordo com a perspectiva teórico-conceitual que acabamos de expor, entendemos que esse conjunto discursivo assume o papel de matriz cultural (MARTIN-BARBERO, 2003) e quadro de referência primário (GOFFMAN, 2012; CARVALHO, 2009), que estrutura a experiência intersubjetiva de produtores e receptores de mensagens midiáticas em Mato Grosso do Sul.

3. IDENTIDADE REGIONAL E O LUGAR DO INDÍGENA

No dia 11 de outubro de 1977, o presidente da república, o general Ernesto Geisel, assinava o decreto que criava o estado de Mato Grosso do Sul. Antes de significar apoteose da trajetória dos desejos dos habitantes da porção meridional do grande estado de Mato Grosso, a secessão foi consequência do pragmatismo político exógeno, mais uma estratégia que visava à manutenção dos militares no poder central em Brasília¹⁶.

Até 1979, os elementos tangíveis de definição do novo estado da federação estavam colocados: território, sede administrativa, poderes legislativo, judiciário e executivo. No entanto, os elementos simbólicos em torno dos quais a população se identificasse ainda estavam por definir. Criar um hino, um brasão e uma bandeira são tarefas relativamente simples e de fácil consenso, mas ainda faltava algo essencial: uma identidade histórico-cultural que singularizasse o Mato Grosso do Sul entre os demais estados da federação.

Entram em cena os *homens de letras*. No bojo da consolidação da nova unidade federativa, enseja-se o projeto de sistematizar, selecionar e divulgar uma *história* própria de Mato Grosso do Sul. Os membros da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972), investidos de seus poderes simbólicos, fundam, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG - MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades consideradas pelos sócios como co-irmãs.

Uma série de esforços foram empenhados, nessas agremiações, doravante, na construção de “uma história que contemple e contenha o estado de Mato Grosso do Sul como um todo” (AMARILHA, 2006, p. 177) e de uma identidade sul-mato-grossense que justificasse a existência de um “ser” do sul, suficientemente diferente dos povos do “norte”. Todo esse trabalho

16 No início de 1977, o governo editou o “pacote de abril”. Uma série de medidas que alteravam as regras das eleições de 1978, entre as quais, destacamos, uma nova regra que garantisse a maioria governista no senado do país. Metade das vagas em disputa seria preenchida pelo voto indireto do Colégio Eleitoral, em que a composição comportava os membros das Assembleias Legislativas dos estados e delegados das Câmaras Municipais. Assim, um terço dos senadores não foram sufragados pelo voto direto e sim referendados após uma indicação do presidente da República, os chamados senadores biônicos. A emenda constitucional e os seis decretos-lei também definiam o aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso Nacional e a manutenção de eleições indiretas para presidente da república, governadores dos estados e de prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional. “Em Mato Grosso do Sul, os municípios considerados de área de segurança nacional eram: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas e a capital Campo Grande, ou seja, era o governador que nomeava os prefeitos desses municípios. Os senadores do novo estado foram todos da ARENA: Pedro Pedrossian (eleito em 1978), Antônio Mendes Canale (eleito em 1974, que, na divisão optou por MS) e Rachid Saldanha Derzi, indicado senador “biônico” em janeiro de 1979” (AMARILHA, 2006, pag. 176).

visava ao mesmo tempo encontrar referências genuínas e construir um núcleo de significados que desse consistência simbólica ao novo contexto cultural que, se a partir daquele momento começava a ganhar forma, mantinha-se vinculado ao antigo conteúdo. (BANDUCCI JR, 2009, p.107-8)

Diante do novo quadro institucional que se inicia com a criação do estado de Mato Grosso do Sul, em 1977, os esforços políticos, intelectuais e artísticos podem ser, ainda, entendidos como o surgimento de *tradições inventadas*. Os historiadores Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1984, p. 10) as entendem como “reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase obrigatória”. As tradições inventadas têm por objetivo estabelecer ou simbolizar a coesão social ou as condições sociais de admissão de um grupo; promover a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento, além de legitimar instituições, status e relações de autoridade.

Schneider (2004), ao estabelecer um comparativo entre a identidade brasileira e a identidade alemã, diz que cabe ao pesquisador procurar o *locus* social e cultural onde as manifestações identitárias se pronunciam. Para o autor, a identidade oferece um sentimento de comunhão, associado à mediação ou transmissão das narrativas mestras da nação e de seus membros. As narrativas mestras estão expressas nas várias formas discursivas. Seja em discursos políticos, discussões públicas, programas de TV, jornais e revistas, representações cotidianas e midiáticas de determinados eventos; ou nas falas de pessoas com “elaborada competência discursiva”¹⁷. Nesse sentido compreendemos os produtos jornalísticos que estudamos: como *locus* privilegiado onde se manifestam os elementos constituintes de uma identidade regional.

Neste capítulo apresentamos a possibilidade do debate acerca da identidade sul-mato-grossense estabelecer uma relação com as construções midiáticas que envolvem grupos indígenas, enquanto balizadores discursivos em que se cristalizam preconceitos e estereótipos.

A discussão que propomos se baseia, principalmente, nos argumentos apresentados por Banducci Jr. (2009), Amarilla (2006) e Queiroz (2006). O primeiro, sob a óptica da antropologia cultural, defende que a construção simbólica que se seguiu à secessão de Mato Grosso, erigiu-se sobre uma revisão ou seleção histórica de elementos singularizantes da trajetória da porção meridional do grande estado mato-grossense. Soma-se a isso um novo discurso identitário construído nos anos que se seguiram à criação de Mato Grosso do Sul, ligados à temática

17 Nesse sentido que pensamos o papel dos articulistas dos jornais *O Progresso* e *Correio do Estado*: são personalidade ou opinadores de “reconhecida competência” ou “autoridade moral” sobre determinado assunto (GOMES, 2010) com “elaborada competência discursiva” (SCHNEIDER, 2004).

ambiental, de revalorização do Pantanal e dos personagens pantaneiros. Amarilla (2006) e Queiroz (2006) nos guiarão, por sua vez, pormenorizadamente, pelo que Banducci jr. (2009) chamou de “antigo conteúdo” da elaboração identitária do sul-mato-grossense. Como ficará exposto na trilha deste texto, os autores se referem às formulações sistemáticas de intelectuais, ligados ou oriundos da elite política e econômica do sul do antigo Mato Grosso, principalmente, da chamada “geração de trinta”.

Não pretendemos problematizar a discussão sobre a identidade¹⁸ sul-mato-grossense, mas apenas servir-nos dela para a reflexão posterior sobre a relação das opiniões publicadas nos jornais locais atualmente e suas possíveis ligações com esses discursos identitários, entendidos como *tradições inventadas* que intentam, ideologicamente, estabelecer os enquadramentos sobre conflitos entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul.

Para tanto, compartilhamos com Banducci Jr (2009, p.108), que por sua vez inspira-se em Roberto Damata (1984), o “pressuposto de que a construção da identidade de um povo é um processo não apenas dinâmico e segmentado, mas contraditório e ideológico, na medida em que se constitui num esforço por justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas”-.

3.1. Identidade do povo do sul de Mato Grosso: elementos históricos

Os homens de letras de MS assumiram para si a missão de esquadrihar nas memórias, crônicas e biografias dos antigos povoadores do sul de Mato Grosso a matéria-prima da narrativa histórica mestra fundante que constituísse o cimento agregador das identidades culturais sul-mato-grossenses. Tinham, enfim, a deliberada intenção de tecer uma trama simbólica que expressasse “o modo como os integrantes de um grupo humano se inserem no mundo, demarcando, pela partilha de narrativas, quem são os locais e quem são os forasteiros”(MEDINA, 2016, p. 136).

O eminente memorialista e membro da IHG-MS, Paulo Coelho Machado, deixa clara essa percepção da missão ao afirmar que

Urge que os sul-mato-grossenses mais autênticos, os verdadeiros Guaicuru, como forma de reação, se concentrem nas suas tradições mais caras, nos acontecimentos, nos cultos maiores de sua história. Assistimos hoje, com pesar, ao autóctone imitar o alienígena nos costumes, no sotaque, adotando o folclore estranho e até a contração da preposição com o artigo para designar nosso estado: **no** Mato Grosso do Sul, **do** Mato Grosso do

18 Pontuamos que neste trabalho não tomamos como intenção precípua fazer uma abordagem específica das construções identitárias, oferecendo um contraponto discursivo e crítico, mas, tão somente, apresentá-las como possíveis marcos de referência primários que alimentam as construções midiáticas, observando os passos teórico-metodológicos que nos propomos. Essas construções são tomadas nessa pesquisa, portanto, como variável independente, como “matriz cultural” (MARTIN-BARBERO, 2003), que, hipoteticamente, se correlacionam com os itens opinativos analisados.

Sul, em lugar daquilo que sempre usamos aqui: **em** Mato grosso, **de** Mato Grosso. Pouco importa se as pessoas são daqui ou de fora, desde que amem a terra, que a façam crescer e adotem nosso estilo de vida. Os de fora é que se devem adaptar ao meio e se vincular às tradições locais, aquilo que já constitui nossa civilização. Tais fatos devem ser desarquivados de vez em vez e revelados aos que se empenham pelas coisas da cultura, daqueles que são responsáveis pelo desenvolvimento do Estado, para que se mantenham vivos e atuais (MACHADO, 1980, p. 6, *apud* AMARILHA, 2006, p. 179-80; grifos do autor).

Esse esforço se materializa numa série de publicações. Os sócios fundadores da ASL e do IHG-MS publicam, entre 1978 e 1988, sete títulos¹⁹. Entre os anos de 1988 e 1996 é publicada a Coleção Historiográfica²⁰, em quatorze volumes, patrocinada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS). A partir de 2002, até 2006, é editada a revista da Academia Sul-mato-grossense de Letras (10 números são publicados no período).

O objetivo central dessas publicações é convencionar uma *tradição* em Mato Grosso do Sul. Assim o fazem recuperando fatos para entrarem no culto da história: “acontecimentos belicosos, aguerridos, combativos e audaciosos” (AMARILHA, 2006, p. 189). Nessa empreitada forjam um antepassado sul-mato-grossense valente, patriota, destemido, temerário e corajoso.

Portanto, a história divulgada por meio de obras publicadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG - MS) e pela Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), em suas narrativas, privilegia os pioneiros (brancos, portugueses, espanhóis e as famílias tradicionais), na medida em que eleva suas conquistas pelas Guerras e combates ocorridos no passado em territórios de Mato Grosso do Sul (AMARILHA, 2006, p. 196)

Na historiografia de José Barbosa Rodrigues, por exemplo, acrescenta Amarilha (2006), são recuperados momentos como: a) o governo dos Adelantados, insistindo nos espanhóis como descobridores de Mato Grosso do Sul; para isso reverencia o Puerto de Nuestra Señora de la Candelaria, atualmente o município de Corumbá, como certeza da presença definitiva de gente d’álem mar em terras de América do Sul; b) as missões jesuítas são destacadas como forma de garantir a presença do catolicismo na colonização da região; c) os monçoeiros e bandeirantes, por sua vez, são alçados à condição de verdadeiros desbravadores do oeste, símbolo de

19 MARTINS, Demosthenes. *A poeira da jornada*. Campo Grande: Alvorada, 1980; PONTES, José Couto Vieira. *História da Literatura Sul-Mato-grossense*. São Paulo: Editora do Escritor, 1981; GOMES, Otávio Gonçalves. *A poesia de Mato Grosso do Sul*. Brasília: Resenha Tributária, 1984; RODRIGUES, José Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul* (1978), *História de Campo Grande* (1980), *Histórias da Terra Matogrossense* (1983) e *História de Mato Grosso do Sul* (1985).

20 Dessa coleção se destacam obras que atualmente são clássicas, segundo Hildebrando Campestrini (2003, *apud* Amarilha, 2006, pg. 187), da bibliografia sul-mato-grossense: *Seissentas Leguas à Pé*, de Acyr Vaz Guimarães, reeditada pela Biblioteca do Exército), *Camalotes e Guavirais* de Ulysses Serra, *Canaã do Oeste* de José de Melo e Silva, *Pelas Ruas de Campo Grande*: 1.º volume - *A Rua Velha*; 2.º - *A Rua Principal*; 3.º - *A Rua Barão* - de Paulo Coelho Machado, observando-se que o 4.º volume e 5.º foram editados posteriormente pela Prefeitura Municipal) e *História de Mato Grosso do Sul* de Hildebrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães).

brasilidade, responsáveis por ocuparem o “deserto”; o povo “destemido” e “corajoso” é também destacado entre aqueles que participaram da (d) Guerra do Paraguai, principalmente, da famosa Retirada da Laguna. Mas estão também entre os “verdadeiros Guaicuru” os (e) migrantes gaúchos, que trouxeram a disposição para o trabalho e o conhecimento agropecuário.

Sob o aspecto econômico, José Barbosa Rodrigues recupera (f) a pujança do poder da empresa Mate Laranjeira, que, durante o período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, monopolizou a extração da erva-mate no extremo sul de Mato Grosso. Além de celebrar (g) a estrada de ferro como símbolo do desenvolvimento sulista.

Dos itens (c) ao (g), podemos dizer que retomam temas tratados pelos divisionistas da década de 1930. Referem-se, portanto, aos “antigos conteúdos” mencionados por Banducci Jr. (2006). Destes, trataremos mais adiante e procederemos à elucidação da identidade que então emerge e é recuperada nos discursos pós-1977.

Para o momento, no entanto, destacamos a narrativa sobre (h) o movimento divisionista, nos seus “cem anos de lutas” e (i) o nascimento de Mato Grosso do Sul como “conquista dos divisionistas”. Esta narrativa encerra, ao nosso ver, os elementos essenciais dos esforços de constituição de uma *tradição inventada*. O amálgama é uma linearidade artificial que, a despeito da ancoragem na verossimilhança ou na veracidade dos fatos narrados, é colocada em dúvida por trabalhos recentes (BITTAR, 2009; QUEIROZ, 2006; AMARILHA, 2006). Desta forma, sua força discursiva ampara-se mais nos recursos geralmente utilizados pelos *contadores de história*: um acordo com o leitor de “suspensão da descrença”, convidando este a embarcar numa narração de como poderiam ter sido os fatos e não necessariamente como foram²¹. Só assim, podemos compreender a construção a que se dedica Alisolete Antônia do Santos Weingärtner. Para a autora, a história do movimento divisionista do sul de Mato Grosso teria iniciado com a Proclamação da República, em 1889, passado ininterruptamente por quatro fases, até a vitória apoteótica em 1977, com criação de Mato Grosso do Sul.

21 O escritor gaúcho Sinval Medina, em seu artigo *Ficção, reportagem e historiografia: narrativas em diálogo*, publicado em livro organizado pela professora titular da ECA-USP, Cremilda Medida (2016), defende que os textos dos *contadores de história*, seja ficção (romance, conto e novela) ou não-ficção (crônica, biografia, memória e reportagem), desfrutam do pacto de “suspensão da descrença”, celebrado, tacitamente, entre narrador e receptor. Nos textos ficcionais o leitor é convidado a embarcar num enredo envolvente e bem articulado convencido pela verossimilhança. Enquanto nos textos não-ficcionais o convencimento se abastece da veracidade dos fatos narrados. Ao historiador profissional, por outro lado, não recai o afago da “suspensão da descrença”, mas está sujeito à impertinente reinterpretação dos fatos à luz de novos documentos, cartas e achados arqueológicos. A não ser que a “verdade” histórica seja emoldurada com o selo oficial. Em nossa percepção, a linearidade, criticada por historiadores (AMARILHA, 2006; BITTAR, 2009; QUEIROZ, 2006), da narrativa de Weingärtner (2015), por exemplo, sugere um estilo próximo ao dos *contadores de história* ocidentais, a que alude Sinval Medina: *princípio, desenvolvimento e epílogo*. A história do divisionismo começaria com o rompimento de um estado de equilíbrio anterior à proclamação da república, passaria por uma série de peripécias e, no fim, o desfecho seria a vitória dos protagonistas “do bem”.

A primeira fase, de 1889-1930, é marcada pela formação das oligarquias sul-mato-grossense que lutam pelo reconhecimento da posse da terra, fazendo oposição aos privilégios da Companhia Matte Laranjeira. É nessas lutas, que, nos ervais e Campos de Vacaria, se manifesta à idéia divisionista. As oligarquias sulinas, nas lutas políticas, uniram-se, nas primeiras décadas da República Velha, às oligarquias de Cuiabá, adversárias da Companhia Matte Laranjeira e que tinham interesses nos ervais. Através dessa aliança as oligarquias sul-mato-grossenses fizeram oposição armada ao governo estadual e a Matte Laranjeira. Inicialmente, o movimento divisionista não tem um plano, um programa político definido. A Segunda fase, de 1930-1945, é o período em que o movimento começa a organizar-se; as lutas armadas, gradativamente, são substituídas por pressões políticas junto ao Governo Federal. Em 1932, os sul-mato-grossenses aliam-se aos paulistas e lutam na Revolução Constitucionalista. Neste confronto armado liderado por Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar em Mato Grosso e Comandante Geral das tropas rebeldes instalada no sul de Mato Grosso num governo dissidente para o qual nomeia Vespasiano Martins. Após três meses de governo e de luta, os divisionistas e constitucionalistas são derrotados, e o novo Estado desaparece. Essa revolução serviu para divulgar a idéia divisionista e Campo Grande torna-se o centro político de difusão do movimento. Dois anos depois, 1934, o Congresso Nacional reunia-se para elaborar uma nova Constituição. Jovens estudantes fundam a Liga Sul-Mato-Grossense que, inicialmente objetiva angariar apoio dos sul-mato-grossenses para o manifesto que seria encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional Constituinte. [...] A terceira fase vai de 1945 a 1964. Após a deposição de Getúlio Vargas, o novo Presidente da República é o General Eurico Gaspar Dutra, que era mato-grossense de Cuiabá. Ele adota uma política de redemocratização do país, a qual reforça a política de integração nacional que incentiva a manutenção da unidade estadual. Em 1946, após a promulgação da Constituição, o governo federal extingue o Território de Ponta Porã reintegrando a região ao Estado de Mato Grosso. Apesar dessa política, os divisionistas, durante as reuniões da Assembléia Constituinte, reorganizam-se e tentam a transferência da Capital de Cuiabá para Campo Grande. As iniciativas divisionistas desse período são frustradas, em parte, devido a grande representatividade política dos sul-mato-grossenses nas esferas estadual e federal, e também, por causa da política de integração nacional do governo federal. [...] A Quarta fase é de 1964-1977. O golpe de 31 de Março de 1964 põe fim a um período de democracia e inicia um regime militar autoritário. Os militares, buscando um maior controle dos problemas da sociedade, adotam a política do desenvolvimento com segurança, o que permitiu a criação de programas que facilitam o desenvolvimento de alguns Estados, entre eles Mato Grosso. Nesse período, os políticos divisionistas aproximam-se dos militares o que lhes permite tomar parte de algumas comissões que estudam (secretamente) as potencialidades políticas que impediam a divisão de Mato Grosso. Após vários estudos, negociações, acordos políticos, o Presidente Ernesto Geisel assina em 11 de Outubro de 1977 a Lei Complementar nº 31 que cria o Estado de Mato Grosso do Sul. [...] Em síntese, estudar a História do Movimento divisionista é resgatar a História do Estado de Mato Grosso do Sul, é conhecer a História do Brasil contemporâneo. (WEINGÄRTNER, 2005, p. 1-2).

Bittar (2009) contesta a pretensa linearidade da história do movimento divisionista em Mato Grosso. No período que sucede à Guerra do Paraguai, equivalente à primeira fase de Weingärtner, não havia um movimento organizado que reivindicasse a separação do estado. No início da república, “o ideal da divisão não consistia, assim, em bandeira comum dos chefes políticos do sul, que ainda agiam de acordo com os interesses de seus aliados do norte” (BITTAR, 2009, p. 97). Ademais, afirma a autora, que mesmo autores ligados ao IHG-MS, como José Barbosa Rodrigues e Paulo Coelho Machado, concordam que, a despeito das várias

revoltas e contendas entre líderes locais no fim dos século XIX e início do século XX, as “ideias divisionistas surgidas no transcorrer dos movimentos armados entre coronéis não chegaram a ganhar adesão no momento em que emergiram” (BITTAR, 2009, p. 115).

Com exceção do início dos anos 1930, com o surgimento da Liga Sul-mato-grossense, a qual dedicaremos apropriadas palavras mais à frente, até a efetivação da secessão de Mato Grosso e surgimento de Mato Grosso do Sul, “a ideia de separação ficaria marginalizada, sendo lembrada, de quando em quando, apenas por um pequeno grupo de personalidades políticas” (QUEIROZ, 2006, p. 172), a ponto de os próprios divisionistas históricos serem pegos de surpresa quando o governo de Ernesto Geisel efetivou a criação de Mato Grosso do Sul, em 1977 (BITTAR, 2009).

Como vínhamos anunciando, passamos a apresentar os elementos históricos da construção da identidade sul-mato-grossense. O “antigo conteúdo” é bem exemplificado nas construções dos grupos divisionistas da década de 1930. Somente neste período forma-se um pensamento sistemático e militante que defenda claramente a divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009). Nosso objetivo, neste ponto do argumento, portanto, é retomar marcos históricos destas construções iniciais, pois entendemos que esses elementos são os fundamentos das elaborações a que se dedicaram intelectuais, artistas e políticos nos anos que se sucederam à formação do estado de Mato Grosso do Sul e que, segundo Banducci Jr. (2009), atualmente “se materializam na forma de uma ideologia da cultura sul-mato-grossense”.

As primeiras sistematizações sobre uma identidade sul-mato-grossense se estabelecem em oposição ao discurso dos intelectuais cuiabanos que projetaram, nas duas primeiras décadas do século XX, uma reelaboração positiva das representações do povo mato-grossense. Segundo Queiroz (2006), podemos dividir os elementos históricos da constituição do discurso identitário em dois blocos de representações. O primeiro, formado por uma redistribuição interna dos estigmas atribuídos ao povo de Mato Grosso, o que significa atribuir aos povos do centro e do norte do estado as velhas representações negativas. O segundo bloco, se constitui de apropriações e transformações da identidade mato-grossense formulada, principalmente, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a partir de 1919.

Com essas operações de deslocamento e ressignificação do discurso, as formulações engendradas pelos intelectuais do sul do estado estabelecem uma identidade contrastiva que almeja estabelecer limites entre o “nós” e o “eles”, aqui significando, respectivamente, os mato-grossenses do sul e os mato-grossenses do centro e norte.

Para entendermos, portanto, o discurso sobre a identidade sul-mato-grossense, devemos retomar as primeiras formulações sistemáticas de uma ideologia da cultura mato-grossense, uma vez que se apresentam como negatividade dialética necessária às formulações sulistas. Essas formulações iniciais se dão no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), fundado em 1919, “destacando-se o período de 1918-22” (QUEIROZ, 2006, p.154). Construídas eminentemente por intelectuais cuiabanos, tinham a intenção de expurgar as imagens negativas, difundidas por viajantes estrangeiros e brasileiros “do litoral”, associadas à Mato Grosso: como um estado atrasado, incivilizados, selvagem, caldeirão de gente sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante.

Nessas representações da “identidade mato-grossense”, seus proponentes

Passam então a se considerar como sentinelas avançados da civilização no sertão. Ao invés de “selvagens”, reforçam a origem paulista (bandeirantes), quando não da “melhor estirpe europeia; e, ao invés de “sanguinários”, constroem a imagem de “revolucionários”, “patriotas” e “destemidos”. No lugar de “preguiçosos”, colocam-se como gente adaptada a rudeza do meio, amante do progresso, disposta ao sacrifício em nome do “amor à terra natal”. Por fim, mesmo diante de situações adversas, se dizem amantes das artes, da religião, cultuadores da ciência (ZORZATO, 1998 *apud* QUEIROZ, 2006, p. 153).

Merecem ênfase alguns aspectos dessas construções identitárias. Dentre as quais as que se referem à composição étnica. Privilegiam as origens europeias e nada dizem das componentes indígenas do estado. O tema do defensor fronteiro é ponto central da brasilidade mato-grossense, assim como a figura do pioneiro. Tema também corriqueiro é o da natureza rica e exuberante, com florestas e rios com abundantes recursos naturais, além da salubridade do clima.

O objetivo destas primeiras componentes da identidade era estabelecer uma primazia do mando e distinção social da elite local frente à ameaça representada pelos novos grupos que chegavam ao estado e impulsionavam o desenvolvimento da região. Por isso mesmo, destacamos a intenção de construir uma “memória de consenso”, estabelecendo quem são os verdadeiros “filhos do mesmo solo”, pertencentes a “mesma família” e, acima de tudo, pioneiros na ocupação da terra. Desta maneira, forjava-se um sentimento de pertencimento capaz de escamotear as desigualdades e diferenças locais e unir as diversas facções políticas rivais, especialmente amalgamados pela autoimagem de “desbravadores heróis do sertão inóspito”.

Tabela 1: Reelaboração identitária do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

ESTIGMAS	IDENTIDADE IHGMT
Selvagens	Amantes da religião Sentinelas avançados Origem paulista (bandeirante); melhor estirpe europeia
Incivilizados e atrasados	Civilização avançada do sertão; amantes do progresso
Ignorante	Amantes das artes, da ciência e da religião
Sanguinários	Revolucionários, patriotas, destemidos, dispostos ao sacrifício por amor à terra natal
Preguiçosos	Adaptados a rudeza do meio;

Fonte: Autor, 2018.

A partir da ascensão econômica do sul de Mato Grosso surgem as reivindicações separatistas, mais contundentes, das elites do sul do estado. Com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, ou Guerra do Paraguai, em 1870, três aspectos relevantes explicam o empoderamento da porção sul. Primeiramente, Corumbá passa a receber embarcações que fazem a ligação até a foz do Rio da Prata, o que alavanca o comércio local, principalmente com a consolidação da indústria da erva mate, neste momento monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira. Como segundo aspecto, temos o grande influxo migratório de população oriunda de São Paulo, Minas Gérias, Paraná e Rio Grande do Sul; além de estrangeiros, cujo maior contingente era de origem paraguaia. Por fim, a finalização da construção da ferrovia ligando o interior de São Paulo ao rio Paraguai, mais especificamente, Bauru a Porto Esperança, mais tarde conhecida como ferrovia Noroeste do Brasil ou NOB, em 1914, o que proporcionou a ligação de Corumbá com os grandes centros do país e, por outro lado, ensejou o crescimento da importância de Campo Grande, que mais tarde superaria Corumbá como centro mais dinâmico da economia do sul de Mato Grosso, transformando-se na principal rival de Cuiabá na condução dos rumos do estado.

Os três aspectos históricos assinalados aumentaram a desigualdade econômica da porção meridional em relação às terras setentrionais do estado de Mato Grosso e forneceram, por conseguinte, os elementos desencadeadores de divergências políticas entre as elites sediadas em Cuiabá, capital do estado, e as novas elites sulinas. Esta nova elite apresentava uma peculiaridade.

Tendo como atividade principal a pecuária extensiva, e, portanto, predominando o latifúndio como fonte de poder econômico e político, manifestou-se uma dualidade no fenômeno do coronelismo, que se caracterizou de coronéis no sentido clássico, como de coronéis guerreiros (CORRÊA, 2006, p. 84).

Nesse contexto de ascensão das cidades do sul do estado, manifestam-se os primeiros elementos de distinção entre “sulistas” e “nortistas” de Mato Grosso, a ponto de já ser perceptível que

o mal estar cultural e as dificuldades de lidar com uma identidade estigmatizada pela idéia de barbárie não atingiam do mesmo modo a todos os mato-grossenses. Os intelectuais cuiabanos, identificados com as oligarquias nortistas que dominavam a política estadual, certamente demonstraram uma maior sensibilidade àquelas representações. Ao que tudo indica, na região sul do estado a situação era diferente. Há indícios muito fortes de que as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes chave da identidade estigmatizada (GALETTI, 2000, p. 266 *apud* QUEIROZ, 2006, p. 156)

O resultado da exploração dos componentes-chave da identidade é o que identificamos como primeiro bloco de representações herdadas da intelectualidade cuiabana e ressignificadas pelos representantes do sul de Mato Grosso. Durante as décadas de 1920 e 1930 é gestada a chamada geração de 30 (BITTAR, 2009), que apresentará as primeiras sistematizações das reivindicações de secessão de Mato Grosso nos documentos produzidos pela Liga Sul-mato-grossense, fundada por jovens que estudavam no Rio de Janeiro, filhos das elites do sul do estado. Três documentos principais são lançados. Um *Manifesto aos habitantes do sul de Mato Grosso*, de outubro de 1933; um *Manifesto da mocidade do sul de Mato Grosso ao Chefe do governo provisório*, de janeiro de 1934; e uma *Representação dos sulistas ao Congresso Nacional Constituinte*, de março de 1934. Por fim, outro documento em resposta às críticas do então General Rondon, *A divisão do estado: resposta ao General Rondon*, também de março de 1934, que apresentava o mesmo teor dos anteriores.

3.2. Peculiaridades do sul de Mato Grosso: a interpretação da Liga Sul-mato-grossense

A seguir apresentamos os pontos centrais destes documentos, seguindo os passos da análise de Queiroz (2006). Basicamente, os argumentos se dividem em dois blocos. Uma atribuição dos estigmas pejorativos exclusivamente ao outro, no caso a identidade mato-grossense acima apresentada. E um segundo bloco erguido a partir da retomada dos argumentos constitutivos daquela identidade matriz, mas agora ressignificados como exclusividades dos povos do sul de Mato Grosso. Assim, erigem-se os alicerces de uma identidade contrastiva, em que se busca saber o que se é a partir da negação daquilo que pertence ao outro.

Concernente ao primeiro bloco, o que se revela é uma verdadeira campanha iconoclasta contra tudo que se referia à Cuiabá e aos povos do norte e centro do estado. A pecha de “atrasado” e “decadente” torna-se atributo dos “nortistas”. Desde as técnicas de criação de gado,

até a falta de ímpeto industrial, passando pela desqualificação da cidade de Cuiabá, entram como elementos inferiorizantes do norte em relação ao sul. Chegam a “ridicularizar” Rondon, por este acreditar que, segundo os separatistas,

Amar verdadeiramente o Estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, deliciar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororós, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes. (A DIVISÃO DE MATO GROSSO...,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 162)

Deste trecho, destacamos a referência depreciadora às matrizes e práticas culturais indígenas, marcando, de forma enfática, a dicotomia entre cultura nativa inferior e, como ficará claro mais adiante, a cultura sobreposta modernizante e civilizada. A um só tempo estabelecem, portanto, uma alteridade em que o elemento indígena define o que o “nós”, mato-grossenses do sul, não somos.

Por outro lado, também tentam desvincular a “civilização sulista” de qualquer influência de Cuiabá e enfatizar a presença de um contingente populacional oriundo de outros estados da federação. O sul teria sido ocupado por grupos populacionais vindos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de imigrantes estrangeiros, sejam paraguaios ou de outros continentes. A essa origem atribuem diferenças marcantes, como a disposição para o trabalho e a associação atávica à modernização.

Após estabelecer um contraste com os povos do centro e norte de Mato Grosso a partir da negação do que “eles” são, no segundo bloco serão explicitadas as características constitutivas dos “povos do sul”. Podemos perceber que “é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região” (QUEIROZ, 2006, p. 163). Os povos indígenas da região não são citados uma única vez, segundo Queiroz (2006). De fato, além de não aparecer explicitamente no discurso da geração de 1930, os povos nativos da região são deliberadamente excluídos do imaginário histórico: nos documentos da década de 1930 o que se lê é que “os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes” (QUEIROZ, 2006, p. 163). Além disso, há a afirmação de que os migrantes mineiros fundaram a cidade de Santana do Paranaíba “no deserto”.

Se as terras estavam vazias, a consequência lógica esperada é a valorização do pioneirismo. O espírito pioneiro e protetor das fronteiras nacionais são ressignificados como elementos constitutivos dos povos do sul. Para isso, enaltecem a participação dos sulistas na resistência à invasão paraguaia. A brasilidade sulista se assentaria sobre a bravura dos “coronéis

guerreiros”. Isto fica explícito no culto à José Francisco Lopes, o Guia Lopes da Retirada da Laguna.

Fixemos um gesto na vida de Lopes: o Velho sertanejo, conhecedor empírico de rumos e distâncias, corta as terras de Minas ao Apa e esparrama *posses* aqui e ali; é o cavalheiro andante das descobertas. Por fim, valente e patriota, entra na guerra e conduz a bandeira da Laguna em sua memorável retirada (A DIVISÃO DE MATO GROSSO:....1934 *apud* QUEIROZ, 2006, p.163) (destaque do autor)

O pioneiro é valorizado como aquele que encontrou um deserto vasto nas terras do sul e a transformou numa opulenta manifestação de modernidade, civilização e desenvolvimento. A estes atribuem, inclusive, o modo de fazer política pelas armas como um “dever cívico”. Nesse sentido, ao pioneirismo junta-se a política por meio das armas como critérios de mando nos argumentos dos divisionistas da década de 1930. Afinados, portanto, às ideias modernistas que pululavam entre intelectualidade brasileira (SCHWARCZ, 1993; ORTIZ, 1988) pronunciavam-se, não raro, em viés racista, “chega-se mesmo a mencionar com orgulho a *eugênica mocidade* do sul” (QUEIROZ, 2006, p.165).

Conclui Queiroz (2006, p. 164) que “no tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados, modernos* e economicamente *desenvolvidos*” (grifos do original). Isto fica claro no jogo de oposições em que colocam o sul como dinâmico e civilizado e o centro/norte como estatista e decadente.

As famílias (do sul) multiplicam-se aos milhares e compram terras ao Estado; organizam pomares. Levantam moradas, igrejas, hospitais; substituem os ranchos por habitações higiênicas; abrem caminhos, armam telefones e lançam pontes por toda parte. Fundam escolas. Fazem sua civilização. (A DIVISÃO DE MATO GROSSO....,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 165)

Destacamos, como se observa no trecho acima, a ênfase na iniciativa e autonomia dos fazendeiros do sul que “fazem pontes, estradas; abrem corredores; facilitam, entre si, as comunicações” (A DIVISÃO DE MATO GROSSO....,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 166). Seja na indústria, transportes, criação de gado, nas formas de construção, o sul é sempre colocado como adiantado em relação ao centro/norte.

Mas os idealizadores dos documentos da década de 1930 não se contentam em diagnosticar as diferenças, ainda arriscam explicações pautadas no fatalismo climático e geográfico. Argumentam que o norte, o centro e o sul do estado formam três partes bem distintas, em clima, população e destinos. “As três populações estão em ambientes diversos,

têm riqueza naturais diferentes, vivem de indústrias, agricultura, comércio, meios de transporte dissemelhantes, segue, cada um, rumo próprio” (A DIVISÃO DE MATO GROSSO...,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 167). Em seguida, afirmam que cabe ao sul o quinhão de terra mais valeroso e pródigo:

Entre o sul e o norte há diversidade que se pode notar entre o Paraná e o Nordeste. Daí, a fixação de estrangeiros, no planalto de Maracaju, a sua perfeita adaptabilidade, traduzida na saúde e bem-estar. Matizam-lhe as culturas, frutos, árvores, cereais dos climas frios, como proliferam, sem quebra, os gados mais finos (A DIVISÃO DE MATO GROSSO...,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p 167).

É patente a associação entre condição tropical, barbárie e atraso, por um lado, e zona temperada, civilização e modernidade, por outro. Disso se desdobra, ainda, a vinculação de qualidades frequentemente associadas aos povos do hemisfério norte aos sulistas de Mato Grosso: espírito prático, disposição para o trabalho regular, senso de cidadania e iniciativa progressista. Enquanto aos povos do centro e norte resta o descrédito de dedicarem-se ao “romantismo vazio”, à “política partidária, de campanário, do interesse, do cargo público” (A DIVISÃO DE MATO GROSSO...,1934, *apud* QUEIROZ, 2006, p. 167).

Se todas as representações negativas que se abatiam sobre Mato Grosso se debitavam ao centro/norte e as positivities eram contribuições dos sulistas, o que dizer dos problemas que afligiam os habitantes do sul? No discurso dos divisionistas, a culpa, mais uma vez, era dos mandatários da capital, os cuiabanos. A falta de segurança pública, saúde e educação nos territórios do sul são consequência da desídia do governo de Cuiabá.

São, portanto, destes documentos elaborados pela Liga-sul-mato-grossense que se depreende o núcleo histórico das representações que os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul trarão à tona na conformação da identidade sul-mato-grossense após a criação do estado. As visões de um indígena como reminiscência anacrônica e avessa à civilização se espria nos discursos de nossos contemporâneos. Ademais, os nativos, historicamente, são vistos como inimigos do “homem sul-mato-grossense” que, em verdade, estiveram “sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques de bandoleiros”²².

Por outro lado, os indígenas são erguidos a símbolos do povo sul-mato-grossense. Pode parecer uma contradição, mas analisadas detidamente percebe-se que o indígena é retomado de

22 O historiador José Barbosa Rodrigues, em sua coletânea de crônicas históricas publicadas em 1983, apresenta uma série de exemplares da percepção do papel relegado ao indígena no “período de devassamento e povoação da vasta região do Centro Oeste Brasileiro”(RODRIGUES, 1983, p.7). Ora os índios canoieiros paiaguas são vistos como cruéis raptos e escravizadores, como na história de Dominga Ruiz; ora são os Caiapó designados como “ferozes ao extremo”. Até os celebrados Guaicuru são rememorados como traiçoeiros em *A traição do Guaicuru*.

forma idealizada e relegada ao passado idílico, inexistindo como cidadão atualmente (BANDUCCI Jr, 2009).

3.3 O novo conteúdo da identidade sul-mato-grossense

Finalmente chegamos ao “novo conteúdo” da identidade sul-mato-grossense. Nele encontraremos não somente a contraditória percepção do elemento indígena na constituição do “ser” sul-mato-grossense, mas uma nova visão da relação com a natureza, principalmente o Pantanal, com o universo do gado, com a fronteira internacional e a convivência com os vizinhos estrangeiros.

O universo do gado já se pronunciava tacitamente nas construções do antigo conteúdo na figura do desbravador, pioneiro, enfim, do *coronel guerreiro*. Soma-se, no entanto, uma outra característica, afeita aos “novos tempos”, o papel de guardião da natureza, defensor do bioma pantaneiro. O outrora “desbravador do deserto” agora é o ser ambientalmente responsável, amigo do Pantanal. “Verdadeiro pantaneiro”.

Mas a categoria “pantaneiro”, acrescenta Banducci jr. (2009), também é reivindicada pelo trabalhador da fazenda, peão da lida diária com o gado e conhecedor dos segredos da terra. São estes que compartilham um passado comum, um código de conduta e honra, retidão e bravura, talhados e preservados no convívio permanente do trabalho.

No entanto, o coronel/fazendeiro guerreiro/pantaneiro conserva o poder de decisão sobre quem é o verdadeiro ser do Pantanal, representante legítimo do estado de Mato Grosso do Sul.

O proprietário, por sua vez, ainda que ligado afetiva e economicamente à região, ressalta seu status de pantaneiro não com base na vida cotidiana da fazenda, no modo como exerce a lida diária com o gado, porém, num discurso próprio de um contexto urbano e globalizado. É o seu pioneirismo, sua consciência conservacionista, além do fato de ser o proprietário das terras, que lhe assegura a condição de pantaneiro. Articulado com instâncias externas que lhe conferem reconhecimento e legitimidade, enquanto os discursos dos trabalhadores são muito localizados e restritos, o proprietário consegue manipular as referências identitárias em favor de seus interesses, seja numa perspectiva política mais ampla, como a da questão fundiária, seja internamente, definindo o que é ser pantaneiro no universo do trabalho no latifúndio (BANDUCCI JR., 2009, p. 129-30).

Consequentemente, a despeito de sua vontade e apego à tradição, a condição de “pantaneiro” reservada ao trabalhador é outorgada pelo proprietário, sempre atento à disposição e submissão do peão aos interesses da fazenda. Surgindo qualquer descontentamento do trabalhador, sobre ele logo pesa a pecha de não ser um pantaneiro de verdade.

No novo conteúdo identitário, Banducci Jr. (2009) também identifica a relação com a fronteira e o estrangeiro como ponto de destaque. A “fronteira Guarani” não é mais aquela dos patrícios de Solano Lopez, pelo menos no discurso dos *homens de letra*. As influências dos povos a oeste do rio Paraguai são sentidas na culinária, na religiosidade, na língua e nos hábitos cotidianos em Mato Grosso do Sul. A chipa, o tereré, a sopa paraguaia fazem parte da culinária diária. A polca e a guarânia empolgam festejos. Mesmo que de forma reinterpretada e abasileirada, os Paraguaio e Bolivianos perpassam o espírito do povo sul-mato-grossense.

Destaca-se, portanto, os elementos positivos da convivência fronteiriça e se obscurece, por outro lado, o dia-a-dia das relações entre brasileiros, paraguaio e boliviano.

Nesse contexto, o peão paraguaio, descendente de indígenas, senão ele próprio um índio guarani, é exaltado na figura do “ervateiro”, trabalhador rude, porém, bravo e determinado, que através de seu trabalho árduo e persistente nos ervais, ajudou a estender para os limites da fronteira o ideal de progresso e desenvolvimento da gente sul-mato-grossense. Esse personagem destemido, que mesmo diante das adversidades – trabalho semi-escravo, insalubre e desumano - soube honrar suas obrigações e compromissos, é exaltado como herói regional (BANDUCCI JR., 2009, p. 118).

Mas as relações não são tão amistosas e acolhedoras. No fim da guerra do Paraguai, uma leva de imigrantes pobres e derrotados se deslocou para as terras do sul de Mato Grosso e se ocupou nas profissões de menos prestígio no campo e na cidade. À essa inserção marginal soma-se o fardo de serem inimigos vencidos na guerra. Disto derivam representações negativas do povo paraguaio. Visto “com desprezo, pois associado ao atraso, à derrota e à pobreza; ora com desconfiança, sendo comumente tachado de desonesto, traiçoeiro, violento, entre outros qualificativos depreciativos” (BANDUCCI JR., 2009, p. 118).

Por fim, e de especial interesse para nossa pesquisa, há a redescoberta do “verdadeiro Guaicuru”. Se no discurso dos documentos dos intelectuais da década de 1930 o elemento indígena era desprezado, ridicularizado e, praticamente, apagado da constituição da identidade sul-mato-grossense, no discurso contemporâneo o que se observa é “a retomada do velho modelo romântico do índio idílico, que traz para o cenário atual a figura do índio Guaicuru, considerado herói da guerra e valente conquistador de povos e territórios” (BANDUCCI JR., 2009, p. 121).

O índio idealizado na figura do Guaicuru, antepassado dos atuais Kadiwéu, é erguido à condição de epônimo do estado de Mato Grosso do Sul, pelos *homens de letras*. É, também, incluído no hino²³ do estado, junto com heróis de guerra, como defensor do território. Mas

23 Os celeiros de farturas/ Sob um céu de puro azul/ Reforjaram em Mato Grosso do Sul/ Uma gente audaz.

ganha contornos finais na obra do artista plástico Henrique Splenger, como “ícone de um movimento de recuperação histórica e afirmação cultural denominado Unidade Guaicuru” (BANDUCCI JR., 2009, p. 122).

Spengler reiterou, sistematicamente, expressões como ‘identidade guaicuru’, ‘preservação da identidade cultural guaicuru’ e ‘preservação da cultura guaicuru’. Também induziu a ideia de que os sul-mato-grossenses, diante da necessidade de desvelar e assumir a sua autoconsciência cultural, deveriam se espelhar no exemplo dos Guaicuru, que lutaram bravamente para preservar a sua ‘identidade cultural’, em especial por não terem cedido à catequese e à redução, tendo chegado a assimilar instrumentos culturais do inimigo branco para dar consequência à sua luta de resistência (ALVES, 2008, *apud* BANDUCCI Jr., 2009, p. 122).

O movimento liderado por Spengler pretendia consagrar uma imagem do Guaicuru referida no momento histórico de hegemonia dos antepassados dos Kadiwéu, quando vagavam pelas planícies do chaco escravizando outros indígenas e resistindo aos invasores castelhanos. Assim, são vistos como o ideal essencial do povo sul-mato-grossense. Uma matriz cultural congelada no tempo e espaço, que apaga a presença indígena das relações cotidianas, como sujeitos vivos, com direitos de cidadania.

A identidade forjada nos anos que se seguiram à criação do estado de Mato Grosso do Sul foi, portanto, uma tentativa de estabelecer elementos essenciais, uma unidade básica sintetizadora. Para tanto, observou e destacou características, podou e obscureceu outras. A pluralidade e diversidade cultural foi suprimida por um projeto hegemônico de criação de tradições num solo que se via sem amarras, no tempo e no espaço, quando, enfim, se viu emancipado. Como conclui Banducci Jr. (2009, p. 132),

Tratar do tema da identidade, no contexto sociocultural de Mato Grosso do Sul, implica em rever e superar a noção de pureza, originalidade e autenticidade e as imagens a elas associadas do personagem heroico, mítico, idílico, que o discurso oficial se esforçou por construir. Ao contrário, a discussão da identidade deve remeter necessariamente à diversidade – de povos, de línguas, de culturas. Mas essa diversidade não pode ser tomada, ao mesmo tempo, como mero artifício de linguagem – nossa cultura é diversa, é plural – mas, sim como reconhecimento e respeito à alteridade, de tal modo a estimular o exercício democrático das diferenças.

Retornamos, por fim, à pergunta que motivou essas reflexões sobre a ideologia da cultura em Mato Grosso do Sul: em que medida o discurso identitário frequenta as páginas dos

Tuas matas e teus campos/ O esplendor do Pantanal/ E teus rios são tão ricos/ Que não há igual.
A pujança e a grandeza/ de fertilidades mil/ São o orgulho e a certeza/ Do futuro do Brasil.
Moldurados pelas serras/ Campos grandes: Vacaria/ Rememoram desbravadores/ Heróis, tanta galhardia!
Vespasiano, Camisão/ E o tenente Antônio João/ Guaicurus, Ricardo Franco/ Glória e tradição!
A pujança e a grandeza/ de fertilidades mil/ São o orgulho e a certeza/ Do futuro do Brasil.

jornais do estado e sinaliza o enquadramento primário (GOFFMAN, 2012) possível do tema envolvendo os conflitos entre produtores rurais e indígenas?

Reforçamos que essa pergunta é instigada pelo fato de Mato Grosso do Sul ser o estado com mais preconceito em relação aos indígenas, como conclui estudo realizado pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (AQUINO, 2014). “Em geral, a população sul-mato-grossense incorpora a visão dos opositores dos indígenas nos conflitos fundiários e, por conta das enormes pressões exercidas pela predominância dos interesses anti-indígenas, tende a não manifestar disposição em reconhecer os direitos dos indígenas” (AQUINO, 2014, p.286).

Diante de tais observações é que nos vemos incitados a proceder à investigação dos discursos veiculados nas opiniões publicadas na busca de uma aproximação compreensiva de um dos problemas civilizacionais que, hoje, marca a história do país.

3.4 Os Povos indígenas de Mato Grosso do Sul e sua luta

É certo que presença indígena é reduzida e, até mesmo, anulada no discurso identitário hegemônico; quando muito, os povos tradicionais são reificados em uma forma romântica e mítica na figura do Guaicuru. Em parte, isso não se dá apenas em Mato Grosso do Sul. A história das relações entre indígenas e não índios no Brasil sempre foi marcada pela imposição cultural e ideológica dos povos d’além mar, o que se revelou numa relação dinâmica e, muitas vezes, contraditória.

Apesar da violência, percebemos que a política de alianças e dissensões perpassaram os contatos interétnicos como formas de reação e expressão à colonização ibérica. Em todo o período colonial e até poucas décadas atrás, o Estado Brasileiro recomendava oficialmente a incorporação dos índios à sociedade colonial por meio do trabalho. De acordo com o pensamento da época, os índios deveriam se estabelecer em aldeamentos, de tal forma que fossem úteis à agricultura, à mineração e ocupação dos vazios, particularmente nas regiões de fronteira. No entanto, caso houvesse manifestação de resistência, ordenava-se a escravização ou extermínio de grupos indígenas considerados hostis. Na atualidade, percebemos outra forma de extermínio (preconceito, assassinatos seletivos de lideranças, falta de terra, etc.) não oficiais, mas tão eficientes como no período colonial. (BANDUCCI JR & AGUILERA URQUIZA, 2013, p. 178)

Entre as manifestações hegemônicas é comum a percepção da condição indígena como transitória. Ou os povos tradicionais irão morrer ou já foram mortos por epidemias, ou se tornaram ou se tornarão brasileiros nas figuras dos caboclos, bugres e sertanejos. Já no século XX, por exemplo, o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais

(SPILTN), criado em 1910, órgão cuja função precípua era defender os interesses dos povos indígenas, tinha como princípio básico absorver, aculturar e assimilar os povos nativos.

A despeito das investidas oficiais e extraoficiais para apagar a identidade, estilo de vida, cosmologia e até os corpos dos povos indígenas do Brasil, as várias etnias não se calam e resistem às dissimuladas formas de extermínio. Continuam insistindo em viver.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística²⁴ (IBGE), em 2010, a população autodeclarada indígena no Brasil era de 896.917 mil pessoas. Sendo que no estado de Mato Grosso do Sul viviam 73.295 mil indígenas, ficando atrás apenas do estado do Amazonas, com 168.680 mil. À frente de todos os demais estados da federação.

Os povos indígenas encontrados em Mato Grosso do Sul são: Terena e Kinikinau, da família linguística arawak; Kaiowá e Guarani, representantes da família linguística tupi-guarani; Kadiwéu, de língua guaikurú; Ofaié e Guató, do tronco macro-jê; Chamacoco e Ayoreo de língua zamuco; Atikum e Camba, que hoje não falam mais a língua original (CHAMORRO & COMBÈS, 2015). Os Kaiowa, os Guarani (Ñandeva) e os Terena perfazem um total de 65000 pessoas, aproximadamente. Sendo que os Guarani (Kaiowa e Ñandeva) são, atualmente, a segunda etnia mais populosa do país: são cerca de 44 mil indígenas (ISA, 2011). O indígena Semião Vilhalva, cujo o assassinato é o ponto central desta dissertação, era um Guarani e Kaiowa.

Em MS, o convívio, nem sempre amistoso, entre os Guarani e os não-indígenas se intensificou com o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-70). Primeiramente como trabalhadores dos ervais sob concessão da Companhia Mate Laranjeira, mas, também, como empregados das fazendas de gado que se espalharam, principalmente, pela região sul do então estado de Mato Grosso, os Guarani foram submetidos a regimes de trabalho árduos e aviltantes. Em 1910, o já citado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) teve papel fundamental na submissão dos indígenas. A política integracionista fundamentava-se na compreensão dos indígenas como povos em estágios civilizacionais atrasados, inferiores, retrógrados e, portanto, caberia ao Estado acelerar o desenvolvimento desses povos inserindo-os como trabalhadores nas sociedades modernas. Neste período foram criadas oito reservas nas quais foram confinados os povos indígenas da região sul de Mato Grosso, assegurando, por conseguinte, como entendiam os idealizadores estatais, mão-de-obra para desenvolvimento local.

Nos anos 1940, as diretrizes geopolíticas do *Estado Novo* preconizavam a recolonização do Brasil. Esta política demográfica consolidou-se na *Marcha para o Oeste*. Em 1943, foi criada

24 Disponível em http://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf

a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), responsável pela atração de considerável contingente populacional para a região. As famílias recebiam títulos de terra para se fixarem e ocuparem a região da fronteira com a República do Paraguai. No entanto, grande parte desses títulos incidiam sobre o território tradicional Guarani. A consequência foi uma resistência sistemática dos povos tradicionais aliados de seu *Tekora*²⁵, desde os primeiros anos da ocupação sistemática incentivada pelo Estado (CAVALCANTE, 2013).

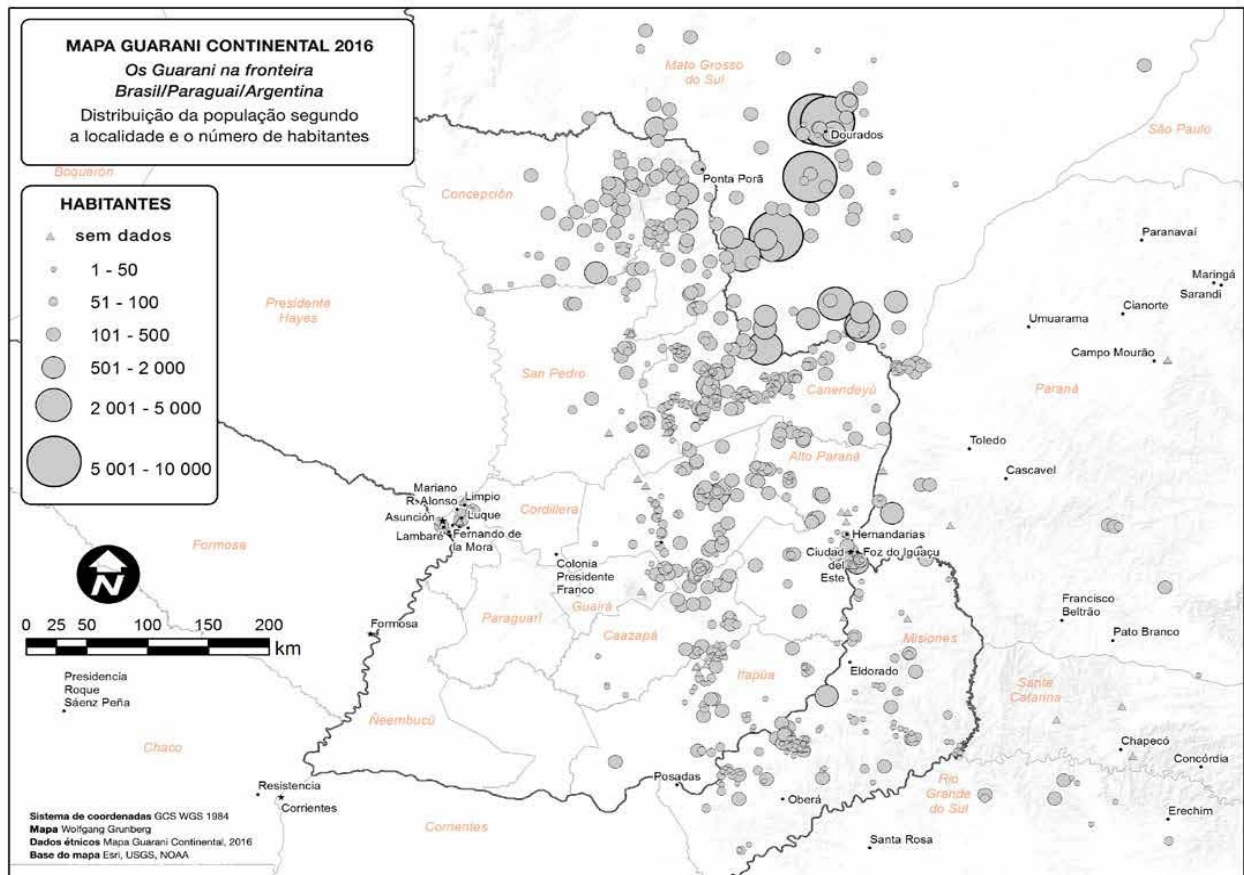
O território Guarani ocupa extensa área na porção meridional da América do Sul em países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Brasil (figura 1). Historicamente, sempre estiveram em convivência com outros povos em área que denominam *tekoha*. Os Guarani têm como característica marcante de sua sociabilidade a mobilidade constante, no entanto, não podem ser definidos como nômades, sem residência fixa. Há mais de dois mil anos habitam esse vasto território e, atualmente, formam grandes grupos socioculturais, com diversas formas de falar a língua guarani (MELIÁ, 2016).

No município de Antônio João, o que assistimos é mais um episódio da luta incansável do povo guarani e kaiowa. O conflito se iniciou com a tentativa de retomada do *Tekoha Nhande Ru Marangatu*, terra indígena delimitada de 9.317 hectares e homologada pelo Decreto Presidencial , de 28 de março de 2005²⁶. No entanto, o STF suspendeu em 2005 os efeitos da homologação da terra. A comunidade foi expulsa em função da ação de questionamento da tradicionalidade da terra em tramitação na Justiça Federal da Região de Ponta Porã. Doravante, a comunidade passou a viver na beira de rodovias e restrita a uma área de 300 hectares. O grupo é composto por 300 famílias indígenas e nunca deixou de viver na região, apesar do constante processo de expulsão (CONSEA, 2017).

25 O território ou *tekoha*, é o lugar de *teko*, que pode ser traduzido como “modo de ser ou viver, modo de viver, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, hábito, condição e costume”. É o lugar onde se dá as condições de ser Guarani.

26 No anexo C encontra-se um inventário das terras indígenas e suas situações jurídicas em 2011.

Figura 1 Mapa Guarani Continental 2016: Distribuição da População Segundo a Localização e o Número de Habitantes. Fonte: Meliá, 2016



A realidade vivida pelos povos indígenas em Mato Grosso do Sul, especialmente os Guarani e Kaiowa, nos permite, por um lado, compartilhar a conclusão a que Pereira (2015, p.793) chega ao estudar a convivência entre diferentes etnias indígenas que residem na Reserva Indígena de Dourados (RID):

Teorias antropológicas, hoje consideradas ultrapassadas – tais como o evolucionismo cultural do final do século XIX ou as teorias da aculturação de meados do século XX –, propunham que as culturas em interação tenderiam à uniformização, o que ocorreria a partir da adoção de um padrão cultural dominante. Acreditava-se que isto conduziria à predominância da vertente cultural ocidental, considerada mais bem equipada e a única com futuro histórico possível. A realidade encontrada em Dourados demonstra que ali acontece exatamente o contrário, pois a interação entre as etnias, ao invés de reduzir a heterogeneidade, a potencializa. A convivência entre as etnias, e entre elas e o entorno regional, parece expandir o potencial de diversidade dos segmentos diferenciais, ao ponto de dificultar ou mesmo impossibilitar a condução política do sistema multiétnico aí instaurado. Essa característica torna difícil ou inapropriado perceber a RID enquanto uma comunidade, no sentido clássico atribuído a esse termo nos estudos das ciências sociais.

No entanto, à despeito das conclusões a que chega a ciência, o discurso identitário apresentado por Banducci Jr. (2009), Queiroz (2006) e Amarilha (2006) não consegue expressar a diversidade de povos, línguas e culturas que compõem o estado de Mato Grosso do Sul, resistindo no tempo como uma ideologia da cultura (ORTIZ, 1988).

Dando sequência ao nosso estudo, passamos, no próximo capítulo, à análise dos textos midiáticos e à observação da presença ou não de elementos da Ideologia da Cultura Sul-mato-grossense (ICMS) que acabamos de apresentar.

4 O conflito entre indígenas e produtores rurais: o se que diz nos jornais de Mato Grosso do Sul:

No período selecionado pela pesquisa, durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015, circularam 57 exemplares do jornal *O Progresso* e 76 do *Correio do Estado*. Dos 57 exemplares de *O Progresso*, 41 contêm itens informativos e 9 contêm itens opinativos cuja temática refere-se a indígenas ou conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Isso significa que 72% dos exemplares publicados contêm itens informativos pertinentes e 16% contêm itens opinativos pertinentes. Ou seja, para cada exemplar com item opinativo publicado, mais de 4 exemplares com itens informativos foram publicados. No tocante ao *Correio do Estado*, dos 76 exemplares que circularam no período, 35 contêm itens informativos, ou 47%, e 20 contêm itens opinativos, ou 27%, de relevância para a pesquisa. Isso significa que, aproximadamente, para cada dois exemplares que vincularam itens informativos um vinculou item opinativo.

Tabela 2: Exemplares publicados e quantidade de exemplares com itens informativos e opinativos de relevância para a pesquisa

O *corpus* de análise qualitativa, no entanto, é composto pelos 28 itens opinativos identificados. Sendo 19 publicados no jornal *Correio do Estado* e 9 no jornal *O Progresso*. São 17 artigos de opinião, 8 editoriais e 3 charges. Sendo que as charges só aparecem no jornal *Correio do Estado*.

Tabela 3: Itens opinativos analisados

Dentro da perspectiva teórica e metodológica que propomos, acentuamos que nossa análise se concentra nos aspectos do enquadramento do texto e sua relação com elementos da cultura. Desta forma, ancoramos nossa abordagem na elaboração de Entman (1993). Assim como já apresentado em capítulo anterior, esse autor entende que o enquadramento acontece em pelo menos quatro locais no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Nossa pesquisa se centra no texto, nas ausências e presenças de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação, em sua relação com a cultura, enquanto instância em que se encontra o estoque de quadros acionados.

Operacionalmente, atentamos para os elementos textuais que caracterizam as funções de enquadramento (ENTEMAN, 1993), a saber, a) definição de um problema, b) diagnóstico de causas, c) julgamento moral, d) recomendações. Identificamos palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e fontes de informação que se articulam na construção de argumentos cuja configuração final materializa as funções de enquadramento. Adotamos, ainda, como critério relevante a identificação das personagens envolvidas: como são caracterizadas, as relações que estabelecem entre si e o papel desempenhado na narrativa.

Como critério de identificação e seleção do material da pesquisa, adotamos a classificação elaborada por Marques de Melo & Assis (2010). Os autores identificam cinco gêneros jornalísticos: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário. Em nossa pesquisa identificamos, discriminamos e selecionamos itens informativos e opinativos, entendidos como gêneros hegemônicos. Dos primeiros enumeramos notas, notícias, reportagens e entrevistas. Entre os formatos opinativos são analisados editoriais, charges, artigos ou colunas. Esses dois últimos são tratados em conjunto por serem, ambos, opiniões de pensadores, escritores e especialistas, assinados pelo autor e que não traduzem necessariamente a opinião do jornal.

4.1 Correio do Estado

4.1.1 Dos Editoriais

Os editoriais publicados acompanham o decorrer da cobertura dos fatos apresentados nos itens informativos. Tomando como referência a proposta de Beltrão²⁷ (1980), podemos

²⁷ Beltrão (1980) propõe uma classificação dos editoriais segundo cinco critérios: morfologia, natureza, conteúdo, topicalidade, estilo. Os editoriais *informativos* são aqueles que se destinam à esclarecer o leitor quanto a ideias, fatos ou situações; os *ilustrativos* são os que objetivam aumentar o cabedal de informações, despertar

dizer que os textos apresentam características híbridas. Quanto ao conteúdo são, a um só tempo, informativos, ilustrativos, mas, predominantemente, normativos; sempre em estilo intelectual, porém sem rebuscamento da linguagem, preferindo construções que sugerem objetividade, clareza, evitando o apelo imediato à sensibilidade do leitor. Têm uma natureza promocional, com argumentação estritamente direcionada ao convencimento do leitor numa certa direção.

No início, temos um editorial cuja intenção principal é prevenir sobre uma possível consequência catastrófica, “Sem luz no fim do túnel”, do dia 28 de agosto de 2015. O título evidencia um tom fatalista e alarmante, sugerindo que não se vislumbra solução para o conflito entre fazendeiros e indígenas. Nesse primeiro momento, salientamos que o posicionamento editorial assume as vozes dos proprietários rurais, explicitamente, como fonte veraz de informações, suficiente para a caracterização dos fatos.

No conflito mais recente, que teve início no último fim de semana, no município de Antônio João, distante 282 quilômetros da capital, na fronteira com o Paraguaia, cinco fazendas foram invadidas por índios da etnia guarani kaiowa. Ao todo, segundo os proprietários, são aproximadamente 10 mil hectares de áreas ocupadas e reivindicadas (*Correio do Estado*, p.2, 28 ago. 2015)

Mais à frente, a voz dos produtores rurais é novamente evocada na caracterização e julgamento moral (c) de personagens envolvidos.

‘Terceiros interessados’ no conflito, como é o caso, por exemplo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à igreja católica, em vez de apagar o incêndio que já dura décadas, jogam ainda mais gasolina nas chamas. Os produtores rurais de Antônio João, conforme informação publicada na edição de ontem do **Correio do Estado**, são categóricos em afirmar que o grupo católico atua diretamente nas invasões, criando condições para que elas ocorram. Logo a igreja, que em outros séculos chegou a ser lembrada justamente pela exploração de povos indígenas. (*Correio do Estado*, p. 2, 28 ago. 2015; destaques do autor)

Em nenhum momento, outra voz, senão a dos produtores rurais, é acionada, oferecendo um contraditório ou relativização das posições. Logo, portanto, nesse primeiro editorial observamos a política editorial do veículo refletindo a política de opinião dos produtores rurais, sistematizada, principalmente, por entidades que os representam, a exemplo da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul).

interesse e entreter o leitor; os *normativos* são aqueles em que a intenção é direcionar e convencer o leitor a atuar e perceber os fatos de uma determinada forma. Os editoriais em estilo *intelectual* são aqueles que usam de argumentos lógicos, premissas, silogismos e conclusões para expor uma ideia. Os de natureza *promocional* acompanham regularmente os eventos e ideias marcantes da atualidade e tomam posição definida para analisa-los e explica-los.

Sobre esse primeiro editorial, podemos ainda afirmar que se destaca por introduzir os personagens e as funções de enquadramento que persistirão e se conformarão nos demais editoriais. Os indígenas, os proprietários rurais, o governo federal e “terceiros interessados” (CIMI, igreja católica) são os personagens integrantes da narrativa. Os termos que os (des)qualificam são, respectivamente, “invasores”, “invadidos”, “incompetente e ausente” e “jogam gasolina na chama” (incentivadores de invasão). O problema (a) apresentado no texto são os conflitos entre fazendeiros e indígenas, causados (b) pelas invasões de terra executadas pelos indígenas e fomentadas pelos “terceiros interessados”. Outro problema (a) é a não intervenção do governo federal no conflito, que seria responsável pelo tom fatalista e desesperançoso do título do editorial.

Nos três editoriais seguintes, do dia 30 de agosto, 04 e 20 de setembro de 2015, a intenção é reforçar o entendimento de que o governo federal é o grande responsável pelos conflitos: “A ausência sentida nesse conflito é justamente de quem mais poderia agir para que ele cessasse: o governo federal” (*Correio do Estado*, 30/08/2015); “Enquanto isso, até agora, não há nenhum indício de que o governo federal cumpra a promessa de solucionar o impasse das ocupações de terras por indígenas em Mato Grosso do Sul” (*Correio do Estado*, p.2, 20 set. 2015). Dessa forma, os argumentos buscam estreitar a relação causal (b) entre conflito de terra e incompetência administrativa do governo federal.

O índio, tutelado pela União, e os proprietários de terra, que usam como principal argumento no embate o direito à propriedade, estão abandonados pelo seu principal mediador. Este conflito no interior de Mato Grosso do Sul é mais um exemplo da desorganização do governo federal, que lida com as demandas de seus cidadãos na fronteira da mesma maneira desastrosa que atua na economia: ampliando uma crise em vez de atuar para mitigá-la (*Correio do Estado*, p. 2, 30 ago. 2015)

No excerto acima, assim como em outras passagens dos textos, podemos perceber uma ampliação das definições e o estabelecimento de relações entre personagens. O índio agora é também tutelado pela União e, portanto, mantém uma relação com o governo federal. Este, por sua vez, é concretizado no discurso, também, pela Fundação Nacional do Índio (Funai), sugerindo uma cumplicidade entre esses dois personagens. O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Federação da Agricultura e Agropecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) são estabelecidos como representantes legítimos dos dois lados envolvidos no conflito. Por conseguinte, a posição editorial afasta-se, no plano discursivo, da política de opinião da Famasul. A estreita sintonia entre política editorial e política de opinião dos proprietários rurais, evidente no primeiro editorial, agora não se pronuncia, mas ainda está presente de forma opaca. Ao estabelecer os polos da disputa, de um lado, os proprietários rurais, com direito à

propriedade, e a Famasul e, de outro lado, os índios, o governo federal e o CIMI. Em seguida, ao atribuir a responsabilidade pelos conflitos ao governo federal. A posição editorial, destarte, indica o primeiro lado como vítima, sujeito passivo da ação do segundo bloco de personagens, o qual seria responsável pelas contendas e pela falta de solução.

Nesses três editoriais percebemos, ainda, a ampliação das funções de enquadramento. A proposição de soluções (d) aparece de forma clara: a solução é a intervenção federal através de “atitudes mais enérgicas e resolutivas” (*Correio do Estado*, p. 2, 04 set. 2015), o cumprimento da reintegração de posse e a “aprovação da PEC 71, que fixa indenização aos donos das terras que foram demarcadas como reservas indígenas a partir do dia 05 de outubro de 2013” (*Correio do Estado*, p. 2, 20 set. 2015). À definição do problema (a) são acrescentados termos-chave que conformam o enquadramento: “batalhas de uma guerra que já dura décadas” e “bomba que está prestes a explodir”. Assim como às causas (b):

Grande parte do conflito agrário entre índios e produtores nasceu da política do governo federal; na época, personalizado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com demarcação de terras indígenas, verdadeiras colônias agrárias, que delimitaram os espaços das comunidades. De outro lado, muitas áreas foram vendidas à produtores de boa-fé, passando para outras gerações que, agora, enfrentam o problema criado há décadas (*Correio do Estado*, p. 2, 04 set. 2015)

No dia 14 de outubro de 2015, é publicado o editorial “Duas CPI’s, pouca ação” cuja intenção central é estabelecer uma crítica à criação de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI’s), na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Essa publicação é uma tentativa de defender um ponto-chave do enquadramento apresentado pelo *Correio do Estado* que, nesse momento, enfrenta um contra-argumento factual. Desde o início da cobertura jornalística, os editoriais se erigiram insistindo que a causa central do conflito é o governo federal, por incompetência, inércia, descumprimento de promessas. No entanto, a criação de uma CPI para investigar o envolvimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - iniciativa de deputados representantes dos proprietários rurais - e outra, para apurar a responsabilidade do governo estadual no genocídio de indígenas entre os anos de 2000 e 2015 - esta como resultado da mobilização de deputados que representam grupos indígenas - atingiu em cheio o ponto central do enquadramento proposto nos editoriais até então. A criação das CPI’s desloca a responsabilidade pelos conflitos do plano federal para o plano estadual. Melhor dizendo, o que até esse ponto da cobertura era atribuído ao governo federal, o acirramento do conflito entre fazendeiros e indígenas, passa a ser corresponsabilidade dos “terceiros interessados” e do governo estadual. A criação das CPI’s na assembleia estadual é uma

“confissão de culpa” dos grupos diretamente envolvidos no conflito. A intenção do editorial, diante desse fato, é desqualificar as duas CPI’s, insistindo que elas estariam desviando os esforços e gerando ações inócuas, e, conseqüentemente, tentar preservar o núcleo de sua interpretação causal.

Tabela 4: Funções de enquadramento presentes nos editoriais do jornal *Correio do Estado*

Funções de enquadramento	de
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do governo federal
b) causa	Incompetência do governo federal; incitação do conflito por “terceiros interessados”; política do SPI de criação de reservas e distribuição de terras no estado
c) julgamento moral	Indígenas: invasores, tutelados pela União, manipulados, abandonados pelo governo federal; Proprietários rurais: invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo governo federal; Governo federal, Funai, governo Dilma: incompetente, desorganizado; CIMI, Igreja católica: terceiros interessados, provocadores, exploradores do passado que defendem explorados, representantes dos indígenas
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutiva do governo federal; reintegração de posse; aprovação da PEC 71

Fonte: Autor, 2018.

O enquadramento exibido nos editoriais oferece uma narrativa básica em que a posição da empresa jornalística se evidencia logo no primeiro texto. Os personagens envolvidos e os julgamentos que os caracterizam, a definição do problema e a sinalização das explicações causais são apresentados. Nos demais textos publicados, observamos um refinamento das caracterizações dos personagens, muitas vezes oscilando julgamentos, e das explicações causais, além da proposição de soluções.

4.1.1.1 Definição de quadros de referência

De maneira geral, o enquadramento propõe que o conflito se dá entre produtores rurais – caracterizados sempre com termos neutros, positivos ou vitimizadores – e os demais personagens – qualificados, pelo menos uma vez, negativamente. Como demonstrado acima, chega-se a estabelecer, implicitamente, uma relação de cumplicidade entre governo federal, CIMI e indígenas. No entanto, esses últimos sempre são colocados numa posição de inferioridade, porque manipulados, tutelados e induzidos a agir.

No apontamento das causas do conflito, percebemos um deslocamento da responsabilidade dos personagens diretamente envolvidos para um ente estranho e longínquo, no caso, o governo federal. Esse movimento, esvazia a discussão sobre os atos de fazendeiros e indígenas. O assassinato de Semião Vilhalva é apenas um dado, uma consequência lógica. A reunião e deliberação de fazendeiros, que decidem usar os próprios meios para retomar uma fazenda, são vistos como uma ação natural e esperada. Esse ponto de vista é constantemente reforçado pela enumeração de conflitos anteriores, asseverando, pela repetição, a naturalização de atos violentos.

Adiantamos que não estamos desconsiderando a possível responsabilidade do governo federal, no entanto, nossa intenção, nesta análise, é explicitar os enquadramentos presentes no texto, os quais indicariam versões parciais e limitadas que pretendem ser as únicas válidas e legítimas. No escopo desta pesquisa não há espaço para uma crítica ideológica do material analisado. O ponto central é a elucidação das relações estabelecidas na conformação dos enquadramentos propostos. Se até o momento apresentamos uma descrição analítica das funções de enquadramento dos editoriais publicados pelo jornal *Correio do Estado*, cabe ressaltar, doravante, o quadro de referência acionado capaz de dotar de verossimilhança válida o enquadramento configurado.

Em meados de 2015, o governo federal enfrentava uma crise econômica e política pronunciadas. A presidenta Dilma Rousseff era alvo de uma série de críticas sobre a condução da economia, além de uma oposição contundente no parlamento, alimentada, principalmente, pelos desdobramentos dos escândalos de corrupção divulgados nos meios de comunicação em todo o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, o jornal *Correio do Estado* assumia o mesmo tom de crítica ao governo federal. Diariamente, as capas estampavam dados negativos sobre a economia do país; editoriais criticando a política econômica eram publicados com frequência; várias colunas de opinião atribuíam a crise política a erros cometidos na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) e da presidenta Dilma Rousseff. Esse contexto narrativo fornece os elementos principais constituintes do enquadramento construído para a compreensão dos conflitos que eclodem em Antônio João, município localizado a aproximadamente 300 quilômetros de Campo Grande.

Na construção do argumento central do enquadramento proposto nos editoriais, observamos, portanto, uma estratégia retórica que tem por objetivo restringir as possibilidades causais e explicativas. O texto parte de uma assertiva válida, pelo menos conjunturalmente, em outro contexto, para tornar aceitável uma explicação causal que não teria força explicativa sem a aceitação da primeira assertiva. A assertiva válida: “o governo federal é incompetente na

gestão da economia do país”; assertiva restritiva: “o governo federal é incompetente para solucionar o conflito entre indígenas e proprietários rurais”. A repetição dessa associação nos vários editoriais publicados no período completa a construção da hegemonia, tendo em vista que funciona com base no esquecimento de que não se explicou aquilo de que se fala: o motivos dos conflitos. Ou seja, a vinculação entre incompetência econômica e incompetência na solução dos conflitos fundiários encerra a discussão num quadro de referência compartilhado: gestão, administração. Todo e qualquer problema na economia é uma questão de equalização eficiente e eficaz, através da racionalização das ações dos agentes, conscientes dos meios disponíveis e dos fins almejados. Da mesma forma, os conflitos entre fazendeiros e indígenas seriam solucionados pela administração dos interesses em jogo. O enquadramento construído negligencia fatores da disputa simbólica que encontram suas fundamentações no campo dos valores e tradições para cuja solução nada, ou muito pouco, concorrem medidas de gestão, puramente administrativas.

O quadro de referência tem sua origem, significado e articulação simbólica (CARVALHO, 2009) afeitos a um plano político-administrativo mais amplo e encontra sua legitimidade numa polarização político-partidária que não se relaciona diretamente com os conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Nesse plano, os interesses, crenças e a visão de mundo de um dos lados em conflito, no caso, os proprietários rurais, encontra maior ressonância na posição assumida pelo jornal estudado.

O enquadramento construído a partir do quadro primário de referência alicerçado na dicotomia político-administrativa permite um acordo entre o sujeito midiático - a empresa jornalística *Correio do Estado* - e os atores extramediáticos - predominantemente, os proprietários rurais - no estabelecimento de um enredo verossimilhante (SODRÉ, 2009).

Chamamos de enquadramento restritivo porque ofusca as complexidades envolvidas nos conflitos entre fazendeiros e indígenas em Mato Grosso do Sul. No entanto, o argumento não resiste ao imperativo dos fatos. Quando duas CPI's regionais são constituídas para investigar as responsabilidades dos personagens locais envolvidos, a fragilidade do enquadramento se manifesta. Uma contradição se estabelece. A verossimilhança esvai-se na parcialidade, insuficiência e na restrição ao posicionamento de uma das partes envolvidas no conflito.

Concernente ao problema central de nossa pesquisa, a conformação de enquadramentos midiáticos relacionados ao que Banducci Jr. (2009) chama de “ideologia da cultura sul-mato-grossense”, a construção apresentada nos editoriais do jornal *Correio do Estado* não se forma a partir de uma identidade contrastiva em que a legitimidade de um “nós” contra um “eles” se baseie em elementos diacríticos que definem o “ser” sul-mato-grossense. O plano semântico

em que se insere o enquadramento diz respeito, antes, à dicotomia política-administrativa-partidária representada, a grosso modo, pela polarização situação-governo federal/oposição-governo regional, em que o “nós” localiza-se no segundo polo e o “eles” no primeiro.

4.1.2 Das colunas

Entre as colunas incluímos os artigos de pensadores, escritores e especialistas convidados ou espontaneamente enviados ao jornal cuja temática gira, direta ou transversalmente, em torno dos problemas concernentes aos conflitos entre proprietários rurais e indígenas. Esses artigos têm o papel fundamental na promoção do debate e ampliação do conhecimento sobre determinado tema quando há uma real recepção de ideias, posições, argumentos, pontos de vista polifônicos e polissêmicos. São nos artigos que encontramos o *locus* privilegiado de avaliação da pluralidade de opiniões publicadas, da complexidade das interpretações de fatos e eventos, onde se promove ou não o verdadeiro debate público.

Na apresentação que se segue, dividimos os artigos em dois blocos. O primeiro, composto por oito artigos, em que o posicionamento geral aproxima-se do assumido nos editoriais. O segundo, em que se encontram dois artigos de posição diversa do bloco anterior. Por fim, tratamos separadamente da posição assumida pelo representante da Igreja Católica no artigo que fecha o período de cobertura da pesquisa.

4.1.2.1 Bloco ruralista: da crise conjuntural à ideologia da cultura

No itinerário de nossa pesquisa, as duas colunas do psicanalista Valfrido M. Chaves são de extrema relevância na demonstração de nossos argumentos acerca da relação entre enquadramentos jornalísticos e a ideologia da cultura sul-mato-grossense. O texto “Colonização à brasileira”, publicado no dia 28 de agosto de 2015, curiosamente, é uma republicação - segundo informação do próprio editor. Originalmente o texto apareceu há dez anos – antecede o assassinato de Semião Vilhalva e, assim, ao nosso entender, juntamente com o editorial do mesmo dia, encerra o quadro geral a partir do qual se pretende definir o acontecimento jornalístico “conflito entre indígenas e produtores rurais”. O segundo texto, “Conflito indígena, o judiciário e o ‘Caraí’”, completa o primeiro, ampliando as funções de enquadramento.

O título “Colonização à brasileira” nos remete a um plano semântico ancorado na história da ocupação do território e submissão à vontade do elemento introduzido. A adjetivação com a locução “à brasileira” exprime uma idiosincrasia, uma singularidade, da forma de

colonização realizada no Brasil; assim como se diz de uma receita culinária, um modo de preparar típico do brasileiro. Fornece, desse modo, um tom irônico, que se deslinda no decorrer do texto a partir da introdução dos personagens, da polarização estabelecida e da definição das funções de enquadramento.

A mesma polarização verificada nos editoriais se acentua e se refina, através da introdução de adornos, perfazendo uma moldura talhada, esculpida, pelo requinte de uma linguagem incisiva e eficaz na definição dos quadros de referência acionados. Na caracterização dos personagens que emergem no discurso é explicitado o sentido moral da polarização estabelecida.

No polo positivo temos os produtores rurais. São os “pioneiros”, “ex-combatentes (da Guerra do Paraguai)”, povo tenaz e de fibra que viveu uma “história árdua, muitas vezes violenta, em que a solidão e a falta de recursos eram soberanas” (*Correio do Estado*, p. 2, 28 ago. 2015). Mais tarde vieram os “sulistas”, “sangue novo, com vocação para o trabalho árduo com a terra e a produção agrícola”. O produtor é o “bode expiatório”, são os “brasileiros dignos que vivem para o trabalho e suas famílias”, expulsos de terras “legítimas”.

No polo negativo temos os agentes do Estado. Esse personagem da narrativa é concretizado na figura dos procuradores federais sectários, “militantes”, representantes de “um projeto de poder no qual a luta de classes deve ceder lugar à promoção do conflito étnico e racial entre brasileiros”

Sob a influência do polo negativo encontramos os índios. Os indígenas são entendidos como povos atrasados, à margem do “progresso” e do “desenvolvimento”; “indigentes”, “alcoólatras”, “terroristas”, “sem perspectiva”, submetidos ao “trabalho escravo”, enredados na “prostituição”, “estupros e impunidade”. Ainda há, nas palavras do autor, “índios latifundiários”. Mas os indígenas são, também, vitimizados. Porque “forças escusas” agem “promovendo manipulações político-ideológicas”.

O problema (a) apresentado no texto é a expulsão dos pioneiros de suas propriedades legítimas e da Constituição. Essa expulsão é vista como crime coletivo, perpetrado por índios, influenciados por forças escusas e sob a convivência estatal.

As causas (b) do problema seria uma

indústria de conflitos e invasões que quer semear ódios definitivos entre índios e pioneiros, sob o olhar conivente do aparelho estatal, quando procuradores federais ‘defendem índios’, mas, sectariamente, esquecem que a Constituição é um todo em que a etnia não determina privilégios ou culpas inatas (*Correio do Estado*, p. 2, 28 ago. 2015).

Retomando a referência ao título do artigo, “Colonização à brasileira”, percebemos que a ironia se instala ao conjugar um quadro de referência culinário, gastronômico, como forma de crítica ao processo de disputa e ocupação de terras com forte intervenção do aparelho estatal. Ao lançar mão de termos-chave como “pioneiros”, “vocação” e “trabalho” (“com voca o para o trabalho”), “tenacidade” e “fibra”, o autor define os traços psicossociais e comportamentais dos que seriam os legítimos colonizadores. Em contraposi o aos “tutelados”, “indigentes”, “terroristas” que de fato, sob a prote o dos “militantes” da esfera estatal, estariam ocupando a terra. Uma oposi o estruturante se estabelece, portanto, entre, de um lado, a coloniza o como livre iniciativa, empreendedorismo e, de outro, a coloniza o tutelada pelo Estado, “  brasileira”.

Em segundo texto publicado pelo mesmo autor, no dia 29 de setembro de 2015, portanto um mês após o primeiro artigo, percebemos a reafirma o dos principais pontos. No entanto, se no primeiro a inten o era apresentar um quadro inicial e amplo onde se enunciavam as formas básicas da defini o do problema, das causas e dos julgamentos morais, no segundo, o cerne   a exorta o da neutralidade do poder judiciário como proposi o de soluço (d) para o dissenso.

A estratégia retórica adotada   a compara o da a o do judiciário com a fun o do “Carai” entre os povos indígenas. Segundo o autor, os povos que habitavam o território brasileiro quando da chegada dos portugueses viviam em diferentes grupos e aldeias, ora aliados, ora inimigos. As rela oes entre esses diferentes grupos obedeciam uma série de regras. A desobediência a essas regras de convívio poderia levar a conflitos. Nesse “universo guerreiro”, o Carai era um indivíduo que não pertencia a nenhuma linhagem guerreira e por isso circulava entre os diversos grupos, agindo como guia para a “Terra sem mal” e como promotor da paz. Caberia ao poder judiciário assumir sua “fun o Carai” e restabelecer o Estado de Direito e Democrático que, no entender do colunista, estava rompido pela condi o beligerante estabelecida entre indígenas e proprietários rurais. Isso aconteceria porque os “ing nuos” índios seriam manipulados por interesses ideológicos e fisiológicos de agentes fora e dentro do aparelho de Estado.

No primeiro texto, os indígenas estavam posicionados próximos ao polo negativo, junto dos agentes manipuladores. O enquadramento sugerido colocava-os como estranhos, diferentes dos pioneiros, desbravadores, tenazes, vocacionados sul-mato-grossenses: os proprietários rurais. No segundo texto, a estratégia   reposicionar os indígenas. Agora são “brasileiros que podiam estar lado a lado”, injustiçados historicamente pelos colonizadores europeus, desde que não obnubilados por ideologias exógenas.

Uma injustiça histórica, de toda sociedade brasileira, não pode justificar o crime coletivo, a manipulação de uma população ingênua e nem a transformação de nossos pioneiros fixadores de fronteiras em bodes expiatórios. Até porque o ódio, os preconceitos e a separação das comunidades estão se configurando como resultado do processo em curso. Entendemos ser esse o objetivo perverso de muitos, quando vemos a banalização da ruptura com o Estado de Direito, sendo entendida por aqueles que a engendram como um ‘avanço’ que comprovaria o ‘acerto da praxis’ desenvolvida. A tese de que ‘retomada não é invasão’ define o ‘avanço’ e o acerto da praxis marxista-leninista que a inspira (*Correio do Estado*, p. 2, 29 set. 2015)

No trecho acima, percebemos o acionamento explícito do quadro de referência político-ideológico. O polo negativo é identificado como esquerda marxista-leninista. Dessa forma, aproxima-se do enquadramento explicativo sugerido nos editoriais acima analisados.

Seguindo a nossa análise das colunas, o texto intitulado “Cuidado com a fronteira!”, assinado pelo Presidente da Comissão de Assuntos Agrários e Agronegócio da OAB-MS, de 02 de setembro de 2015, chama a atenção para um problema (a) derivado do conflito entre fazendeiros e indígenas: a segurança na fronteira. Segundo o autor, a causa (b) de sua preocupação seria a participação de “facções paraguaias” no conflito em Antônio João. Diante do fato, propõe (d) a intervenção das forças armadas brasileiras, alegando que às autoridades constituídas recairia a acusação de crime de responsabilidade caso não determinassem a intervenção militar imediata. Em seu argumento, eivado de citações de leis, evoca o patriotismo do tenente Antônio João, na guerra do Paraguai, ao resistir, mesmo ciente de sua iminente derrota, às investidas do exército de Solano Lopes. Depois de afirmar que aos proprietários rurais é garantido o direito à “retomada”, mais uma vez apoiando-se em fragmentos da Constituição e de leis ordinárias, termina dizendo que as “portei­ras abertas a estrangeiros” estão fragilizando a soberania nacional.

Concernente à categoria analítica “personagens”, o que verificamos é a entrada em cena, agora de forma explícita, de “facções paraguaias” como incitadores dos conflitos. O governo federal ainda comparece no discurso como grande responsável e inerte. Os proprietários rurais continuam como vítimas que têm o direito à “retomada” de suas terras.

A partir dessa breve descrição do texto, percebemos uma busca por legitimação do enquadramento através do acionamento de quadros de referência que se constroem sobre uma dicotomia básica entre nacional/estrangeiro. A utilização de termos-chave como “defesa de fronteira”, “estrangeiro”, “segurança nacional”, “soberania nacional”, conotando, em seguida, que o direito de “retomada” pelos proprietários rurais seria similar à garantia patriótica do território nacional, que estaria de “portei­ras abertas a estrangeiros”, assim como as portei­ras das fazendas foram invadidas por indígenas, oferece um amálgama entre conflitos de indígenas

com produtores rurais e disputas fronteiriças entre brasileiros e paraguaios. Dessa forma, fica implícita a associação dos proprietários rurais aos “nacionais”, ao “nós”, com direito de retomar a terra de facções estrangeiras, que por serem “facções” e por serem “estrangeiras” podem e devem ser repelidas com o uso da força. Aqui, a intenção é justificar o uso desproporcional da força por proprietários rurais nas ações do dia 29 de agosto de 2015 que culminaram na morte do indígena Semião Valhalva.

Nos textos do dia 03 e 16 de setembro de 2015, temos uma abordagem explícita do artifício retórico de enquadramento dos conflitos. O jornalista e advogado Ruy Sant’Anna faz uma crítica ao governo da presidenta Dilma Rousseff e do seu partido, o PT, nos textos de nome “Lucro dos banqueiros e a pergunta: de onde tirar o dinheiro?” e “Vida desalinhada, invasões indígenas e projeto pró-jaca”. Ressalta que medidas econômicas que aumentam impostos geram desemprego, inflação e aumento o rendimento dos bancos. Contribuem, ainda, para a desconfiança no governo que, segundo o autor, deveria cortar gastos e não aumentar arrecadação com impostos. Nessa caracterização, ao governo federal associam as ações e os predicativos como “incompetente”, “não deve ser perdoado”, “mentiroso”, “desfaçatez”, “*luminares* brasileiros” (aqui, acentuando o tom irônico), “expandem a ganância irracional”-; autor (governo federal) de “pedaladas e irregularidades orçamentárias”, “estelionato eleitoral”. Afirma que o governo estaria lançando o “projeto jaca”, “fruta enorme, com cheiro forte e de difícil digestão”.

Após essa crítica veemente, introduz o outro personagem: proprietários rurais. Esses são caracterizados como “os que carregam o país nas costas e a nação sobre seus ombros”, “bravos e honestos”, “o que sofrem os produtores é humilhante e injusto”.

Estes sempre foram e continuam sendo tratados injustamente, mesmo com uma representante do agronegócio no seio ministerial de Dilma. De ano a ano, aumentam as invasões indígenas em áreas rurais adquiridas de boa fé e tituladas pelo governo. Os produtores não são invasores; são proprietários. Se houver alguma questão jurídica que seja desfavorável aos ruralistas, eles têm que ter sua terra adquirida pelo governo e pagas com justiça, sobre todos os bens acrescidos sobre a terras que eram nuas, e, hoje, produzem. (*Correio do Estado*, p. 2, 03 set. 2015)

O excerto expõe não só o julgamento moral (c) dos personagens e suas posições nos conflitos, como sugere uma solução (d) para o problema: a indenização justa dos proprietários. Depreendemos que o quadro de referência acionado na definição do enquadramento dos fatos aproxima-se do esforço empreendido pelos editoriais publicados. A tentativa é de vincular incompetência do governo federal na gestão da política econômica com uma incapacidade de mediar e solucionar os conflitos entre indígenas e proprietários rurais em Mato Grosso do Sul.

O que exime as partes envolvidas de responsabilidade pelos seus atos e, ao mesmo tempo, desloca a força explicativa de uma assertiva previamente compartilhada e aceita para uma assertiva cuja pretensão é encerrar o enquadramento dos fatos. Na citação a seguir, fica clara a forma da vinculação:

Quem se der ao cuidado de ler as notas fiscais de supermercados verá que nas compras estão embutidos impostos com médias de 30% a 40%, além da energia elétrica, água, gasolina, pedágios, taxas e contribuições, etc. Na campanha de estelionato eleitoral, Dilma afirmou que não aumentaria impostos, não haveria desemprego nem inflação, e que isso aconteceria caso a oposição ganhasse as eleições. O resultado está aí! Diante desse desgoverno estão os produtores rurais de Mato Grosso do Sul que já tiveram 95 propriedades invadidas por indígenas que agem de maneira estranha do que faziam há pouco tempo. Os indígenas tinham nos produtores, vizinhos que se respeitavam e aguardavam cumprimento de palavra do governo que já prometeu comprar a terra reconhecida de uso indígena (*Correio do Estado*, p. 2, 16 set. 2015).

Seguindo os textos pela ordem cronológica de publicação, nos dias 6 e 7 de setembro são publicados os artigos de um produtor rural, Ricardo Bacha²⁸, e de um promotor de justiça aposentado, Antônio Carlos Siufi Hindo. Encontramos a reafirmação do ponto central do enquadramento proposto anteriormente: o problema (a) é o conflito entre índios e fazendeiros e a causa (b) é a incompetência do governo federal. As manifestações surgem logo após o Ministro da Justiça, Eduardo Cardozo, visitar o estado, encontrar-se com o governador e com representantes das partes envolvidas e apresentar a posição do governo federal.

No texto “O passeio do ministro”, assinado pelo produtor rural, o que se vê, em linhas gerais, é um tom pessimista frente a intervenção do ministro da justiça.

Não nos iludamos, ele tem coisa mais importante para cuidar. Precisa defender seu governo das mazelas do petrolão e evitar que a lama chegue mais perto do Alvorada. Vai ter tempo para cuidar de um assunto tão politicamente incorreto quanto esse de dar garantia aos direitos individuais e a posse de propriedade privadas? Perder tempo com esses “fazendeiros insaciáveis” e esses “índios chatos” que ficam fazendo confusão no campo? Que se danem! (*Correio do Estado*, p. 2, 06 set. 2015).

Destacamos, ainda, o reposicionamento estratégico dos personagens. Os indígenas passam a compor o mesmo polo dos proprietários rurais. Ambos são vítimas do desinteresse do governo federal.

No texto do dia 07 de setembro, a defesa da culpabilidade do governo federal é revestida de argumentos que intentam eximir as partes envolvidas de qualquer responsabilidade. O

28 Ricardo Bacha é o proprietário da terra envolvida no conflito com indígenas da etnia terena, no município de Sidrolândia/MS em maio de 2013. Quando na ação de reintegração de posse foi assassinado indígena Oziel Gabriel. Ver Rossi (2013).

confronto armado entre produtores e indígenas são vistos como uma decorrência esperada e legítima diante do desrespeito à propriedade privada.

Os nossos vizinhos paraguaios, que perderam uma quantidade enorme de terra no conflito da Tríplice Aliança, até hoje não esquecem que foram surrupiados em seus territórios. Essa mágoa do ser humano é simples de ser interpretada: quando os governos não oferecem justiça para os seus direitos, instrução para os seus filhos, assistência para os seus doentes e segurança, que resulta imprescindível para uma vida digna, o povo até suporta. Mas, quando avançam em suas propriedades com ações que desrespeitam a propriedade, o homem se animaliza (*Correio do Estado*, p. 2, 07 set. 2015).

Logo após esse trecho, o autor pondera que o indígena teria seu direito à propriedade desrespeitado e, portanto, se animalizaria. Desse modo, os atos praticados pelos indígenas e pelos proprietários rurais seriam da mesma natureza: defesa da propriedade privada. A culpa (b) seria a inoperância de um Estado “fraco e despreparado para o enfrentamento de tão delicada questão”.

Nesse texto, encontramos a delimitação do sentido de Estado a sua expressão federal. Na apresentação dos argumentos, o autor reporta-se a falas do governador do estado de Mato Grosso do Sul para separar as posições das diferentes instâncias federativas e, conseqüentemente, restringir a noção de Estado à de União. O Estado fraco é o governo federal que não faz cumprir as leis, enquanto a instância estadual é mais uma vítima da situação. Um novo personagem, nesse contexto, entra em cena: governo estadual, mais precisamente o governador do estado de Mato Grosso do Sul.

Outro ponto que merece destaque, é a definição que apresenta dos produtores rurais. Homens e mulheres com “desejo de romper o desafio de desbravar um sertão inóspito e plantar, com a força de sua coragem, e o arrojo de sua intrepidez, ricos e importantes polos de desenvolvimento regional”. Mais à frente, afirma que essas famílias são humilhadas e constringidas por ações violentas.

Para finalizar o que chamamos de bloco ruralista, no artigo “Democracia Cabocla”, do advogado Gilson Cavalcanti Ricci, publicado de 13 de outubro de 2015, temos uma crítica veemente e a explicitação de uma versão definitiva e eminentemente conservadora dos episódios envolvendo indígenas e proprietários rurais. Os índios são caracterizados como invasores e destruidores selvagens, que não obedecem a lei, que bloqueiam estradas, assim como fazem os grevistas em suas “greves injustas” e os sem-terra. São todos agentes sob o comando de comunistas-terroristas, protegidos pelo governo comunista. Afirma, ainda, que o governo federal é responsável por “mazelas perpetradas contra o povo em nome da

democracia”. Segundo o autor “a democracia serve para acobertar a bandidagem incrustada no governo, como também serve de escudo ao enriquecimento ilícito de políticos corruptos”. Por fim, em tom de ameaça, proclama:

Se o eleitor brasileiro não melhorar seu raciocínio ao votar, alerta que fatalmente ensejará forte suporte institucional a uma ditadura civil ou militar, cujo ditador terá a oportunidade de modificar na marra todo esse ciclo vicioso a empanar o brilho de nossa democracia (*Correio do Estado*, p. 2, 13 out. 2015)

Podemos extrair da posição apresentada uma clara exortação da ordem. Nos mesmos moldes de discursos proferidos por políticos conservadores em que a estabilidade social é alçada à condição de função precípua do Estado, quiçá única função do Estado. Mesmo que signifique a restrição da democracia e de direitos fundamentais. O adjetivo “cabocla” tem por objetivo sintetizar toda a negatividade da mestiçagem formada por sem-terra, grevistas, o grupo político que comanda o governo federal e, claro, o indígena. Mestiçagem estranha, diferente do grupo a que pertencem os produtores rurais.

Tabela 5: Funções de enquadramento presentes nas colunas de opinião do jornal *Correio do Estado*

Funções de enquadramento	de
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do governo federal; invasão estrangeira; instabilidade social; segurança nacional; invasão de propriedade privada
b) causa	Incompetência e fraqueza do governo federal; incitação do conflito por terroristas-comunistas-leninistas e facções paraguaias; defesa da propriedade privada
c) julgamento moral	<i>Indígenas</i> : invasores, destruidores selvagens, atrasados, indigentes, alcoólatras, protegidos pela União, por comunistas e por terroristas, agem como grevistas e sem-terra, caboclos, latifundiários; por outro lado são manipulados, abandonados pelo governo federal, <i>Proprietários rurais</i> : invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo governo federal, carregam o Brasil nas costas, corajosos, desbravadores do sertão inóspito, arrojados, intrépidos, humilhados, injustiçados, bodes-expiatórios, pioneiros, dignos, trabalhadores, ex-combatentes da guerra do Paraguai, povo tenaz e de fibra <i>Governo federal</i> (Funai, governo Dilma, Partido dos Trabalhadores): incompetente, corrupto, fraco, comunista, mentiroso, pseudointelectuais <i>Poder Judiciário</i> : mediador, pacificador
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutiva; reintegração de posse; desapropriação com indenização justa dos fazendeiros

Fonte: Autor, 2018.

O enquadramento geral dos fatos acentua a polarização apresentada nos editoriais, principalmente, vinculando atributos morais aos personagens envolvidos. Fica clara uma delimitação entre o “bem” e o “mal”, o “certo” e o “errado”. Mas a composição dos polos antagônicos varia. Observamos uma ambiguidade na caracterização e posicionamento dos indígenas que vão desde a mais contundente desqualificação moral até a comiseração e indulgência. Ora os indígenas são posicionados junto ao governo federal, às facções terroristas, aos militantes, aos grevistas, aos sem-terra, ora são deslocados para o campo dos inocentes e vitimados por ações dos “maus”.

No polo negativo, o que vemos é a ampliação dos quadros de referência acionados. Nos editoriais se deslindou uma moldura político-administrativa de onde derivaram adjetivos como incompetente, desorganizado e inoperantes. Nos artigos, o elemento político-ideológico é acentuado ao rotular o governo federal de comunista, leninista e marxista; e ao apresentar agentes públicos, no caso membros do ministério público federal, como militantes. Sem contar a menção vaga a terroristas como simples alavanca capaz de fechar o quadro de referência proposto. A eloquência das qualificações se pronuncia, nos casos analisados, como um apelo emocional ao leitor a fim de mobiliza-lo na aceitação de uma proposição que, na verdade, não explica os fatos.

No polo positivo, a miríade de termos-chave nos leva a um quadro de referência afeito à ideologia da cultura sul-mato-grossense, como a delineamos no capítulo três dessa dissertação. É na caracterização dos proprietários rurais que vemos surgir os mesmos atributos que definem a identidade sul-mato-grossense. Os elementos diacríticos que permitem dizer quem compõe o “ser” sul-mato-grossense são alçados à condição de qualidades morais que legitimam o ponto de vista dos proprietários rurais na definição dos fatos. Dizer que são pioneiros, arrojados, trabalhadores, desbravadores do sertão inóspito, ex-combatentes, confere autenticidade, justifica o direito de mando e a hegemonia da classe de proprietários rurais no discurso histórico que, quando retomado, no momento de adensamento das contradições sociais, revela, por outro lado, a fragilidade e artificialidade desse mesmo discurso. A necessidade de reiteração dos atributos a cada conflito deflagrado revela a crise da forma de dominação tradicional²⁹ que, aos olhos dos dominadores, ainda são suficientes para justificar a submissão e recato da população indígena do estado de Mato Grosso do Sul. A despeito da descrença dos dominados, o enquadramento que toma como referência elementos de uma

29 Nos referimos à *dominação tradicional* definida pelo sociólogo Max Weber, que se fundamenta na crença na santidade das tradições imemoriais e na legitimidade dos que exercem a dominação sob tais tradições. Ver Weber, M. **Economia e Sociedade**, Brasília, ed. UNB, 2 vols., 2004.

ideologia da cultura presta-se a convencer os próprios dominadores do “direito” de exercer o domínio e, conseqüentemente, justificar o uso desproporcional da força nos conflitos.

Podemos dizer que é um enquadramento que aciona vários quadros de referência ou níveis composicionais. Um nível presente ou imediato: a incompetência na gestão da crise político-econômica, que se constrói na articulação dos conflitos entre indígenas e proprietários rurais com temas que são atuais e mobilizam a opinião pública, e, por isso mesmo, estão sendo tratados, concomitantemente, pelos diversos meios de comunicação. Um nível periférico ou latente: polarizações político-ideológicas que acionam referência para a delimitação entre “amigos” e “inimigos”, “nacionais” e “estrangeiros”, um “nós” e um “eles”. A ideologia da cultura entra como quadro latente de referência ao qual se recorre para conferir legitimidade à construção discursiva.

4.1.2.2 Bloco Indigenista: Dos fatos à hesitação

Dentre as 11 colunas de opinião publicadas no *Correio do Estado* no período analisado, 2 foram classificadas como favoráveis aos indígenas. A primeira, do dia 13 de setembro, assinada pelo jornalista e escritor Hermano Melo, “A morte do indígena guarani kaiowa Semião Vilhalva”, comenta diretamente matérias do jornalista Celso Bejerano, correspondente do jornal *Correio do Estado* responsável pela cobertura dos eventos em Antônio João. A intenção é adotar a referência explícita ao conteúdo informativo como forma de conferir credibilidade a sua abordagem. Desse modo, seu argumento estaria fundamentado em material factual e, portanto, mereceria um estatuto de veracidade. O ponto central do texto é mostrar a desproporção da força utilizada por produtores rurais nos conflitos com indígenas.

Inicia dizendo que “100 ruralistas montados em modernas caminhonetes” desencadearam ação deliberada de retomada das fazendas Barra e Fronteira, instados pela presidente do sindicato rural de Antônio João, e, ademais, impediram a cobertura jornalística, ameaçando danificar o veículo dos profissionais de imprensa. E que tudo seria um fato “normal” não fosse o assassinato do Guarani Kaiowa Semião Vilhalva. Os indígenas são caracterizados como vítimas de agressão e assassinatos recorrentes. O Estado, concretizado na figura do ministro da justiça, da polícia e do poder judiciário é entendido como inoperante e negligente. Em sua crítica, questiona a versão dos fazendeiros sobre a morte do indígena a partir dos dados da perícia e assevera que é prática recorrente a violência praticada contra indígenas e a impunidade dos responsáveis. Problema (a): violência impune contra povos e lideranças indígenas. Por fim, explicita posicionamento contra o que chama de “tempos conservadores”.

A segunda coluna foi publicada no dia 17 de setembro. De autoria de acadêmicos da área de Direito, intitula-se “Ódio ao diferente: crime ou liberdade?”. Em nosso entender, não configura uma posição explicitamente indigenista, pois não apresenta definição dos personagens envolvidos. Por outro lado, tem como tema central a defesa de mudanças institucionais que resguardam os direitos de minorias. Mesmo não concernindo diretamente ao problema local, elenca os indígenas entre uma ampla variedade de grupos minoritários afetados pela mudança. Através da apresentação do projeto de lei 122, que tipifica crimes motivados por ódio, faz uma crítica à oposição de conservadores ao projeto. Afirma que as minorias sofrem com as estruturas sociais arcaicas e que “faz-se mister uma superação dessa ilusão retrógrada de que o Estado serve apenas à maioria, pois cabe a ele proporcionar garantias fundamentais a cada indivíduo, sem privilégios a grupos majoritários”.

O texto é uma manifestação de contraposições conservadoras assumidas por outros colonistas, principalmente quando estes abordam os temas referidos aos conflitos entre indígenas e proprietários rurais. No entanto, não há uma clara menção à questão indígena. Nesse caso, podemos dizer que é uma abordagem tímida e hesitante através de temática transversal. Não questiona, portanto, o diagnóstico hegemônico.

4.1.2.3 A igreja em MS

Destacamos a posição da Igreja dos dois blocos anteriores menos por um alinhamento neutro do que por entendermos que a instituição tem peso definitivo na conformação final do enquadramento. No texto “Sonhar mais um sonho (im)possível”, o arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas Lara Barbosa, é taxativo ao declarar-se porta-voz da Igreja em Mato Grosso do Sul ao afirmar que sua opinião é a posição dos bispos da regional oeste I da CNBB, que abrange todo o MS. Sua intenção é condenar o boicote à produção agropecuária de MS – o problema (b) - proposto por alguns grupos que defendem a causa indígena. Mas suas palavras não só afastam a Igreja das ações de defesa dos indígenas, mas aproximam e corroboram posições assumidas pelos produtores rurais:

No entanto, repito e sempre tenho declarado: o verdadeiro culpado não se encontra entre os missionários do Cimi, ou na Igreja Católica. A culpa também não está entre os índios, nem entre os produtores rurais. Quem está na raiz de todas essas décadas de violência e de desrespeito aos direitos básicos da pessoa humana é o Poder Público, particularmente o federal, único competente na matéria. O descumprimento da Constituição por mais de 30 anos provocou um verdadeiro conflito de direitos, não só em MS mas também em várias outras unidades da Federação, e um crescente descrédito do poder público (*Correio do Estado*, p. 2, 30 out. 2015)

O trecho acima sintetiza o enquadramento geral proposto pela maioria dos colunistas que se manifestaram sobre o conflito entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso no Sul. Não é coincidência a cobertura dos fatos envolvendo os conflitos perder o destaque no jornal *Correio do Estado* a partir da data de publicação da coluna assinada pelo arcebispo de Campo Grande. O texto reestabelece o equilíbrio da vida cotidiana através do alinhamento a um senso comum, entendido como “uma expressão coletiva que reduz a complexidade factual a imagens de fácil trânsito comunicativo” (SODRÉ, 2009).

O pensador Muniz Sodré (2009) defende que o jornalismo produz um conhecimento sobre a vida cotidiana que oscila entre o senso comum e o conhecimento sistematizado - do cientista, do político, do filósofo ou do líder religioso. Essas duas dimensões se articulam de forma a produzir um enredo verossímil que enquadre os fatos da realidade. Esta busca por verossimilhança envolve um público, entendido como uma “ideosfera” e, ao mesmo tempo, “reaviva em cada indivíduo o sentimento do *mundo*, quando não (nos acontecimentos catastróficos) uma acomodação sensível do cotidiano, amenizando, senão neutralizando, a impotência terapêutica coletiva”(SODRÉ, 2009, p.96). No caso da coluna assinada pelo arcebispo de Campo Grande, a acomodação sensível do cotidiano é reestabelecida mediante a busca do consenso entre as diversas opiniões publicadas anteriormente.

4.1.3 Das charges

Esse formato jornalístico entra em nossa análise como textos não-lineares, ou textos em duas dimensões, planares em que seus elementos constituintes são apresentados de forma simultânea. Enquanto textos, portanto, apresentam sujeitos e argumentos e, conseqüentemente, posicionamentos significativos.

No conjunto analisado temos três charges. A primeira, publicada no dia 29 de agosto de 2015, é a única que apresenta um enquadramento nos termos que assumimos neste trabalho. Há, claramente, uma definição dos personagens e do problema que, ao nosso ver, acionam quadros de referência afeitos à ICMS. As outras duas não apresentam um enquadramento que encontra ressonância na ICMS. No entanto, reforçam posicionamento assumido, implícita ou explicitamente, nos editoriais publicados.

Na primeira charge (figura 1), temos dois personagens evidenciados e antagônicos: o Estado de Mato Grosso do Sul e o indígena. Destaca-se o fato de serem colocados em antagonismo, ou como polos de uma disputa, representados como duas figuras separadas e estanques. O indígena, portanto, está fora do estado. O indígena seria uma alteridade definida

como “estrangeiro”, um grupo que não pertence ao estado de Mato Grosso do Sul e que, ainda, é um problema que deve ser assumido pelo estado. O problema é caracterizado pela metáfora do abacaxi, a qual aciona um plano semântico da alimentação, da natureza, facilmente identificado pelo senso comum. O abacaxi é reconhecido como uma fruta de difícil preparo para o consumo, exigindo habilidade e experiência de quem o manipula. Não bastando essa associação negativa entre indígena e abacaxi, há a inscrição “invasões”, um arco e flechas como forma de acentuar o caráter violento dos indígenas. O argumento se reforça, dessa forma, atribuindo um traço mental depreciador como artifício retórico que estabelece o julgamento moral (c) que define o vilão e a vítima na narrativa.

Por outro lado, temos o estado de Mato Grosso do Sul perdido, desorientado e perplexo. A pergunta que fazemos é: o que constitui o estado? Além dos elementos formais e conceituais, aqui nos referimos à estrutura burocrática, os poderes constituídos e o monopólio da força física (poder de polícia), a representação dos polos do conflito como indígenas e estado, incluiria neste último os produtores rurais? No nosso entender, as imagens sugerem, pela omissão, uma identificação de estado e fazendeiros. Ou seja, os fazendeiros são um constituinte do sujeito coletivo unitário sintetizado no estado. Os fazendeiros fazem parte da nação circunscrita ao estado de Mato Grosso do Sul enquanto os indígenas são “o outro”, nação estranha, que não compartilha os elementos identitários.



Figura 2- Correio do Estado, 29 de agosto de 2015, p. 2.

Esquemáticamente, podemos dizer que algumas funções de enquadramento estão evidentes. O problema (a) seriam os indígenas (abacaxi para descascar); o julgamento moral (c) revela-se na caracterização das personagens: os indígenas são invasores, violentos, estrangeiros, difíceis de lidar (abacaxi espinhento); o estado é desorientado, aturdido, hesitante. Nesse caso, os enquadramentos guardam estreita relação com elementos da ICMS.

Da mesma forma que na definição do “ser” sul-mato-grossense das primeiras formulações, o indígena é um elemento não mencionado ou visto como ser incivilizado a ser

amansado, pois é sempre fonte de perigo e desconfiança, além do lugar em que vive ser caracterizado como um “deserto” a ser desbravado.

A segunda charge (figura 2), ilustra a posição assumida em editorial, publicado no mesmo dia, crítica em relação à instalação de duas CPI’s na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Observam-se lupas, em que se lê o rótulo “CPI”, sustentadas por braços que se projetam do edifício da assembleia estadual, como se um mesmo corpo (representado pelo edifício) estivesse dividido entre duas ações concorrentes cujo objetivo seria o mesmo: investigar a “questão indígena”, representada pela pena sob o foco de ambas as lupas. As narrativas divergentes – enunciadas apenas no editorial - que incitam tais ações representariam, respectivamente, as versões dos proprietários rurais e dos indígenas sobre os conflitos. Diferentemente da charge da figura 1, em que as funções de enquadramento se projetam nas definições do problema e nos julgamentos morais que encerram as definições das personagens, na figura 2 temos a definição do problema (a) como a “dispersão dos esforços do estado” - aqui representado pelo poder legislativo regional. Por isso, entendemos que essa charge é um reforço gráfico do discurso apresentado no editorial, sem, necessariamente, estabelecer contato com elementos significativos do quadro de referência da ICMS.

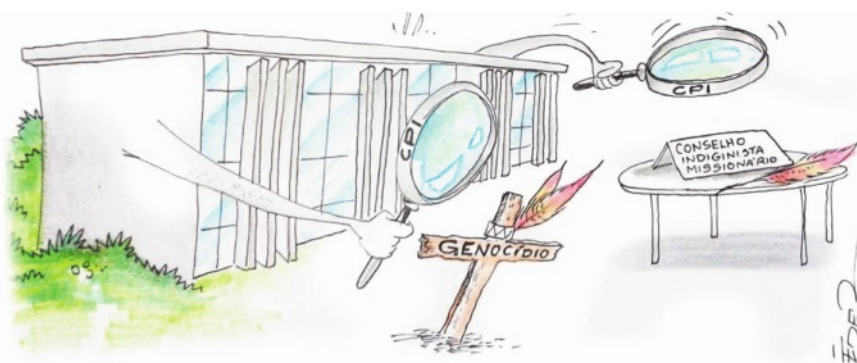


Figura 3: Correio do Estado, 14 de outubro de 2015, p.2

A terceira charge (figura 3) representa uma posição em relação ao papel do Supremo Tribunal Federal (STF) nas decisões sobre reintegração de posse das fazendas envolvidas no litígio. O que se observa é um homem, cuja compleição física denota experiência, representando o STF. Ao fundo, uma fazenda indicada por uma cerca e uma porteira. O homem está intervindo no mecanismo de um semáforo e a luz vermelha está acesa indicando o interrompimento da reintegração de posse. Aqui, o problema (a) apresentado no enquadramento é a “intervenção do STF nos processos de reintegração de posse”. Outra função de enquadramento presente é o

juízo moral (c), que não é explícito, mas sutil. Ao representar o processo de reintegração de posse por um semáforo destaca-se a homologia, aqui sugerida como correta, entre o mecanismo do equipamento regulador do trânsito de veículos e os procedimentos da justiça enquanto instância reguladora das relações entre indivíduos e/ou grupos. Assim como o semáforo funciona de uma forma lógica e predeterminada com o intuito de organizar o trânsito de veículos, a reintegração de posse seria a resposta lógica, predeterminada (pela lei), que reorganizaria as relações em conflito. A ação do STF, nesse caso, atentaria contra o reestabelecimento da ordem, portanto, sendo contra a lógica do sistema. Subjaz ao argumento apresentado no discurso da charge o julgamento do STF como desestabilizador, desordenador, elemento externo que impede o funcionamento “normal” do sistema.



Figura 6: Correio do Estado, 22 de outubro de 2015, p.2

Percebemos que há um posicionamento frente a questão central do conflito entre indígenas e proprietários rurais na primeira e na terceira charges analisadas. Em ambas, o alinhamento com os argumentos defendidos pelos proprietários rurais é perceptível, ora de forma explícita (figura 1), ora sutilmente. Impossível, no entanto, afirmarmos se esse posicionamento é consciente ou inconsciente. Fica evidente, contudo, que as funções de enquadramento estruturam a construção discursiva nos textos não-lineares, planares, caracterizados pela simultaneidade dos elementos textuais.

4.2 O Progresso

4.2.1 Dos Editoriais:

O jornal *O progresso* publicou três editoriais no período de abrangência da pesquisa. São de conteúdo predominantemente informativos e redigidos em estilo intelectual, com a apreciação de dados estatísticos e abordagens jurídicas na fundamentação dos argumentos. Acompanham as ocorrências dos fatos apresentados no gênero informativo e objetivam analisar causas e esclarecer ao público.

O primeiro editorial foi publicado no dia 01 de setembro, quando já haviam passado três dias desde a morte de Semião Vilhalva, em Antônio João. O título vai direto ao assunto: “Invasões de Propriedade”. Entre os problemas (a) apresentados está a “violência instalada em Antônio João causada (b) por ONG’s que instigam e fomentam o conflito. Conseqüentemente, também é um problema (a) “a manipulação dos indígenas por ONG’s e pessoas que vivem da causa” e a crescente legitimidade que as ocupações ganham entre autoridades. Tudo isso, segundo os autores, é decorrência (b) dos “ouvidos moucos das autoridades” e da lentidão do judiciário na execução da reintegração de posse aos fazendeiros. Os julgamentos morais (c) aparecem na construção dos argumentos. As “invasões de terra” promovidas pelos indígenas são equiparadas à exploração de madeira e ao garimpo ilegal em terras já demarcadas, declaradas e homologadas como indígenas. Da mesma forma, dá a entender que o direito à terra reivindicado pelos indígenas se equivaleria ao direito de propriedade dos produtores rurais. A partir do momento, portanto, em que o judiciário desconsidera tais equivalências, conclui o jornal, os julgamentos seriam parciais e favoreceriam aos indígenas. A conclusão em que chega o autor parte de um pressuposto valorativo em relação aos direitos dos indígenas e dos não-indígenas particular, relativa, mas, na construção do discurso, apresentada como universal e absoluta.

Os personagens apresentados são os produtores rurais, os indígenas, ONG’s (defensores da causa indígena), o governo federal e o poder judiciário. No entanto, o elenco de termos qualificadores associados aos dois primeiros é mínimo, a ponto de ser imperceptível um posicionamento entre os polos do conflito na caracterização dos personagens envolvidos diretamente. Quanto às ONG’s, não hesita em atribuí-lhes o ônus pelo estado de violência: seriam os verdadeiros manipuladores, aproveitadores, que fazem do conflito um meio de subsistência. Da mesma forma, o governo federal e o poder judiciário são vistos, o primeiro, como negligente e inoperante e, o segundo, como parcial, hesitante e moroso.

O segundo editorial é publicado no dia seguinte, 02 de setembro de 2015. Mais uma vez o tema é a violência que se abate sobre a região de Antônio João, município localizado na fronteira com o Paraguai. Por isso, o nome: “Pacificando a Fronteira”. Inicia o texto lembrando o episódio de resistência à invasão do exército Paraguaio, em 1864, quando o tenente Antônio João e 16 homens enfrentaram, até a morte, 300 soldados das forças de Solano Lopes. O problema (b) continua sendo, além da violência, a falta de iniciativa do governo federal. Diferentemente do texto anterior, constrói seu argumento sobre dados estatísticos revelados pelo próprio governo federal e, também, trabalhados e projetados nos argumentos e demandas dos movimentos indígenas organizados, mais especificamente, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil³⁰ (APIB). A informação central que fundamenta a opinião é que a execução orçamentária dos recursos previstos para investimento na ação denominada Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato foi muito baixa. No primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff apenas 40% do orçamento foi executado. Destacamos que nesse editorial a fonte de informações e de demandas são os movimentos indígenas.

A conformação dos personagens centrais não muda substancialmente. O governo continua parcial e inoperante, mas, o exército é enaltecido como único representante imparcial do Estado. Os índios e fazendeiros são vistos ainda como vítimas. Mas os indígenas saem da condição de passividade inocente para se lançarem como sujeitos políticos organizados e conscientes de seus direitos.

O terceiro editorial foi publicado no dia 27 de outubro. Trata-se de uma ponderação acerca de um tema de momento, em estilo acadêmico, com discussão de dados estatísticos e defesa de uma tese: não há genocídio de indígenas em Mato Grosso do Sul. O contexto era o surgimento de duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI's) na Assembleia do Estado de Mato Grosso do Sul. Uma que intencionava investigar o envolvimento do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) nas ocupações de terra e a outra para questionar a responsabilidade de órgãos estaduais no genocídio de indígenas. O texto, portanto, discute a noção de “genocídio”. Apresenta, inicialmente, um conceito geral e histórico se remetendo à experiências nazistas da Segunda Guerra Mundial. A seguir, discute dados da Superintendência de Inteligência de

30 A APIB surgiu no Fórum Indígena Nacional de Lideranças Indígenas, durante o Acampamento Terra Livre, um grande encontro e manifestação de lideranças indígenas ocorrida na Esplanada dos Ministérios, em Brasília – DF, em 2005. Congrega as seguintes entidades: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME; Articulação dos Povos Indígenas do Sul – ARPINSUL; Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal – ARPIPAN; Grande Assembleia dos Povos Guarani Kaiowá – Aty Guasu; Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste – ARPINSUDESTE; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB.

Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul para refutar a afirmação, atribuída a “ONG’s e grupo de intelectuais”, de que os indígenas estariam sendo vítimas de genocídio no estado. Podemos dizer que é um editorial circunstancial (BELTRÃO, 1980), pois se restringe a apreciação de um certo tema objetivando atingir um resultado político da defesa de um ponto de vista. O problema (a) central é o “desvirtuamento do sentido de genocídio e, mais uma vez, a causa (b) é a manipulação de ONG’s e grupos de intelectuais envolvidos na causa indígena.

4.2.2 Das Colunas

A primeira coluna pertinente dentro do período de análise surge no dia 25 de agosto de 2015, de autoria do indígena Izaque de Souza, presidente da Associação dos Profissionais da Educação Escolar Indígena de Dourados (APEEID). O tema abordado não diz respeito ao conflito fundiário entre indígenas e proprietários rurais, mas permite-nos observar a forma de inserção dos indígenas no jornal *O Progresso*. O problema (a) levantado é o desmonte da educação indígena no município de Dourados/MS. As causas (b) seriam os interesses políticos divergentes e a intrusão dos não-índios no direcionamento das escolas da aldeia. Os personagens que emergem são lideranças e organizações indígenas que lutam pela conquista de direitos e as lideranças das aldeias que divergem na consecução das políticas públicas. Os não-indígenas são apontados como responsáveis pela desarmonização das relações entre os povos indígenas. Merece destaque o posicionamento geral que se revela: o indígena como cidadão de direito, com lugar de expressão e capaz de discutir os problemas que o afligem.

No dia 28 de agosto de 2015, o promotor de justiça aposentado, Antônio Carlos Siufi Hindo, publica um artigo de nome “O inferno gelado de Napoleão”. Aparentemente um texto deslocado do contexto factual da disputa de terras entre indígenas e proprietários rurais. No entanto, no fim do artigo, após narrar as conquistas do general francês e a fatídica derrota nos campos gelados da Rússia, conclui lembrando o leitor que o legado de Napoleão nas artes, literatura nas ciências e, sobretudo no direito é expressivo.

Nesse último legado deixou um marco vigoroso para o mundo civilizado de então ao entregar o seu – Código Civil Napoleônico - cujos institutos ali consagrados, e que teve no direito de propriedade o seu maior e mais festejado avanço a linha mestra que resultaram observados, ao depois, por todos os países democráticos, inclusive o nosso (*O Progresso*, p.2, 25 ago. 2015).

De modo sutil, sem citar os personagens diretamente envolvidos nas contendas que se desenrolavam em Antônio João, o autor expõe sua opinião acerca das prioridades em disputa.

Ao remeter à Napoleão Bonaparte, personagem emblemático da história ocidental, a autoria e consagração do direito de propriedade, ponto central do argumento dos proprietários rurais que tiveram as terras ocupadas por indígenas, busca atribuir legitimidade histórica à posição. Não há portanto, explicitamente, a definição de funções de enquadramento, mas, tomado em sua totalidade o texto pode ser visto como uma proposição de solução (d) e um juízo de valor (c) frente a disputa relatada no conteúdo informativo do jornal.

Nesse mesmo sentido, na nota do dia 11 de setembro de 2015 o colunista Willians Araújo expõe sua opinião segundo a qual o pedido do Ministério Público Federal para anular os títulos de posse de proprietários rurais que incidam sobre a terra indígena Panambi-Lagoa Rica, em Dourados, causaria o agravamento dos conflitos no estado. O argumento central é claro: a propriedade privada é sagrada e sua violação enseja atos violentos. Mas este argumento não está na nota citada. Está dispersa em outros textos e momentos da cobertura dos eventos conflituosos. A sua reiteração é desnecessária uma vez que é “consenso”, ou é assunto vedado à problematização. Daí a conclusão sem apresentação dos argumentos que a sustente.

No mesmo dia 11 de setembro o promotor de justiça aposentado, Antônio Carlos Siufi Hindo, aborda diretamente os conflitos entre indígenas e produtores rurais. Dessa vez, no texto “Estado e Igreja são instituições distintas!”, disserta a favor do princípio republicano de separação entre Estado e Igreja. Em seu entendimento, a Igreja estaria extrapolando suas atribuições ao apoiar indígenas em suas reivindicações por terra em Mato Grosso do Sul (a). “Sua função precípua é levar o evangelho para homens e mulheres em todos os quadrantes da terra”. Não cabe à igreja, ou a seu “braço”, como se refere o autor, interferir nas disputas entre fazendeiros e indígenas. A responsabilidade pela questão fundiária relacionada às terras indígenas é do governo federal e que tem “no ministério da justiça o condutor dessa importante política de Estado”. Os personagens em cena são os proprietários rurais e indígenas. Ambos como vítimas de erros e manipulação por partes dos outros dois personagens: Igreja e Estado. A igreja aparece como instituição enaltecida em sua função evangelizadora que estaria sendo maculada por um “braço” desvirtuado. O Estado é o responsável pela promoção do diálogo e o respeito à lei.

Outro artigo que toca diretamente no tema dos conflitos entre indígenas e proprietários rurais é de autoria da senadora da república Simone Tebet, do dia 21 de setembro de 2015. O problema (a) debatido são as consequências econômicas do conflito. Segundo a senadora, a contenda minaria as energias produtivas do país e promoveria a instabilidade econômica, política e social da região. Em sua opinião, o agronegócio é o grande responsável pela geração de alimentos, riquezas e divisas para o país. Enquanto outros setores da economia estariam em

crise, o campo seria o carro-chefe do desenvolvimento. Assim sendo, “o cultivo da paz é condição indispensável para a colheita do bem-estar e do progresso”. Da mesma forma que outros opinadores, enfatiza que a responsabilidade é do poder público, no entanto, amplia a noção de poder público implicando, também, o poder legislativo. A solução viria com a aprovação do projeto de emenda constitucional (PEC) número 71.

O texto aprovado, que espelha o amadurecimento de todas as partes envolvidas (indígenas, proprietários, órgãos e autoridades do Estado), parte da premissa de que a demarcação de terras indígenas é direto constitucional, assim como é o direito de propriedade dos proprietários de boa-fé – estão excluídos, portanto, os grileiros e invasores de vária espécie. A solução advogada é ao mesmo tempo simples e eficiente: reconheçam-se demarquem-se as terras indígenas tradicionais e indenizem-se as famílias que adquiriram honestamente propriedades nessas terras, inclusive com os títulos concedidos e reconhecidos pelo poder público (*O Progresso*, p.2, 21 set 2015)

Mais uma vez, o que vemos é um texto em que aos personagens não recaem atributos, sejam negativos ou positivos, de forma explícita. Em nenhum momento - característica comum dos artigos de opinião publicados em *O Progresso* e apresentados até o momento – se vê a caracterização dicotômica e polarizada que percebemos nos textos publicados no jornal *Correio do Estado*. Fato que explica a ausência do recurso à elementos da Ideologia da Cultura sul-mato-grossense como forma de estabelecer legitimidade e credibilidade aos argumentos levantados.

O último texto da série de artigos que compõem o *corpus* de análise, mais uma vez, não diz respeito direto ao conflito que culminou com a morte do guarani kaiowa Semião Vilhalva, em Antônio João, no dia 29 de agosto de 2015. Mas aborda, tangencialmente, tema de relevância para a pesquisa. O presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), Hildebrando Campestrini, publicou, no dia 03 de outubro de 2015, artigo intitulado “Mato Grosso do Sul: população heterogênea na formação do novo estado”. Como sugere o título, é uma apologia à diversidade da população que constitui o estado. Paulistas, cariocas, mineiros, sulistas pecuaristas, sulistas com vocação para agricultura, goianos, nordestinos, sírios, libaneses, japoneses, paraguaios, bolivianos e, claro, índios. Isso mesmo. Índios e paraguaios guaranizados na fronteira e trabalhando em fazendas deram o tom final à estirpe do povo sul-mato-grossense. A descrição dos tratos composicionais da população do estado, a despeito de um elogio seletivo às matrizes sulistas, não sobrecarrega em qualificações polarizadas. Pelo contrário. Ao fim do artigo, o autor imprime uma percepção questionável: “Fato relevante é que, no Estado, mesmo diante da heterogeneidade de raça e origens, não há qualquer preconceito ou rejeição. Todos são bem-vindos”. Tal afirmação revela não só um

desejo do autor, mas, também, uma certa justificativa antecipada diante da contundência dos fatos, de um estado latente de conflito presente nas relações entre proprietários de terras e indígenas em Mato Grosso do Sul.

Tomados em conjunto, podemos dizer que os artigos publicados no jornal *O Progresso* diferenciam claramente dos artigos publicados no *Correio do Estado*. Neste, temos construções que privilegiam a crítica de atributos; como se fossem elementos constituintes definidores de diferenças imanentes. Por esse motivo levariam ao acionamento do repertório discursivo afeito à definição de uma identidade social. Assim, o conjunto de termos-chave identificados estabelecem a isotopia semântica a partir da qual se deve compreender os conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Esta isotopia é, em parte, sedimentada buscando elementos no repositório de significados que aqui chamamos de ideologia da cultura sul-mato-grossense. Dessa maneira, a tentativa dos articulistas é a distinção de status, a definição prévia de uma hierarquia baseada em atributos morais. Isso fica claro quando a preocupação reiterada é definir um “nós” (pioneiros, trabalhadores, homens e mulheres de boa-fé, desbravadores, corajosos, destemidos, etc.) e um “outro” (estrangeiros, atrasados, manipulado, terrorista, invasor, etc.) utilizando-se de léxicos normalmente articulados nas construções ideológicas da cultura que intencionam definir um “ser” sul-mato-grossense.

Por outro lado, nas colunas publicadas no jornal *O Progresso* não há a preocupação de qualificação excessiva dos personagens envolvidos, mas uma problematização de ações executadas e a defesa ou crítica de ideias e princípios motivadores de tais ações. Um exemplo é a tentativa retórica de equiparar direito de propriedade dos proprietários rurais e direito originário dos povos indígenas a suas terras. A despeito do assentimento ou não do argumento apresentado, o que destacamos é que a discussão dá-se em torno da legitimidade de princípios jurídicos. Fundamentalmente, indígenas e proprietários rurais são vistos como cidadãos de direito, iguais perante a lei, sem distinção de status. Observamos, portanto, a reverberação e corroboração de posições assumidas e defendidas tanto pelos movimentos indígenas quanto pelos proprietários rurais a partir de argumentos construídos dentro do quadro de referência primário afeito ao direito positivo constitucional. Ambas as partes envolvidas são cidadãos ou grupo de cidadãos que reclamam posições a partir de sua interpretação e colocação no interior do ordenamento jurídico e burocrático.

4.3 Dois jornais, duas formas de se relacionar com a sociedade

Neste ponto, retomaremos a discussão sobre a relação entre opinião pública, opinião publicada e política de opinião a partir das análises dos textos opinativos publicados nos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso*. Ponderamos, para iniciar, que estamos diante de abordagens que apresentam linhas de intersecção e destacadas divergências. Parte destas divergências vimos realçando ao longo do capítulo, preferencialmente, as relações que se estabelecem entre uma ideologia da cultura sul-mato-grossense e as construções de articulistas dos jornais.

Doravante, faz-se necessária a reflexão sobre o significado dos enquadramentos propostos nos textos em sua dinâmica de articulação da opinião pública com as opiniões publicadas e as políticas de opinião em disputa quando a temática circunscreve os povos indígenas e os seus conflitos com proprietários rurais em Mato Grosso do Sul.

No jornal *Correio do Estado* observamos o alinhamento discursivo da política editorial e a política de opinião defendida, principalmente, pelos grupos que representam os interesses dos produtores rurais desde o início da cobertura dos fatos. O primeiro editorial apresentado nesta análise é explícito na tomada de posição ao “filiar-se”, acriticamente, às percepções e opiniões de proprietários rurais. Destes, toma para si as representações sobre os personagens envolvidos, principalmente indígenas e os movimentos sociais organizados. Essa afinidade política e ideológica fica evidente na definição das colunas de opinião veiculadas no jornal. Em sua maioria, os textos se aproximam da política de opinião dos representantes dos proprietários rurais. Os enquadramentos apresentados buscam legitimar argumentos valendo-se de estereótipos e preconceitos, historicamente construídos, e ideologicamente sedimentados num discurso identitário, eivado de julgamentos morais, acerca dos genuínos sul-mato-grossenses. Junto a argumentos racionais sobre direito de propriedade, princípios constitucionais, Estado de direito, entre outros, projetam-se uma série de qualificações substanciais que funcionam como marcadores de pertença a status sociais diferenciados. Os proprietários rurais seriam, *ad infinitum*, hierarquicamente superiores aos povos indígenas porque compartilham os atributos morais e constitutivos que definem o verdadeiro “ser” sul-mato-grossense.

O enquadramento proposto estabelece uma ponte entre opinião publicada e senso comum, estabilizando a realidade social (SODRÉ, 2009), à medida que aciona elementos afeitos a uma ideologia da cultura sul-mato-grossense, nesse caso comparecendo como quadro de referência primário compartilhado não apenas pelo grupo de interesse, mas sobretudo (por isso a importância) difundido entre a comunidade de sentido, à qual se dirigem os articulistas do jornal,

Este quadro de referência primário, que penetra e molda os discursos veiculados no jornal, seleciona, silencia e exacerba características da realidade social e, sobretudo, indica o sentido e a forma como deve ser decodificada a realidade, porque é compartilhado e estrutura a experiência dos sujeitos envolvidos na ação (GOFFMAN, 2012). É, portanto, na medida em que a ideologia da cultura sul-mato-grossense estrutura a experiência da vida cotidiana em Mato Grosso do Sul, que ela conforma eficientemente o discurso midiático local.

Por outro lado, ao olharmos para as construções veiculadas no jornal *O Progresso* encontramos outra forma de estruturação discursiva dos textos opinativos publicados. O debate se dá em torno de ideias acerca dos direitos de proprietários rurais e indígenas, de políticas públicas concernentes aos grupos envolvidos, de repercussões dos conflitos para o equilíbrio econômico, político e social da região, mas, diferentemente das construções apresentadas no jornal da capital do estado, não há explicitação de atributos morais qualificadores que estabelecem diferenças de status social, ou estamental, entre as partes envolvidas. Os discursos, nesse sentido, aproximam-se mais, tomando como ponto de comparação os textos publicados em *Correio do Estado*, de uma mediação entre política e moral que busca sua legitimidade no exercício da razão e na possibilidade do equilíbrio de posições inicialmente conflitantes (ESTEVES, 2003). Não estamos afirmando, no entanto, que o jornal seja uma esfera democrática e pluralista. Entre a maioria dos artigos publicados e os editoriais verifica-se certa sintonia de posições, mas não só há presença, mesmo que minoritariamente, de posição conflitante, como os termos do debate pressupõem a igualdade de status dos debatedores.

Não esqueçamos que estamos comparando um jornal impresso e distribuído, principalmente, na capital do estado, Campo Grande, e outro que alcança, fundamentalmente, a região de Dourados. O primeiro está próximo à sede do poder instituído e das entidades que representam os grupos em disputa em âmbito estadual, e, por outro lado, distante, geograficamente, da região onde os conflitos acontecem e conformam acentuadamente a vida cotidiana. Já o segundo, está inserido no desenrolar político e social da realidade local, excessivamente marcada pela presença indígena imediata e as disputas de terra. Neste caso, a presença indígena no jornal é constante: notícias sobre os povos tradicionais que vivem e configuram a paisagem e as relações cotidianas nos municípios da região sul de Mato Grosso do Sul povoam as páginas de *O Progresso* porque sua presença é uma realidade demográfica imperativa, mas não só. Há uma afirmação política e social reconhecida que se impõe, seja nas inúmeras manifestações e bloqueios de estrada reivindicando melhorias nas reservas onde estão confinados, seja nos bancos de escolas, de câmaras municipais e universidades locais. Apesar da política editorial adotada pelo jornal de Dourados, a insistência e resistência dos

povos indígenas, se não são suficientes para estabelecer uma esfera pública democrática, polifônica e polissêmica, exerce fundamental pressão para que sejam considerados, nas construções discursivas publicadas em *O Progresso*, sujeitos de direito, e que não tenham sua condição de cidadãos brasileiros e sul-mato-grossenses colocada em dúvida por estereótipos, preconceitos e visões de mundo anacrônicas que obstruem a compreensão complexa dos fatos.

O jornal *Correio do Estado*, por sua vez, não só tem sua sede e a maioria de seus leitores distantes, aproximadamente, 320 km da região do conflito, mas um afastamento simbólico ainda maior da realidade vivida por indígenas no sul do estado. Consequentemente, o enquadramento dos fatos atravessados por mediações culturais é, em parte, diverso daqueles acionados nos contextos locais. Desta forma que procuramos demonstrar o papel da Ideologia da Cultura Sul-mato-grossense: é uma matriz cultural que funciona como quadro de referência primário de uma comunidade de sentido, que estabelece uma distinção simbólica entre indígenas e proprietários rurais que se pretende hegemônica e suficiente para justificar quem é o legítimo detentor das terras em Mato Grosso do Sul. Num simples transbordamento do discurso identitário que define, a um só tempo, quem são os “verdadeiros” sul-mato-grossenses e quem tem o direito de mando na região, para um contexto de disputas em torno do direito à terra, cujos termos em disputa remetem aos preceitos constitucionais firmados na carta de 1988. Neste sentido, as construções discursivas veiculadas no jornal *Correio do Estado* não favorecem o debate, o esclarecimento e defesa de posições, mas, antes, a imposição de uma opinião previamente tomada como verdadeira e certa, cuja intenção é, tão somente, angariar adeptos apelando para um sentimento identitário preocupado em definir quem é o “amigo” e o “inimigo”, o “nós” e o “outro”, deturpando, por conseguinte, os termos do debate.

A diferença entre os dois jornais é consequência da forma como dialogam com essa sociedade em que se inserem. No jornal *O Progresso* temos uma relação pressionada tanto por indígenas quanto por proprietários rurais que redundam na busca pelo estabelecimento do debate. No *Correio do Estado*, percebemos um espaço cerceado e dominado por um dos lados em disputa, articulando sua posição a partir de estereótipos e preconceitos, compartilhados, principalmente, por uma elite tradicional e ruralista no estado. Portanto, no primeiro temos uma tentativa de diálogo com uma sociedade mais ampla, enquanto, no segundo, o jornal é o palanque de um dos lados da disputa, esbravejando, para a sociedade sul-mato-grossense.

5. Considerações Finais

Nas palavras finais deste trabalho apresentamos uma síntese das elaborações desenvolvidas ao longo da análise do material jornalístico. Para tanto, retomamos as perguntas que nos guiaram pelos caminhos da investigação. Quais os enquadramentos midiáticos propostos para a compreensão dos fatos relativos aos indígenas e os conflitos destes com os proprietários rurais? Em que medida e como os discursos identitários – ICMS - comparecem na conformação dos enquadramentos propostos? Qual o nível de abertura temática e da diversidade de proposições e proponentes representados? Enfim, como são construídos os discursos midiáticos acerca dos conflitos entre fazendeiros e indígenas em Mato Grosso do Sul nos jornais *Correio do Estado* e *O Progresso*?

Neste trabalho não analisamos todas as formas de discurso midiáticos veiculados nos jornais, mas apenas os que recebem o rótulo de *opinativos*. Optamos por focalizar textos cujo objetivo explícito, sem limites e subterfúgios formais, é apresentar um ponto de vista, uma visão parcial, limitada, mas com pretensões de se fazer acertada, ajustada à realidade, hegemônica e aceita pelos envolvidos no debate. Nossa pesquisa nunca esteve motivada pela intenção de “revelar a verdade” ou “denunciar o desvirtuamento dos fatos”. Mas, tão somente, indicar uma possível correlação entre os discursos veiculados nos jornais e sistemas discursivos mais amplos, visões de mundo ou esquemas estruturantes da percepção da realidade (GOFFMAN, 2012). Interessa-nos quais visões de mundo são veiculadas. Como se articulam, na forma de “opiniões publicadas”, na explicitação de uma “política de opinião”. E por tratar dessa interface entre meios de comunicação e sociedade é que consideramos o objeto do estudo pertinente ao debate sobre “opinião pública” (GOMES, 2010).

Os enquadramentos apresentados, de maneira geral, não são homogêneos, mas há pontos centrais compartilhados, explícita ou implicitamente, presentes na maioria dos textos publicados. Entre os quais destacamos a desresponsabilização dos proprietários rurais pelos atos violentos e a atribuição de culpa à “terceiros” não envolvidos diretamente nos conflitos. Esses terceiros ora são organizações da sociedade civil, ora agentes públicos, ora militantes políticos e, até estrangeiros: todos nivelados como infratores da lei e da ordem.

Em muitos textos, percebemos um enquadramento que toma como marco de referência o plano da disputa político-partidária que se desenvolvia, em 2015, no âmbito nacional. Assim como se atribuía a crise econômica ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT) buscava-se estender a “incompetência” como fator explicativo para o conflito que se ocorria em Mato Grosso do Sul. Este tipo de enquadramento não só não explicava os conflitos como desviava o

debate dos fatores pertinentes. Ademais, concorria para o esvaziamento do debate público. Esse tipo de enquadramento encontra a justificativa de sua presença na aparência de equilíbrio que estabelece entre o senso comum e a opinião publicada, mesmo que limitado no tempo e no espaço, restrito a uma estreita comunidade de sentido, à qual se dirige a mensagem.

A ideologia da cultura, como a delineamos no terceiro capítulo desta dissertação, comparece, sobretudo, como elemento legitimador de hierarquia e *status* social (WEBER, 2004). Fundamentalmente, ao caracterizar os personagens envolvidos, alguns autores se apoiaram em qualificativos semelhantes àqueles elaborados pelos “homens de letras” nos discursos identitários. Os atributos definidores do “homem sul-mato-grossense” são associados aos proprietários rurais como forma de justificar seu direito à terra. Isto se verifica, notoriamente, no jornal *Correio do Estado*, no esforço de republicar o artigo “Colonização à brasileira”, logo no início da cobertura dos fatos, ainda antes do assassinato do Guarani e Kaiowa, Semião Vilhalva. Este texto, carregado dos elementos da Ideologia da Cultura Sul-mato-grossense (ICMS), é um balizador inicial dos enquadramentos que vão se revelando até fechamento da cobertura, com a publicação do representante da igreja católica em MS. Percebemos, por conseguinte, o discurso identitário como um manancial de representações anacrônicas responsáveis pela perseverança de visões preconceituosas em relação ao indígena, o que nos permite compreender o resultado de um estudo realizado pela Universidade de Campinas (UNICAMP), cuja conclusão foi que Mato Grosso do Sul é o “estado com mais preconceito em relação ao indígena. Em geral, a população sul-mato-grossense incorpora a visão dos opositores dos indígenas nos conflitos fundiários” (AQUINO, 2014, p. 286).

Outros textos, no entanto, tomam como referência primária os campos jurídico e político. Nesses marcos discursivos os envolvidos no conflito, indígenas e proprietários rurais, são considerados como sujeitos de direito, iguais em seu *status* de cidadão. Os termos do debate não passam por (des)qualificações substantivas dos sujeitos em litígio. Este tipo de abordagem foi mais presente nos textos publicados no jornal *O Progresso*. O debate concentrou-se em torno de ideias sobre direitos de proprietários rurais e indígenas, de políticas públicas concernentes aos grupos envolvidos, de repercussões dos conflitos para o equilíbrio econômico, político e social da região.

Os textos analisados, assim como pontua Silverstone (2002), são uma mediação que transfere significados dos discursos históricos e identitários para a compreensão dos conflitos entre indígenas e produtores rurais. Fica evidente uma relação estreita entre discursos veiculados nos jornais, destacadamente, em o *Correio do Estado*, e os grupos representantes dos produtores rurais, explicitando uma vulnerabilidade ao exercício do poder. Por outro lado,

os discursos identitários e históricos são matrizes culturais que nos ajudam a entender a eficácia dos enquadramentos enquanto perpetuadores de visões preconceituosas e estereotipadas sobre os indígenas em Mato Grosso do Sul.

A posição dos jornais revela um fechamento às possibilidades discursivas. A maioria dos textos publicados apresentam uma mesma linha de raciocínio, o que confere uma coerência uníssona às “opiniões publicadas”. No jornal *Correio do Estado*, onde o número de textos opinativos foi maior, por exemplo, não houve publicação assinada por representantes dos grupos indígenas, ou mesmo de opinadores de reconhecido saber, que apresentassem visões contrárias àquelas majoritariamente veiculadas. Neste sentido, não houve um espaço polifônico e polissêmico (MEDINA, 2016) essencial ao estabelecimento de uma esfera pública democrática.

No jornal *O Progresso* as opiniões publicadas foram menos frequentes no período. Mesmo assim, ainda houve uma publicação de um líder indígena. Mesmo que esse texto não versasse diretamente sobre os conflitos entre indígenas e produtores rurais, pelo menos aponta para uma maior permeabilidade à participação das diversas etnias que habitam a realidade cotidiana e simbólica local.

Nosso estudo, por fim, dentro do escopo limitado de uma dissertação de mestrado, por um lado, é um esforço que se soma aos estudos de outros pesquisadores que já vinham tratando da temática (MALDONADO, 2014; CORRÊA, 2015; FIDÉLIS, 2015; MONTEIRO, 2017), por outro lado, aponta para possíveis desenvolvimentos posteriores. Parece-nos pertinente, nesse sentido, a replicação do método na abordagem de outros momentos significativos, outros “acontecimentos”, como diria o sociólogo José de Souza Martins (2010), capazes de revelar as contradições da realidade social. Outros momentos de conflito, de assassinato de lideranças indígenas, de retomada de território, etc. Desta forma, ampliaremos o número de estudos de caso, possibilitando, conseqüentemente, uma visão mais ampla da complexa realidade das relações interétnicas em Mato Grosso do Sul e, principalmente, da forma de se construir e reconstruir, significar e ressignificar essa realidade através dos meios de comunicação.

6. REFERÊNCIAS:

- AMARILHA, C.M.M. **Os Intelectuais e o Poder: história, divisionismo e identidade em mato grosso do sul.** Dissertação de mestrado. UFGD, 2006.
- AGUILERA URQUIZA, A.H. & BANDUCCI Jr, A. Culturas e Relações Interétnicas Algumas aproximações conceituais. In AGUILERA URQUIZA, A.H. (org.) **Culturas e Histórias do Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.
- AQUINO, J.M. Dissenso e consenso em terras do Oeste: Ética discursiva de Karl Otto Apel e os Direitos Humanos referentes à propriedade da terra dos Terena de Buriti-MS. *in* AGUILERA URQUIZA, A.H. (org.) **Formação de Educadores em Direitos Humanos.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014. p. 279-309.
- BANDUCCI Jr, A. Tradição e ideologia: construção da identidade em MS. *In* MENEGAZZO, M & BANDUCCI Jr, A. **Travessias e Limites: Escritos sobre identidade e o regional,** Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2009.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo.** Sulina, ARI, 1980.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis, Vozes, 2008.
- BITTAR, M., **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado.** Vol. 1. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2009.
- BOURDIEU, P **Razões Práticas:**sobre a teoria da ação, Campinas, ed Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, P. Opinião pública não existe. *In*: THIOLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária.** São Paulo, Polis, 1987, p. 137-151.
- CARVALHO, C. A. **Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico.** Contemporânea, v. 7, no 2, p. 01-15, 2009.
- CAVALCANTE, T. L. V. **Colonialismo, Território e Territorialidade:** a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em História) – UNESP, Assis-SP, 2013
- CHAMORRO, G. & COMBÈS, I. Introdução. *In* CHAMORRO, G. & COMBÈS, I. (Orgs.) **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais.** Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015
- CHAVES, V. M. **Colonização à brasileira.** Correio do Estado, Campo grande, MS, 23 de ago. 2015. Outras Opiniões, Caderno A, p.2.
- CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional). **Tekoha: direitos dos Povos Guarani e Kaiowá:** visita do Consea ao Mato Grosso do Sul. Brasília : Presidência da República, 2017.

CORRÊA, M. A. **Audiovisual Autoral dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul: mapeamento e análise.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2015.

CORRÊA, V.B. **Coronéis e Bandidos em Mato Grosso 1889 – 1943.** Campo Grande. MS: Ed.UFMS, 2006.

ENTMAN, R. M. Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. **Journal of Communication**, v. 41, n.4, p.16–27, 1991.

ENTMAN, R. M. Framing: towards clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n.4, 1993.

ENTMAN, R. **Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and U.S. Foreign Policy,** Chicago: Chicago Press, 2004.

ESTEVES, J. P. **A ética da comunicação e os media modernos: legitimidade e poder nas sociedades complexas.** 2.ed. Serviço de Educação e Bolsas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

FIDÉLIS, C.N. **Cinematografia Indígena: a experiência social sob o foco da cultura Guarani-Kaiowá.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2015.

GITLIN, T. **The whole world is watching: mass media in the making and unmaking of the New Left.** Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2003.

GOMES, W. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teorias do jornalismo.** Série Jornalismo a Rigor. v.1. Florianópolis: Insular, 2009.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise.** Petrópolis: Ed. Vozes. 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petrópolis: Vozes, 2007.

HOBSBAWM, E & RANGER, T (orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1984.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Povos indígenas no Brasil: 2006-2010.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KANT, I. Resposta à pergunta: O que é o Iluminismo? Trad. Artur Morão. In: **A paz perpétua e outros opúsculos.** Lisboa: Edições 70, 1990.

KUYPERS, J. A. **Rhetorical Criticism: Perspectives in Action**. Lanham, MD: Lexington Books. 2009.

LIPPMANN, Walter. **A opinião pública**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOCKE, J. **Ensaio sobre o entendimento humano**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores

LONGHI, C R. Origens do conceito de opinião pública: um diálogo com Hannah Arendt e Jürgen Habermas. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo, SP, v. 28, n. 46, p. 44-56, 2006.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 8. ed., São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

MALDONADO, C. H. **O Conflito entre os Gurani e Kaiowá e fazendeiros em MS: Análise Discursiva na Mídia Online**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2014.

MELO, J. M.; ASSIS, F. (Orgs.). **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo (SP): Editora UMESP, 2013.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, 2003.

MARTIN-BARBERO, J. **Ofício de Cartógrafo: travessias Latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: ed. Loyola, 2004.

McCOMBS, M. **A Teoria da Agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEDINA, C. **Ato presencial: mistério e transformação**, São Paulo, Ed. Casa da Terra, 2016.

MEDINA, S. Ficção, reportagem e historiografia: narrativas em diálogo. *in* MEDINA, C. **Ato presencial: mistério e transformação**. São Paulo: ed. Casa da Serra, 2016. p. 134-151.

MELIÁ, B. (ED.) **Mapa Guaraní Continental 2016**. Argentina: ENDEPA e UNSA; Bolívia: APG, CIPCA, CERDET y ILC; Brasil: ATY GUASU, YVY RUPA, CIMI, CTI, ISA, FAIND, UNILA y FUNAI; Paraguai: CONAPI; Continental: CCNAGUA. 2016.

MONTEIRO, E. U. **Os cibermeios e a representação dos povos indígenas Kaiowá e Guaraní em Mato Grosso do Sul: Estudo de caso da retomada do território indígena Yvy Katu**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 2017.

ORTIZ, R., **A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.

PEREIRA, L.M. A Reserva Indígena de Dourados: a atuação do Estado brasileiro e o surgimento de figurações indígenas multiétnicas. *In* CHAMORRO, G. & COMBÈS, I. (Orgs.)

Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015

QUEIROZ, P. R. C. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul:** divisionismo e identidades (um breve ensaio). Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 2, p. 128-156, jan/jun. 2006.

RODRIGUES, J. B. **Histórias da Terra Matogrossense.** São Paulo: Ed. do Escritor, 1983.

ROUSSEAU, J.J. **O contrato social.** São Paulo: Abril Cultural, 1973. Coleção Os pensadores.

SCHNEIDER, J. Discursos simbólicos e símbolos discursivos: considerações sobre a etnografia da identidade nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-129, Abr. 2004.

SCHUDSON, M. **Descobrimos a notícia:** uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

Sem luz no fim do túnel. Correio do Estado, Campo grande, MS, 28 de ago. 2015. Editorial, Caderno A, p.2.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?.** Sage, 2002.

SODRÉ, M. **A narração do fato:** notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

SOUZA MARTINS, J. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010.

TUCHMAN, G. **Making news:** a study in the construction of the reality. New York, The Free Press, 1978.

_____ A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas'. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**, Brasília, ed. UNB, 2 vols., 2004.

WEINGÄRTNER, A. A. S.. **Apresentação**, nov. de 2015. Disponível em <www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3553>. Acesso em 29 janeiro. 2017.

ANEXO A: Representação Gráfica do Modelo Teórico da Pesquisa



Fonte: autor

ANEXO B: Mapa das Mediações



Fonte: Martín-Barbero, 2003, p.16.

ANEXO C: Situação das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul em 2011

MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
9	Água Limpa	Terena	69/Funai-Campo Grande: 2010	Em identificação. Portaria 848 de 08/10/1999 publicada em 27/10/1999.	-	Campo Grande Rochedo	MS MS
31	Aldeia Limão Verde	Guarani Kaiowá	1.175/Funasa: 2006	Reservada/SPI. Registrada no CRI. Decreto 835 de 14/11/1928. Reg. CRI Matr. 274 Liv. 3 fl. 54 em 07/08/85.	660	Amambaí	MS
7	Aldeinha	Terena	356/69/Funai-Campo Grande: 2010	Em identificação/Revisão. Portaria 1.688/E de 16/08/1984 publicada em 17/08/1984.	4	Anastácio	MS
28	Amambaí	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	6.663/Funasa: 2006	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 277 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI Matr. 1.081 Liv. 3 fl. 191 em 25/03/86. Título definitivo em 12/80. Reg. SPU Certidão nº 03 em 08/01/84.	2.429	Amambaí	MS
33	Arroio-Korá	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	545/Funasa: 2009	Homologada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) MS 28.587 de 18/01/2010 publicado em 19/01/2010.	7.175	Paranhos	MS
s/1	Bacia Amambaieguá	Guarani		Em identificação. Portaria 788 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Amambaí Aral Moreira Caarapó Coronel Sapucaia Juti Laguna Carapá	MS MS MS MS MS MS
s/1	Bacia Apapegua	Guarani		Em identificação. Portaria 793 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Antônio João Bela Vista Guia Lopes da Laguna Jardim Ponta Porá	MS MS MS MS MS
s/1	Bacia Brilhante-Pegú	Guarani		Em identificação. Portaria 791 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Douradina Dourados Maracaju Rio Brilhante	MS MS MS MS
s/1	Bacia Dourados-Amambaieguá	Guarani		Em identificação. Portaria 789 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Amambaí Caarapó Dourados Fátima do Sul Juti Laguna Carapá Navirai Vicentina	MS MS MS MS MS MS MS
s/1	Bacia Iguatemi-Pegú	Guarani		Em identificação. Portaria 790 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Amambaí Aral Moreira Coronel Sapucaia Dourados Iguatemi Paranhos Tacuru	MS MS MS MS MS MS MS
s/1	Bacia Nhandeva-Pegua	Guarani		Em identificação. Portaria 792 de 10/07/2008 publicada em 14/07/2008.	-	Coronel Sapucaia Dourados Eldorado Iguatemi Japorá Paranhos Sete Quedas Tacuru	MS MS MS MS MS MS MS
10	Buriti	Terena	2.543/69/Funai-Campo Grande: 2010	Declarada de posse indígena. Portaria 3.079 de 27/09/2010 publicada em 28/09/2010.	17.200	Dois Irmãos do Buriti Sidrolândia	MS MS
11	Buritizinho	Terena	668/69/Funai-Campo Grande: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 publicado em 24/05/1996. Reg. CRI do município e comarca de Sidrolândia (9 ha) Matr. 1.800 Liv. 2-RG fl. 1 em 10/06/86. Reg. SPU Certidão nº 01 em 20/01/87.	10	Sidrolândia	MS
23	Caarapó	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	3.701/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 250 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI Matr. 28.904 Liv. 3-AP fl. 123 em 08/08/85. Reg. CRI no município e comarca de Caarapó (3.594 ha) Matr. 6.594 Liv. fl. 42 em 17/12/81. Reg. SPU Certidão nº 04 em 11/01/84.	3.594	Caarapó	MS
4	Cachoeirinha	Terena	4.920/69/Funai-Campo Grande: 2010	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) Ação Cautelar/MS 2.556 de 29/01/2010 publicada em 29/01/2010.	36.288	Aquidauana Miranda	MS MS
39	Carrito	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	496/Funai-Ponta Porá: 2010	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 publicado em 22/05/1992. Em andamento o registro no CRI de Eldorado, cf. lista de terras registradas da Funai em junho de 2007. Reg. SPU Certidão nº 07 em 13/01/84.	2.040	Eldorado	MS
18	Dourados	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva Terena	7.853/Funasa: 2006	Reservada/SPI. Registrada no CRI. Decreto 401 de 03/09/1917. Título definitivo de 28/12/85. Reg. CRI Matr. 31.675 Liv. 3-AS fl. 61 em 25/02/86. Reg. CRI no município de Dourados, Matr. 3.539 Liv. 3-AS fl. 61 em 03/06/71.	3.475	Dourados	MS

MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
24	Guaimbé	Guarani Kaiowá	458/Funai-Ponta Porã: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 89.580 de 24/04/1984 publicado em 25/04/1984. Reg. CRI no município e comarca de Ponta Porã (716 ha) Matr. 15.813 Liv. 2 em 28/05/84. Reg. SPU MS Certidão nº 374 em 07/11/84.	717	Laguna Carapá	MS
29	Guasuti	Guarani Kaiowá	518/Funai-Ponta Porã: 2010	Homologada. Reg. SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 publicado em 22/05/1992. Reg. CRI no município de Aral Moreira em andamento. Reg. SPU Certidão nº 08 em 12/01/84.	830	Aral Moreira	MS
1	Guató	Guató	155/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 10/02/2003 publicado em 11/02/2003. Reg. CRI no município e comarca de Corumbá (9.550 ha) Matr. 24.808 Liv. 2-RG fl. 1 em 12/12/2003. Reg. CRI no município de comarca de Corumbá (1.434 ha) Matr. 24.809 Liv. 2-RG fl. 1 em 12/12/2003. Reg. SPU Certidão nº 01 em 12/03/2004.	10.984	Corumbá	MS
21	Guyrroká	Guarani Kaiowá	841/GT Funai: 2001	Declarada de posse indígena. Portaria 3.219 de 07/10/2009 publicada em 08/10/2009.	11.440	Caarapá	MS
37	Jaguapiré	Guarani Kaiowá	1.091/Funasa: 2009	Homologada. Registrada no CRI. Decreto s/n de 23/11/1992 publicado em 24/11/1992. Reg. CRI no município de Tacuru, comarca de Iguatemi (874 ha) Matr. R-2-5.084 Liv. 2-RG fl. 1/4 em 27/11/2008. Reg. CRI no município de Tacuru, comarca de Iguatemi (1.467 ha) Matr. R-1-5.127 Liv. 2-RG fl. 1 em 02/07/2007.	2.342	Tacuru	MS
27	Jaguari	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	150/Funai: 2004	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 21/05/1992 publicado em 22/05/1992. Reg. CRI no município de Amambá (404 ha) Matr. 12.571 Liv. 2-RG fl. 1V em 08/06/82. Reg. SPU Certidão nº 08 em 17/01/84.	405	Amambá	MS
26	Jarara	Guarani Kaiowá Guarani Nandeva	260/Funai: 2004	Homologada. Decreto s/n de 12/08/1993 publicado em 13/08/1993. Registro no CRI de Juti em andamento, cf. lista de terras registradas de Funai em junho de 2007. Ofício ao SPU nº 363/DAF em 28/11/83.	479	Juti	MS
17	Jata Yvary	Guarani Kaiowá	480/GT Funai 2004	Identificada. Aprovada pela Funai. Sujeita a contestações. Despacho 72 de 01/09/2005 publicado em 02/09/2005.	8.800	Ponta Porã	MS
2	Kadiwéu	Chamacoco Kinkinau Kadiwéu Terena	1.628/Funasa: 2008	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 89.578 de 24/04/1984. Reg. CRI do município e comarca de Porto Murtinho (538.535 ha) Matr. 1-1154 Liv. 2 fl. 1/2 em 22/05/84. Reg. SPU-MS Certidão nº 52 em 06/11/84.	538.536	Corumbá Porto Murtinho	MS MS
16	Kokue Y	Guarani Kaiowá	153/Funai-Ponta Porã: 2010	Em identificação. Portaria 957 de 24/09/2002 publicada em 28/09/2002.	-	Antônio João Ponta Porã	MS MS
6	Lalima	Terena	1.374/89/Funai-Campo Grande: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 23/05/1996 publicado em 24/05/1996. Reg. CRI no município e comarca de Miranda (3.000 ha) Matr. 6.849 Liv. 2-R fl. 137 em 02/07/96. Reg. SPU Certidão nº 02 em 21/01/97.	3.000	Miranda	MS
8	Limão Verde	Terena	1.335/89/Funai-Campo Grande: 2010	Homologada. Registrada no CRI. Decreto s/n de 10/02/2003 publicado em 11/02/2003. Reg. CRI no município e comarca de Aquidauana (5.377 ha) Matr. 13.561 Liv. 2-RG fl. 1v3 em 22/04/2003.	5.377	Aquidauana	MS
15	Nãnde Ru Marangatu	Guarani Kaiowá	1.054/Funasa: 2009	Homologada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) Decreto s/n de 28/03/2005. MS em 21/07/2005.	9.317	Antônio João	MS
12	Nioaque	Terena	1.429/89/Funai-Campo Grande: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 307 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI no município e comarca de Nioaque (3.029 ha) Matr. 881 Liv. 2-RG fl. 1 em 21/11/91. Reg. SPU Certidão nº 09 em 18/01/84.	3.029	Nioaque	MS
si1	Nossa Senhora de Fátima	Terena		Domínial Indígena. Terra adquirida para os Terena.	89	Miranda	MS
42	Ofaíá-Xavante	Ofaíá	105/89/Funai-Campo Grande: 2010	Declarada de posse indígena. Portaria 264 de 28/05/1992 publicada em 28/05/1992.	1.937	Brasília	MS
19	Panambi	Guarani Kaiowá	870/Funasa: 2010	Reservada/SPI. Em revisão. Portaria 176 de 12/09/2005 publicada em 13/09/2005.	2.037	Douradina	MS
20	Panambizinho	Guarani Kaiowá	333/Funasa: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 27/10/2004 publicado em 28/10/2004. Reg. CRI no município e comarca de Dourados (1.272 ha) Matr. 76.027 Liv. RG fl. 1 em 02/02/2005. Registro SPU Certidão nº 12 em 19/04/2005.	1.272	Dourados	MS
3	Piãde Rebuá	Terena	2.104/89/Funai-Campo Grande: 2010	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 299 de 29/10/1991 publicado em 30/10/1991. Reg. CRI no município e comarca de Miranda, Matr. 6.139 Liv. 2-P fl. 57/58 em 18/03/82. Reg. SPU Certidão nº 02 em 28/12/83.	208	Miranda	MS
35	Pirajuf	Guarani Nandeva	1.562/Funai: 2004	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 93.067 de 06/08/1988 publicado em 07/08/1988. Reg. CRI no município e comarca de Sate Quedas (2.118 ha) Matr. 683 Liv. 2-RG fl. 1/2 em 30/09/91. Reg. SPU MS Certidão nº 01 em 10/03/92.	2.118	Paranhos	MS
14	Pirakuá	Guarani Kaiowá	272/Funai: 2004	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto de 13/08/1992 publicado em 14/08/1992. Reg. CRI no município e comarca de Bela Vista (2.384 ha) Matr. 8.624 Liv. 2-RG fl. 1V em 22/04/93. Reg. SPU Certidão nº 01 em 23/12/93.	2.384	Bela Vista Ponta Porã	MS MS

MATO GROSSO DO SUL
Terras Indígenas (continuação)
Instituto Socioambiental - 30/06/2011

Nº Mapa	Terra Indígena	Povo	População (nº, fonte, ano)	Situação jurídica	Extensão (ha)	Município	UF
34	Potrero Guaçú	Guarani Nandeava	655/Funai-Ponta Porã: 2010	Declarada de posse indígena. Portaria 298 de 13/02/2000 publicada em 17/04/2000.	4.025	Paranhos	MS
25	Rancho Jacaré	Guarani Kaiowá	400/Funai: 2004	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto 59.422 de 06/03/1984. Reg. CRI no município e comarca de Ponta Porã (777 ha) Matr. 15.814 Liv. 2 fl. 1V/2 em 28/05/84. Reg. SPU Certidão nº 58, Reg. MS-375 em 17/12/84.	778	Laguna Carapá	MS
38	Sassoró	Guarani Kaiowá Guarani Nandeava	1.563/Funai: 2004	Reservada/SPI. Registrada no CRI. Decreto 835 de 14/11/1928. Reg. CRI Matr. 271 Liv. 3 fl. 53 em 07/06/85.	1.923	Tacuru	MS
32	Sete Cerros	Guarani Kaiowá Guarani Nandeava	483/Funai-Ponta Porã: 2010	Homologada. Decreto s/n de 01/10/1993 publicado em 04/10/1993.	8.584	Paranhos	MS
41	Sombrito	Guarani Nandeava	203/GT Funai: 2006	Declarada de posse indígena. Portaria 3.076 de 27/09/2010 publicada em 28/09/2010.	12.608	Sete Quedas	MS
13	Sucuriy	Guarani Kaiowá	100/Funai: 2004	Homologada. Registrada no CRI e SPU. Decreto s/n de 14/04/1998 publicado em 15/04/1998. Reg. CRI no município e comarca de Maracaju (535 ha) Matr. 8.254 Liv. 2-RG fl. 1 em 08/08/98. Reg. SPU Certidão nº 38 em 08/12/2003.	535	Maracaju	MS
36	Takuaraty/ Yrykuanusu	Guarani Kaiowá	360/Funai: 2004	Homologada. Decreto s/n de 01/10/1993 publicado em 04/10/1993.	2.609	Paranhos	MS
30	Taquaperi	Guarani Kaiowá	1.715/Funai: 2004	Reservada/SPI. Registrada no CRI. Decreto 835 de 14/11/1928. Reg. CRI Matr. 272 Liv. 3 fl. 53 em 07/06/85.	1.886	Coronel Sapucaia	MS
22	Taquara	Guarani Kaiowá	537/Funasa: 2010	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) Portaria 1.701 de 15/07/2010 publicada em 16/07/2010.	9.700	Juti	MS
5	Taunay/pegue	Terena	4.080/Funai-Campo Grande: 2010	Identificada. Aprovada pela Funai. Sujeita a contestação. Despacho 77 de 13/08/2004 publicado em 14/08/2004.	33.900	Aquidauana	MS
40	Yvy Katu	Guarani Nandeava	1.725/Funai: 2003	Declarada (suspensa parcialmente por liminar da Justiça) Portaria 496 de 16/03/2010 publicada em 17/03/2010.	9.454	Japorá	MS